



RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

MUNICÍPIO DE ESTARREJA



07

1. INTRODUÇÃO

1.1 ENQUADRAMENTO LEGAL

O Executivo Municipal apresenta, nos termos legais da alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **os Documentos de Prestação de Contas (DPC)** da Gerência referente ao exercício financeiro de 2007, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Os DPC são apresentados em obediência à Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Secção - Tribunal de Contas, de 12 de Julho de 2001 - Instruções n.º01/2001 - 2.ª S - *Instruções para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL)*, publicada no DR II.ª Série, n.º 191, de 18/08/2001.

Em conformidade com esta Resolução, resultam para o Município de Estarreja, e como elementos de prestação de contas, os documentos descritos no quadro seguinte.

Quadro nº1 – Documentos de Prestação de Contas (1/2)

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS			
Nº	Designação	Código POCAL	Grupo 1
1	↪Balanço	5	X
2	↪Demonstração de Resultados	6	X
3	↪Plano Plurianual de Investimentos	7.1	X
4	↪Orçamento (Resumo)	7.2	X
5	↪Orçamento	7.2	X
6	↪Controlo Orçamental da Despesa	7.3.1	X
7	↪Controlo Orçamental da Receita	7.3.2	X
8	↪Execução do Plano Plurianual de Investimentos	7.4	X
9	↪Fluxos de Caixa	7.5	X
10	↪Contas de Ordem	7.5	X
11	↪Operações de Tesouraria	7.6	X
12	↪Caracterização de Entidade	8.1	X
13	↪Notas ao Balanço e á Demonstração de Resultados	8.2	X
14	↪Modificações do Orçamento – Receita	8.3.1.1	X
15	↪Modificações do Orçamento - Despesa	8.3.1.2	X
16	↪Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos	8.3.2	X
17	↪Contratação Administrativa – Situação dos Contratos	8.3.3	X
18	↪Transferências Correntes – Despesa	8.3.4.1	X
19	↪Transferências de Capital – Despesa	8.3.4.2	X
20	↪Subsídios Concedidos	8.3.4.3	X
21	↪Transferências Correntes – Receita	8.3.4.4	X
22	↪Transferências de Capital – Receita	8.3.4.5	X
23	↪Subsídios Obtidos	8.3.4.6	X
24	↪Activos de rendimento fixo	8.3.5.1	X
25	↪Activos de rendimento variável	8.3.5.2	X
26	↪Empréstimos	8.3.6.1	X
27	↪Outras Dívidas a terceiros	8.3.6.2	X

Quadro nº1 – Documentos de Prestação de Contas (2/2)

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nº	Designação	Código POCAL	Grupo 1
28	↻Relatório de Gestão	13	X
29	↻Guia de Remessa		X
30	↻Acta da reunião em que foi discutida e votada a Conta		X
31	↻Norma de controlo interno e suas alterações	2.9	X
32	↻Resumo Diário de Tesouraria	12.2.9	X
33	↻Síntese das Reconciliações Bancárias		X
34	↻Mapa de Fundos de Maneio		X
35	↻Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais		X
36	↻Relação de acumulação de funções		X
37	↻Relação nominal de responsáveis		X

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro “POCAL”, o executivo camarário apresenta o **Relatório de Gestão** referente ao ano financeiro de 2007, que constitui um dos documentos de prestação de contas, conforme ponto n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 – 2.ª Secção – Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, atrás referidas.

O **Relatório de Gestão** apresenta uma análise da situação económica e financeira do município, de uma forma sucinta, expondo e justificando a execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano e procedendo a uma análise da situação patrimonial do mesmo. Para uma melhor percepção e comparação das variáveis mais significativas da gestão Municipal, apresentam-se elementos relativos à execução de anos anteriores.

1.2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1.2.1. Economia mundial

De acordo com as projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2007, a economia mundial cresceu cerca de 5%. O abrandamento económico registado traduziu-se numa menor taxa de crescimento da actividade de comércio internacional em volume, tendo esta passado de 9,2%, em 2006, para 6,6%, no ano que findou.

Se o conjunto das economias emergentes manteve um forte crescimento, na ordem dos 8% e em linha com o ano anterior, já o conjunto das economias desenvolvidas passou de uma taxa de crescimento económico de 2,9% para 2,5%, no período em análise. O FMI, refere como principais riscos para o crescimento, a volatilidade das condições dos mercados financeiros, a intensificação de pressões inflacionistas, a escalada do preço do petróleo e o arrefecimento do mercado da habitação nos Estados Unidos, estes dois últimos responsáveis pelo índice de confiança dos consumidores norte-americanos ter recuado em Novembro para o segundo valor mais baixo dos últimos 15 anos.

A economia norte-americana foi a principal responsável pelo abrandamento económico mundial, tendo registado um crescimento bastante modesto em comparação com anos anteriores. A deterioração do mercado habitacional e as dificuldades sentidas no mercado hipotecário ao longo de todo o ano, e sobretudo a partir de Agosto, foram as principais causas deste arrefecimento económico. O ajustamento no mercado da habitação e o aumento dos rácios de crédito vencido na economia americana resultaram numa desvalorização significativa do crédito titulado de alto risco. A incerteza quanto à sua dispersão e quanto à dimensão das perdas a suportar pelo sistema financeiro levou, por sua vez, a uma forte deterioração dos níveis de confiança dos investidores. A crise de crédito hipotecário subprime não só afectou a economia deste país, como alterou a percepção de risco e as condições de acesso a financiamento à escala global. Apesar de tudo, o crescimento desta economia manteve-se próximo de 2%, sustentado no bom desempenho das exportações, alavancadas pela depreciação do dólar e pela manutenção dos níveis de investimento empresarial.

Já a Zona Euro registou um crescimento de 2,5%, acima da economia norte-americana, mas os sinais de abrandamento económico fizeram-se sentir na generalidade das economias de referência desta região. As exportações foram pressionadas pela forte valorização do Euro mas não deixaram de se registar sinais de aceleração do investimento, sobretudo na Alemanha, onde o investimento cresceu mais de 2,5%. Por sua vez, as reformas estruturais visando a desregulamentação do mercado de trabalho e o aumento da imigração contribuíram para uma evolução favorável da taxa de desemprego na Zona Euro, de 7,9% para 6,8%.

No conjunto das economias emergentes, a China, Índia e Rússia continuaram a destacar-se. A economia chinesa atingiu uma taxa de crescimento na ordem dos 11,5% e, segundo o FMI, foi a economia que mais contribuiu para o crescimento mundial, o que ocorreu pela primeira vez. Também a Rússia reforçou o seu crescimento económico para perto dos 7%. Já a Índia apresentou alguns sinais de abrandamento, embora tivesse registado um crescimento de cerca de 9%.

A Europa Central e de Leste continuou a apresentar forte dinamismo económico mas não deixou de seguir a tendência de abrandamento. A taxa de crescimento da região situou-se próximo dos 6%. A procura doméstica ressentiu-se com as políticas fiscais e monetárias mais restritivas e as exportações foram penalizadas pela conjuntura económica internacional.

O barril de Brent bateu um novo máximo histórico no final do ano, a negociar a um valor de 96,53 dólares/barril em consequência da crescente procura mundial e da instabilidade política sentida em várias regiões do Globo. As commodities, sobretudo, bens agrícolas que afectam directa e indirectamente os preços de bens essenciais como o pão, a carne e o leite, sofreram, mais uma vez, aumentos de preço de cerca de 30%. Tal ficou a dever-se ao efeito conjugado de factores como o aumento continuado da procura mundial, induzido pelo forte crescimento económico dos países emergentes; as condições climatéricas adversas em países como os Estados Unidos e o Canadá, que são grandes produtores mundiais de cereais e outros bens agrícolas; e a produção crescente de bio-combustíveis.

Ainda assim, e segundo as projecções do FMI, a inflação anual para o conjunto das economias avançadas permaneceu contida em 2,1% e abaixo dos valores registados em 2006. Para o conjunto das economias emergentes, o Índice de Inflação aumentou para valores próximos dos 6%.

As políticas monetárias registadas em 2007 reflectiram o clima económico vivido ao longo do ano. A FED reduziu as taxas de referência para 4,25% com o objectivo de conter as fortes tendências de abrandamento económico. Por sua vez, o BCE aumentou progressivamente as taxas de referência até 4%, em Junho, conforme previsto. A partir de Agosto, foi obrigado a enfrentar a turbulência dos mercados financeiros e, apesar de continuarem a existir pressões inflacionistas, decidiu manter as taxas de juro oficiais inalteradas até ao final do ano. Na Zona Euro, a Euribor a 3 meses subiu de 3,725% para um máximo de 4,953% (observado em meados de Dezembro), caindo depois para 4,684%, após fortes injeções de liquidez no mercado monetário por parte do BCE, também para acalmar a volatilidade registada nos mercados financeiros.

As subidas dos preços das commodities aumentaram as preocupações com a inflação, penalizando (em conjunto com a instabilidade nos mercados monetário e de crédito e com os receios de desaceleração da actividade) o desempenho dos mercados accionistas.

O Dólar sofreu desvalorizações sucessivas e a taxa EUR/USD atingiu o nível máximo de 1,4967, o valor mais alto de sempre, sendo que o Euro encerrou o ano de 2007 com uma valorização de 11% face à moeda norte-americana. Já no início de 2008, ocorreu mais uma desvalorização acentuada do dólar, a antecipar novos receios dos investidores de descidas mais acentuadas na taxa de juro da FED em reacção à escalada dos preços do petróleo e com nova queda no índice de actividade industrial dos Estados Unidos. Os investidores começaram a vender o Dólar, de forma agressiva, originando uma desvalorização da divisa.

A turbulência nos mercados de crédito e, consequentemente, o clima de incerteza e volatilidade que o mercado financeiro passou a enfrentar tiveram um impacto significativo nos mercados bolsistas de acções, tendo-se assistido à transferência do investimento em sectores sensíveis ao consumo privado e ao crescimento económico, para sectores mais defensivos.



Ainda assim, as bolsas europeias e norte-americana conseguiram registar valorizações interessantes, ainda que bastante mais moderadas que no ano anterior, sustentadas no desempenho favorável das empresas. No mercado accionista o DAX, o PSI 20, o IBEX 35 e o S&P500 registaram valorizações de 15%, 17%, 8% e 3,5%, respectivamente. Já os restantes mercados accionistas mundiais registaram desvalorizações que, na generalidade dos casos, devem ser interpretadas como ajustamentos ao clima de abrandamento económico uma vez que continuam a ter a sua sustentabilidade suportada no crescimento económico mundial e na robustez das empresas que apresentam balanços sólidos e são cada vez mais globais.

1.2.2 Economia Portuguesa

Em 2007 a economia portuguesa prosseguiu a tendência de recuperação gradual observada nos últimos anos, tendo o crescimento do PIB subido de 1,3% para 1,9%, se bem que ainda não permitindo um regresso ao processo de convergência real face à zona euro. Embora em desaceleração face a 2006, as exportações mantiveram um forte dinamismo, com uma variação de 7,1%. Para este registo contribuiu não apenas a componente de mercadorias, mas também a dos serviços (destacando-se, para além do turismo, os serviços de transportes, de consultoria e de intermediação comercial).

Foi igualmente visível uma diversificação geográfica das exportações, com um maior peso de áreas económicas que mantiveram crescimentos elevados em 2007, como África (com destaque para Angola), Ásia e América Latina. A aceleração do PIB observada em 2007 fica, no entanto, a dever-se a um maior contributo da procura interna para o crescimento. Em particular, a formação bruta de capital fixo (FBCF) cresceu 3,2% em termos reais, após dois anos de quedas (-1,5% e -0,8% em 2005 e 2006, respectivamente). Este registo esteve associado a uma recuperação do investimento das empresas, que terá crescido ligeiramente acima de 4%, em linha com a evolução favorável dos respectivos indicadores de confiança ao longo do ano. Com uma dinâmica estagnada nos sectores público e de habitação, o investimento foi sobretudo na sua componente empresarial, em forte aceleração ao longo do ano, consistente com o aumento dos níveis de confiança nos serviços e na indústria transformadora desde meados de 2005.

No conjunto de 2007, o consumo privado cresceu 1,5% (0,4 pontos percentuais acima do registo de 2006), mas este agregado mostrou um perfil de abrandamento ao longo do ano, consistente com a deterioração dos indicadores de confiança das famílias (em particular no 2º semestre). Estas adoptaram uma atitude mais cautelosa na realização de despesas de consumo, em parte como resultado da subida das taxas de juro num contexto de endividamento elevado (próximo de 130% do rendimento disponível). Por outro lado, a taxa de desemprego subiu, em termos médios anuais, de 7,7% para 8% da população activa (embora no 4º trimestre se tenha observado uma redução de 0,4 pontos percentuais em termos homólogos, para 7,8%, sugerindo uma tendência gradual de estabilização do mercado de trabalho). Neste contexto, a taxa de poupança dos particulares terá caído de 7,8% para 7,6% do rendimento disponível.

O sentimento das famílias terá si do também penalizado pelos aumentos dos preços dos combustíveis e dos bens alimentares, que contribuíram para uma taxa de inflação média anual de 2,5% (em 2006, a inflação média anual atingiu 3,1%, mas com este registo a ser afectado por uma alteração metodológica no tratamento estatístico de algumas componentes do Índice de Preços no Consumidor; sem esta alteração, a inflação média teria sido de 2,5%). Os preços das componentes de alimentos não transformados e de bens energéticos registaram, em 2007, variações médias anuais de 3% e 3,5%, respectivamente. Em termos homólogos, o Índice de Preços no Consumidor terminou o ano com uma variação de 2,7%, com os preços dos bens energéticos a subirem 9,4%.

O principal desafio para a economia portuguesa continua a ser o saneamento das Finanças Públicas, tendo a política orçamental assumido, em 2007, uma natureza restritiva, a qual determinou a redução do défice das Administrações Públicas de 3,9% para 2,5% do PIB, antecipando em um ano o objectivo fixado no Programa de Estabilidade e Crescimento (de um défice inferior a 3% do PIB). É fundamental manter-se a contenção da despesa para se atingir um resultado estrutural para este défice e atingir-se em 2010 o objectivo de 0,5% de défice estrutural.

Ao mesmo tempo, o forte crescimento das exportações e a desaceleração das importações contribuíram para uma redução do défice conjunto das balanças corrente e de capital (isto é, das necessidades líquidas de financiamento da economia portuguesa), de 8,6% para cerca de 8,2% do PIB. Confirma-se a recuperação das quotas de mercado – ainda não suficiente para compensar as perdas no passado recente – mas que reflectem o processo de recomposição da produção nacional, com a participação de novos intervenientes



com padrões de especialização competitivos. Verifica-se assim a diminuição do peso da exportação de produtos com menor conteúdo tecnológico e mais intensivos em termos de capital humano.

Apenas um fortalecimento das exportações, suportado numa recuperação da competitividade externa, e o investimento nos sectores dos serviços e dos bens transaccionáveis de elevado valor acrescentado, permitirá a recuperação gradual da economia e a retoma do processo de convergência real em relação à média da União Europeia.

A aceleração do crescimento anual do PIB e a redução dos “défices gémeos” (orçamental e externo) ocorreram num contexto externo particularmente difícil, marcado pelos efeitos da crise do crédito hipotecário subprime. Apesar de o sector bancário português não ter sofrido uma exposição directa a este tipo de crédito de alto risco, a deterioração da confiança nos mercados financeiros externos e o ambiente globalmente mais restritivo ao nível da liquidez traduziram-se em condições de financiamento mais difíceis para as instituições financeiras e não financeiras nacionais, em linha com o observado noutras economias.

A maior restritividade dos critérios de financiamento não chegou a ser reflectida no crescimento anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro, que registaram uma aceleração em 2007, de 8,7% para cerca de 9,5%. Na base desta evolução esteve, sobretudo, uma expansão mais robusta dos empréstimos às sociedades não financeiras, cujo crescimento anual subiu de 7,1% para um valor ligeiramente superior a 10%. Os empréstimos aos particulares registaram uma ligeira desaceleração, de 9,9% para cerca de 9%, o que é explicado pela tendência de abrandamento dos empréstimos para aquisição de habitação, de 9,9% para cerca de 8,5%. O crescimento dos empréstimos ao consumo e outros fins subiu ligeiramente, de 10,1% para um valor ligeiramente superior a 10,5%.

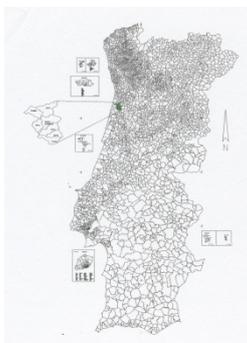
Os preços da habitação cresceram 1,3% em 2007, em ligeira desaceleração face a 2006 (crescimento de 2,1%), mas em linha com o crescimento médio anual dos últimos cinco anos (de 1,5%). Este facto contrasta com as tendências de forte correcção observadas em outras economias europeias, o que se explica pela diferente posição cíclica do mercado da habitação português (cujo período recente de maior expansão ocorreu na segunda metade dos anos 90).

O índice PSI-20 registou uma valorização de 16,27% no conjunto do ano. Mas, em linha com o perfil de evolução dos mercados accionistas europeus, o seu desempenho foi mais moderado no 4º trimestre, com uma variação de 8,27%.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

2.1 IDENTIFICAÇÃO

Figura nº1



O concelho de Estarreja pertence administrativamente ao distrito de Aveiro (Beira Litoral). Localiza-se na sub-região do Baixo Vouga e integra-se numa individualidade regional – a ria. Caracteriza-se pela existência de esteiros e canais em todas as freguesias e esta influência marinha contribuiu para se constituir nela, ao seu redor, uma diversidade de biótopos com grande importância do ponto de vista ecológico.

O concelho de Estarreja, possui um total de 28 182 habitantes e estendendo-se por uma área

de 108,2 km² abrangendo 7 freguesias: Avanca, Beduído, Canelas, Fermelã, Pardilhó, Salreu e Veiros.

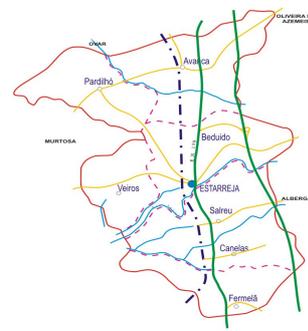
É limitado a norte pelo município de Ovar, a leste por Oliveira de Azeméis, a leste e a sul por Albergaria-a-Velha e a oeste por Murtosa, sendo servido por uma importante rede viária.

O concelho de Estarreja fica situado num território levemente acidentado a nascente e de planície a poente. É-lhe fronteira a Ria de Aveiro e o seu rio principal é o Antuã, que delimita as freguesias de Beduído, pelo Sul, e de Salreu, pelo Norte.

Atravessam o seu território a linha de caminho de ferro do norte, a A1, a EN109, a A29 e fica-lhe próxima a A25. A posição privilegiada que o concelho de Estarreja ocupa no agrupamento do Baixo Vouga, não só permite a existência de importantes eixos de acessibilidade, como também factores de ordem natural, relativos à proximidade da ria de Aveiro, a aptidão dos solos para a agricultura, a zona industrial, entre outros.

De acordo com os dados estatísticos de 2001 (censos 2001), residiam no concelho de Estarreja 28 182 habitantes, dos quais 22.580 são eleitores (STAPE, Março 2001) e a densidade populacional é de 260,4 habitantes/km². A maior concentração populacional regista-se nas freguesias de Beduído, Avanca, Pardilhó e Salreu, existindo cerca de 11.725 alojamentos familiares totais em todos o concelho, distribuídos em 10.424 edifícios.

Figura nº2



Quadro nº2

CONCELHO DE ESTARREJA	FREGUESIAS							Total do Concelho
	Avanca	Beduído	Canelas	Fermelã	Pardilhó	Salreu	Veiros	
População Residente HM	6.474	7.794	1.486	1.482	4.175	4.153	2.618	28.182
População Residente H	3.152	3.752	709	719	2.054	1.969	1.284	13.639
População Residente M	3.322	4.042	777	763	2.121	2.184	1.334	14.543
População Presente HM	6.161	7.462	1.464	1.439	4.078	4.062	2.478	27.144
População Presente H	2.977	3.569	693	691	1.993	1.915	1.211	13.049
População Presente M	3.184	3.893	771	748	2.085	2.147	1.267	14.095
Famílias Clássicas Residentes	1.966	2.652	482	487	1.369	1.406	834	9.196
Famílias Institucionais	4	1	0	0	1	2	1	9
Núcleos Familiares Residentes	1.898	2.328	460	441	1.220	1.247	766	8.360
Alojamentos Familiares - Total	2.285	3.357	577	600	1.863	1.859	1.184	11.725
Alojamentos Familiares - Clássicos	2.277	3.334	575	599	1.845	1.853	1.178	11.661
Alojamentos Familiares - Outros	8	23	2	1	18	6	6	64
Alojamentos Colectivos	7	4	0	0	1	4	1	17
Edifícios	2.144	2.409	559	585	1.747	1.816	1.164	10.424

Adaptado : INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

De acordo com os dados estatísticos de 2001, dos 28.182 indivíduos residentes no concelho de Estarreja, cerca de 12.135 pessoas encontravam-se empregadas e 878 estavam desempregadas. Confrontando-se os dados de 1991 com os de 2001, pode-se constatar que em Estarreja houve um aumento tanto da população empregada (1991: 10.564 pessoas; 2001: 12.135 pessoas) como da desempregada (1991: 643; 2001: 878)

Quadro nº3 - Indicadores sobre a estrutura da população activa do concelho de Estarreja - 1991 e 2001

Freguesias	População Empregada		População Desempregada		População por Sector de Actividade						Taxa de Actividade		Taxa de Desemprego	
	1991	2001	1991	2001	I		II		III		1991	2001	1991	2001
					1991	2001	1991	2001	1991	2001				
Avanca	2570	2926	162	194	172	112	1506	1684	892	1130	42,5	48,2	5,9	6,2
Beduido	2780	3513	168	252	106	80	1217	1522	1457	1911	43,8	48,3	5,7	6,7
Canelas	592	557	15	54	145	30	213	223	234	304	40,5	41,1	2,5	8,8
Fermelã	643	631	46	32	97	29	319	312	227	290	43,6	44,7	6,7	4,8
Pardilhó	1506	1680	110	126	155	73	920	1020	431	587	38,2	43,3	6,8	7
Salreu	1653	1703	105	127	312	101	613	651	728	951	42,3	44,1	6	6,9
Veiros	820	1125	37	93	205	91	387	599	228	435	40,5	46,5	4,3	7,6
Concelho	10564	12135	643	878	1192	516	5175	6011	4197	5608	41,9	46,2	5,7	6,7

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População de 1991 e 2001.

Estarreja é um concelho cuja base económica é liderada pelo Sector Secundário, com 6.011 pessoas empregadas. De 1991 a 2001 o Sector Primário sofreu uma variação bastante significativa – 56,7%. Em contrapartida, o Sector Terciário tem vindo a ganhar cada vez mais, peso na estrutura económica.

É de salientar que as indústrias transformadoras são as principais “responsáveis” pela economia local industrial (33,4%), sendo o ramo das Indústrias Metalúrgicas de Base e Produtos Metálicos o que gera mais emprego (4,9%). Em segundo lugar surge o ramo das Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco com 4,5%.

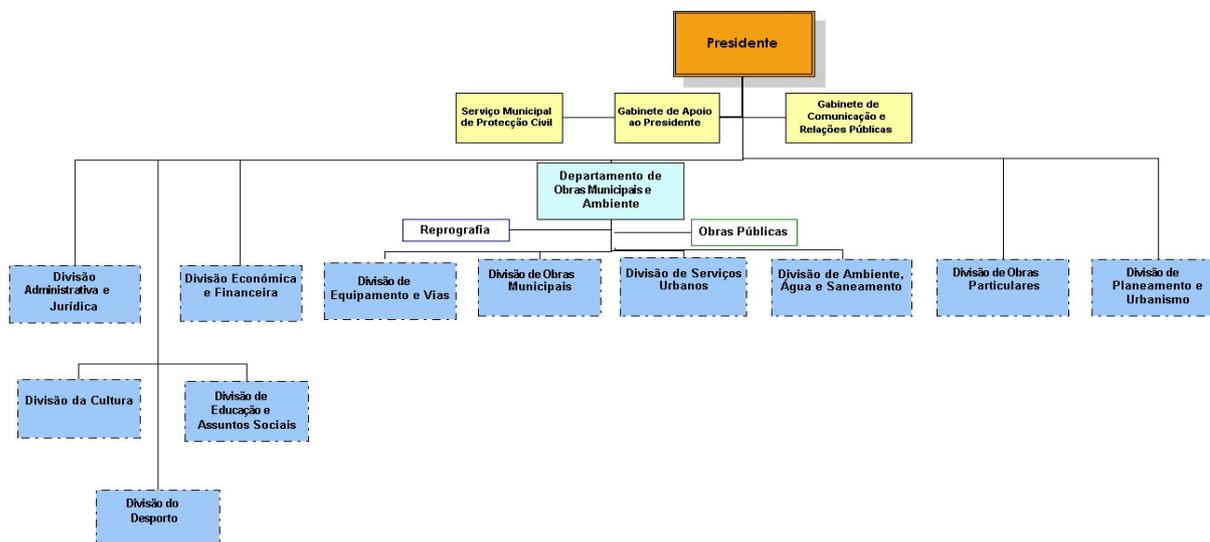
A Fabricação de Produtos Químicos e de Fibras Sintéticas ou Artificiais foi em tempos (Anos 50/60) o ramo dominador da oferta de emprego no concelho de Estarreja. A atestar a gradual perda de importância que este ramo de actividade tem vindo a sofrer, no âmbito do tecido produtivo local, regista-se o facto, de em 1981, ser o ramo mais importante relativamente à oferta de emprego, e que, volvidos dez anos (2001) constituísse a quarta actividade em termos de criação de emprego (3,7%), realçando-se, mais uma vez, a profunda reestruturação do tecido industrial, que ocorreu no concelho.

2.1 ESTRUTURA ORGÂNICA

O Município de Estarreja é uma pessoa colectiva do direito público –N.P.I.C. 501 190 082 / C.A.E. (ver novo código) -75 113 , exercendo as alterações conferidas por lei das autarquias locais. A Câmara Municipal é o órgão executivo, reunindo-se quinzenalmente no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, estando as suas competências e regime jurídico de funcionamento definidos nos artigos 56º e seguintes da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro.

A macro-estrutura, bem como as atribuições e competências dos serviços municipais encontra-se tipificada em Regulamento Interno dos Serviços, Estrutura Orgânica e Quadro de Pessoal, publicado na II Série do Diário da República de 26 de Maio de 2004, pelo Aviso n.º 3998/2004 (2ª série) – AP.

Figura nº3



2.2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA / CONTABILIDADE AUTÁRQUICA

O sistema contabilístico consiste num conjunto de tarefas, métodos, regras e registos, através do qual se processam as operações como meio de manter a informação financeira e envolve a identificação, a agregação, a análise, o cálculo, a classificação, o lançamento nas contas, o resumo e o relato das várias operações e acontecimentos.

O sistema de informação contabilística das autarquias locais encontra-se regulamentada pela Lei nº42/98, de 6 de Agosto (*Lei das Finanças Locais*), alterado pelas Leis nº87-B/98, de 31/12, nº3-B/2000, de 4/15/2001, de 5/6 e nº94/2001 de 20/8 e pelo Decreto-Lei nº54-A/99, de 22/2 (POCAL), alterado pela Lei nº162/99, de 14/9, pelo Decreto-Lei nº315/2000, 2/12 e pelo Decreto-Lei nº84-A/2002, de 5/4.

Este sistema contabilístico que segue, no seu essencial, as regras e princípios da contabilidade pública, revelando as operações que decorrem do conjunto de actos administrativos realizados pelo município, como sejam: o tratamento e registo das operações de arrecadação de receitas e a realização de despesas, preparação, controlo, detecção de desvios, elaboração de alterações e revisões, preparação da conta e apuramento do saldo final do exercício, tendo em conta os fins de natureza política e administrativa prosseguidos, não havendo preocupações do lucro mas sim do interesse público.

A principal função da contabilidade pública é garantir o controlo da legalidade, não consistindo apenas no registo dos factos patrimoniais à medida que eles ocorrem, mas também na expressão do conjunto de regras e princípios jurídicos que fundamentam toda a gestão económico-financeira dos organismos públicos.

Com aplicação do POCAL - Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais, procurou-se aproximar a contabilidade pública/autárquica das directrizes próprias da contabilidade empresarial, por forma a promover a obtenção de informações indispensáveis à gestão da entidade, nomeadamente da sua situação patrimonial, dos resultados obtidos e à formulação de políticas de planeamento e controlo das suas diversificadas actividades.

O novo sistema contabilístico aplicado nas autarquias locais e preconizado pelo POCAL incorpora, de forma integrada, três grandes subsistemas: Contabilidade Orçamental, Contabilidade Patrimonial e Contabilidade de Custos.



No cumprimento do calendário estabelecido legalmente , o Município de Estarreja aprovou o “sistema de controlo interno ” em 12 de Novembro de 2001 e aprovou o inventário e balanço inicial (referentes a 1 de Janeiro de 2002) em 30 de Abril de 2002.

Desde Abril de 2002, o Município de Estarreja adoptou , em regime de exclusividade, o sistema contabilístico preconizado pelo POCAL, sendo este o quarto ano de apresentação do Relatório de Prestação de Contas “formatado” segundo linhas orientadoras do POCAL.

A contabilidade deste município é processada informaticamente através de um sistema de informação integrado que permite que a informação de diferentes aplicações informáticas seja recolhida pela aplicação “POCAL”.

Com a implementação do POCAL, em 2002, pretendeu esta autarquia local, implementar um sistema integrado de gestão operacional e de tratamento de informação económico-financeira, assente, fundamentalmente, na interligação de todas as aplicações informáticas de cariz administrativo, que permitisse uma melhoria significativa dos procedimentos (circulação documental) bem como, do controlo operacional dos procedimentos.

O sistema informático, assenta principalmente na partilha por todas as aplicações, de um conjunto de bases de dados informativas sobre, principalmente, os contribuintes e fornecedores.

Este sistema permite ainda a contabilização automática em todas as fases de um processo de despesa e/ou de receita, nos respectivos subsistemas da económica, patrimonial e de custos.

Relativamente a um processo de despesa, que apenas pode ser realizado na Secção de Aprovisionamento e Gestão Administrativa de Fornecimentos ou na Secção de Obras Públicas, sendo no entanto, apenas validado na Secção de Contabilidade.

No que concerne á receita, os Serviços competentes emitem, conferem e enviam as guias de receita para a tesouraria.

Em termos técnicos o sistema informático, utiliza uma rede ETHERNET, com servidor Windows 2003 Server. A aplicação POCAL, funciona em cliente /servidor, estando o programa principal instalado em servidor SUN SOLARIS. Nos postos de trabalho está instalada uma aplicação cliente, funcionando os PC's com sistemas operativos Windows 98, Windows 2000 e Windows XP.

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Os documentos previsionais e de planeamento, concretamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, definiram para 2007, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, identificando os projectos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários á sua execução.

Em matéria da Contabilidade Orçamental, a prestação de contas é feita em termos de execução dos documentos previsionais “ Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2007” .

A execução dos documentos orçamentais consubstancia-se no desenvolvimento das acções necessárias à arrecadação de receitas previstas e à realização de despesas inscritas no Orçamento, visando alcançar os objectivos fixados nas Grandes Opções do Plano.

3.1. EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO.

3.1.1 Orçamento Inicial versus Final e Executado

A análise da contabilidade orçamental, permite-nos acompanhar todo o processo de realização de despesas e arrecadação de receitas.

Com o objectivo de avaliar, quer a fiabilidade do orçamento apresentado, quer a capacidade financeira da sua execução em função do montante das receitas efectivamente arrecadadas, bem como da actividade de planeamento, procede-se apresentação do Quadro nº 4 , com os valores do orçamento inicial, final e executado, da receita e da despesa, e respectivos desvios.

Este estudo, baseado nos mapas de execução orçamental que fazem parte dos documentos de prestação de contas da Autarquia, visa , numa primeira abordagem, comparar o valor do orçamento inicial e corrigido final, resultado das modificações orçamentais, com os valores da execução orçamental a fim de evidenciar os desvios de execução mais significativos

Refira-se que, no âmbito da análise deste capítulo, as taxas de execução da despesa, reportam-se a obrigações efectivamente pagas e não a despesa traduzida no total das obrigações assumidas para com terceiros (despesa facturada).

Quadro nº 4 – Execução do Orçamento 2007

(unidade monetária : €uros)

Capítulos	Previsão			Execução		Taxas de Execução	
	Inicial (a)	Final (b)	Desvio (b) - (a)	Valor (d)	Desvio (d)-(b)	Exec % (d)/(a)	Exec % (d)/(b)
Receitas							
Receitas Correntes	13.437.598,00	13.437.598,00	0,00	11.947.531,08	-1.490.066,92	88,91%	88,91%
Receitas de Capital	16.519.622,00	16.519.622,00	0,00	7.151.341,19	-9.368.280,81	43,29%	43,29%
Outras	2.780,00	2.780,00	0,00	1.079,67	-1.700,33	38,84%	38,84%
Total.....	29.960.000,00	29.960.000,00	0,00	19.099.951,94	-10.860.048,06	63,75%	63,75%
Despesas							
Despesas Correntes	12.081.282,57	12.220.986,46	139.703,89	10.590.535,36	-1.630.451,10	87,66%	86,66%
Despesas de Capital	17.878.717,43	17.739.013,54	-139.703,89	8.404.514,65	-9.334.498,89	47,01%	47,38%
Total.....	29.960.000,00	29.960.000,00	0,00	18.995.050,01	-10.964.949,99	63,40%	63,40%

Do observado no quadro nº4 – Execução do Orçamento 2007 resulta que o total do Orçamento aprovado para o ano 2007 foi de €29.960.000,00, sendo o total da receita cobrada de €19.099.951,94 e o total da despesa executada de €18.995.050,01. Do mesmo, se pode constatar que o grau de execução situou-se em 63,75% na receita e 63,40% na despesa.

Comparando as taxas de execução ao nível das cobranças e dos pagamentos em relação ano anterior (comportamento do valor cobrado e pago face ao previsto corrigido), verifica-se que durante o ano de 2007, a execução tanto da receita como da despesa ronda os 63 %, enquanto que durante o ano de 2006, este valor foi inferior, apresentando uma execução da despesa de 59,52% e da receita de 58,55%.

No âmbito das receitas e despesas de natureza Corrente é notória uma boa performance da sua execução, acima dos 85% e que traduz por inerência em baixos desvios.

O mesmo não se poderá dizer quanto ás rubricas de natureza de Capital , que apresentaram baixos valores de execução, situando-se abaixo dos 50%.

No lado da despesa é importante referir que esta execução, se reporta à relação entre Despesa Paga e Despesa Orçada, quando em rigor o que deveria ser comparado para avaliar a fiabilidade da Elaboração do Orçamento deveria ser a relação entre a Despesa Realizada e a Despesa Orçada, o que traduziria níveis de execução mais elevados que rondariam os 76%.

A análise detalhada da execução orçamental da receita e despesa será feita oportunamente no seu capítulo próprio e específico.

De seguida demonstra-se graficamente as oscilações do Orçamento global da Receita e da Despesa :

Gráfico nº 1

Comparação entre Receita Orçamental Inicial, Final e Executada

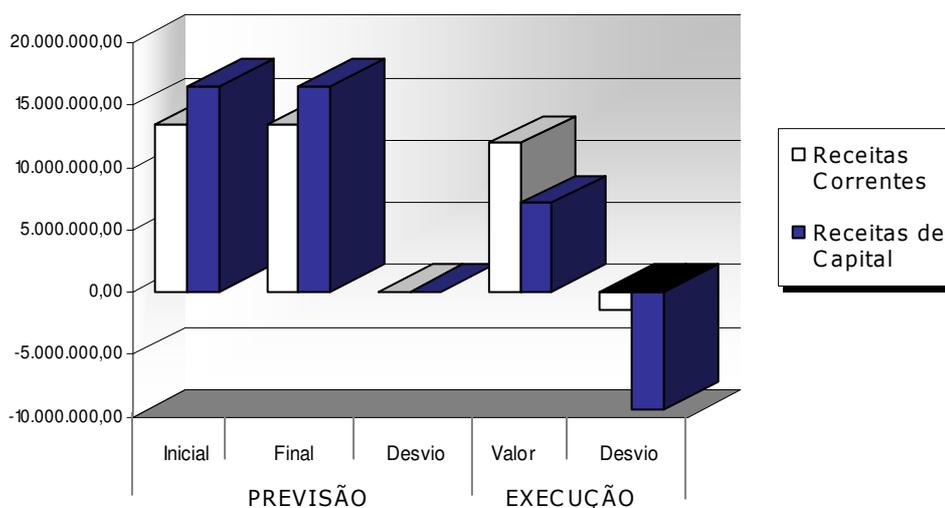
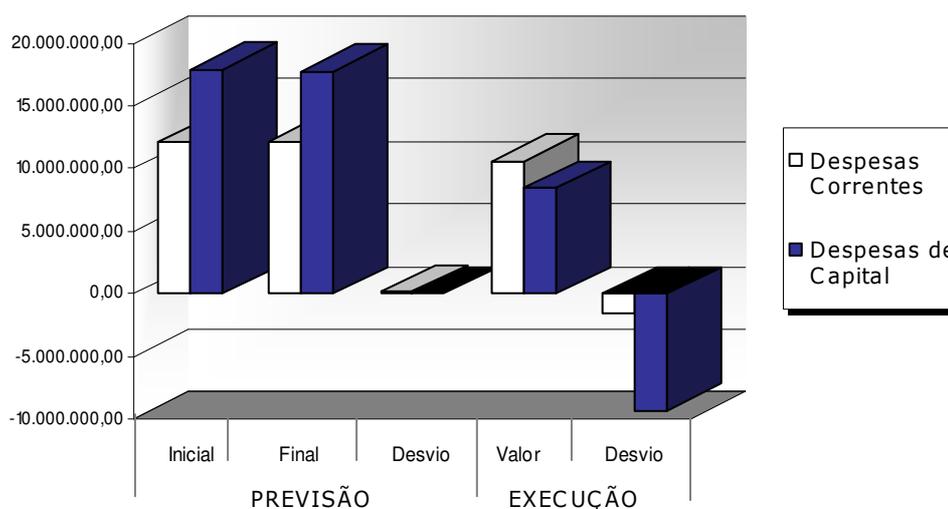


Gráfico nº 2

Comparação entre Despesa Orçamental Inicial, Final e Executada



3.1.2 Modificações aos Documentos Previsionais - Orçamento & GOP

O Orçamento 2007 e as GOP's 2007-2010 obtiveram aprovação pelo órgão executivo em 29/11/2006 e pela Assembleia Municipal em 20/12/2006.

Durante a Gerência do ano 2007, foram efectuadas 1 (uma) revisão orçamental e 13 (treze) alterações orçamentais. Assim, no global foram realizadas 14 (catorze) modificações orçamentais, nos seguintes termos:

- 12 tiveram impacto no Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- 12 tiveram impacto no Plano de Actividades Municipais (PAM);

De referir, que apesar de ter existido uma revisão orçamental, tal facto se deveu apenas necessidade de inscrever uma rubrica orçamental que não existia no Orçamento Inicial, não se tendo operado qualquer aumento do valor global da despesa/receita relativamente o valor inicialmente previsto. Deste modo, o aumento/diminuição das dotações orçamentais traduz unicamente movimentação inter-rubricas, em que reforços tiveram como contrapartida anulações, e vice-versa.

Quadro nº 5 – Alterações e Revisões Orçamentais 2007

(unidade monetária : €uros)

Capítulos	Dotação Inicial		Aletrações e Revisões		Dotação Inicial		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	12.081.282,57	40,32%	1.070.302,79	930.598,90	12.220.986,46	40,79%	139.703,89	1,16%
Despesas com Pessoal	4.751.176,72	15,86%	233.392,40	226.082,40	4.758.486,72	15,88%	7.310,00	0,15%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	5.864.955,85	19,58%	484.613,37	510.216,50	5.839.352,72	19,49%	-25.603,13	-0,44%
Juros e Outros Encargos	539.250,00	1,80%	73.000,00	4.400,00	607.850,00	2,03%	68.600,00	12,72%
Transferências Correntes	843.900,00	2,82%	279.297,02	132.400,00	990.797,02	3,31%	146.897,02	17,41%
Outras Despesas Correntes	82.000,00	0,27%	0,00	57.500,00	24.500,00	0,08%	-57.500,00	-70,12%
3.2. Despesas de Capital	17.878.717,43	59,68%	627.395,00	767.098,89	17.739.013,54	59,21%	-139.703,89	-0,78%
Aquisição de Bens de Investimento	15.737.317,43	52,53%	614.075,00	662.098,89	15.689.293,54	52,37%	-48.023,89	-0,31%
Transferências de Capital	1.440.400,00	4,81%	13.320,00	105.000,00	1.348.720,00	4,50%	-91.680,00	-6,36%
Activos Financeiros	1.000,00	0,00%	0,00	0,00	1.000,00	0,00%	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	694.000,00	2,32%	0,00	0,00	694.000,00	2,32%	0,00	0,00%
Outras Despesas de Capital	6.000,00	0,02%	0,00	0,00	6.000,00	0,02%	0,00	0,00%
Total da Despesa	29.960.000,00	100,00%	1.697.697,79	1.697.697,79	29.960.000,00	100,00%	0,00	0,00%

Conforme se pode observar, as variações líquidas orçamentais mais significativas, em termos absolutos, ocorreram nas rubricas de Transferências Correntes (€146.897,02) e Juros e Outros Encargos (€68.600,00).

Os reforços das dotações para Transferências correntes recaíram essencialmente para transferências para as Instituições Sem Fins Lucrativos (Associações e Colectividades de carácter Recreativo, Desportivo, Social, Cultural e Educativo).

Nas despesas com Juros e Outros Encargos, os reforços do valor orçado deveu-se á conjuntura de aumento de taxas de juro verificada no ano 2007, implicando aumento dos juros remuneratórios dos empréstimos de médio e longo prazo e das operações de locação financeira.

As dotações para Despesas com Pessoal apresentaram um pequeno acréscimo de €7.310,00, tendo-se, nesta rubrica orçamental, verificado, no seu detalhe, uma dedução no valor orçado para as remunerações do Pessoal do Quadro (€109.482.40) e por contrapartida um reforço nas remunerações de Pessoal em Regime de Tarefa e Avença, especificamente para cobertura de novas necessidades decorrentes do Programa Enriquecimento Curricular e consolidação do funcionamento e utilização de equipamentos municipais.

A diminuição das dotações de Outras Despesas Correntes decorreu, essencialmente, da gestão atenta do Município relativamente ás operações que conferem direito a dedução de IVA, o que se reflecte no respectivo apuramento (mensal) de imposto a Pagar ou a Recuperar.

Nas despesas de capital assistiu-se a um decréscimo global de (- €139.703,09), por contrapartida do reforço de outras rubricas, furto da forte política de contenção de despesas por forma a manter bons níveis de endividamento municipal.

As despesas correntes com as devidas alterações e revisões orçamentais apresentaram uma variação positiva de 1,16%, não acontecendo o mesmo com as despesas de capital, uma vez que estas obtêm uma variação negativa de 0,78%.

Neste sentido, podemos constatar que, a dotação das despesas correntes e de capital sofreram alterações significativas com as modificações orçamentais realizadas ao longo do ano de 2007, mas se analisarmos a despesa total, verificamos que a dotação inicial é de €29.960.000,00, valor exactamente igual ao da dotação final, reflexo de que apenas ocorreram movimentações inter-rubricas e que o impacto no orçamento final foi nulo.

3.1.3 Resumo da Execução Orçamental

Assistiu-se no ano económico 2007 a um crescimento das receitas arrecadadas e das despesas pagas, na ordem dos 9,80% e 9,85% respectivamente.

Comparando com a gerência do ano anterior, temos o seguinte quadro:

Quadro nº 6

(unidade monetária : Euros)

Designação	REALIZADO			ORÇADO (corrigido)	
	2006	2007	Diferença	2006	2007
Receitas Correntes	11.043.491,03	11.947.531,08	904.040,05	11.691.756,00	13.437.598,00
Receitas de Capital	6.352.475,69	7.152.420,86	799.945,17	17.360.781,00	16.522.402,00
Receitas Totais	17.395.966,72	19.099.951,94	1.703.985,22	29.052.537,00	29.960.000,00
Despesas Correntes	9.899.520,89	10.590.535,36	691.014,47	11.232.503,63	12.220.986,46
Despesas de Capital	7.392.351,55	8.404.514,65	1.012.163,10	17.820.033,37	17.739.013,54
Despesas Totais	17.291.872,44	18.995.050,01	1.703.177,57	29.052.537,00	29.960.000,00

Do quadro apresentado, verifica-se que relativamente ao ano de 2006, a arrecadação de Receitas Correntes aumentou 8,19%, tendo as Receitas de Capital apresentado um acréscimo de 12,59% .

As Despesas Correntes sofreram um acréscimo de 6,98% e as Despesas de Capital um aumento de 13,69% relativamente às realizadas no ano de 2006.

3.1.4 Relação Entre Receita e Despesa

► Evolução dos Fluxos Monetários

Interessa no âmbito desta análise avaliar as componentes que detêm reflexos no saldo final da conta de gerência. Pretende-se, designadamente, relacionar a evolução das despesas e receitas efectivas confrontando-a com o desenvolvimento, quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do capital (receita de capital – despesa de capital), com o objectivo de avaliar uma possível fonte de financiamento da gerência seguinte.

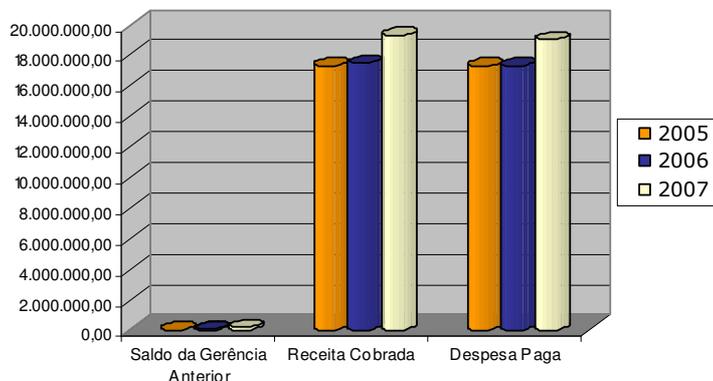
Quadro nº 7

(unidade monetária : Euros)

	2005			2006			2007		
	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença
Saldo da Gerência Anterior	13.086,53		13.086,53	61.261,72		61.261,72	165.356,00		165.356,00
Corrente	10.111.441,14	8.314.322,79	1.797.118,35	11.043.491,03	9.899.520,89	1.143.970,14	11.947.531,08	10.590.535,36	1.356.995,72
Capital	7.175.978,43	8.925.917,29	-1.749.938,86	6.350.458,83	7.392.351,55	-1.041.892,72	7.151.341,19	8.404.514,65	-1.253.173,46
Outras	995,70		995,70	2.016,86		2.016,86	1.079,67		1.079,67
TOTAL	17.301.501,80	17.240.240,08	61.261,72	17.457.228,44	17.291.872,44	165.356,00	19.265.307,94	18.995.050,01	270.257,93

Gráfico nº 3

Evolução dos Fluxos Monetários



Ao longo dos últimos três anos o montante de receitas correntes cobradas é superior ao montante de despesas pagas, o que traduz saldos correntes positivos, a designada poupança corrente bruta. A relação inversa é estabelecida quanto às rubricas de natureza de capital, originando saldos de capital negativos.

Deste modo, pode-se concluir que parte importante das despesas de capital pagas neste últimos três anos foram financiadas, quer pela poupança corrente geradas no exercício, quer pelo saldo transitado da gerência anterior.

► Poupança Corrente

O princípio do equilíbrio orçamental consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, determina que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesa correntes.

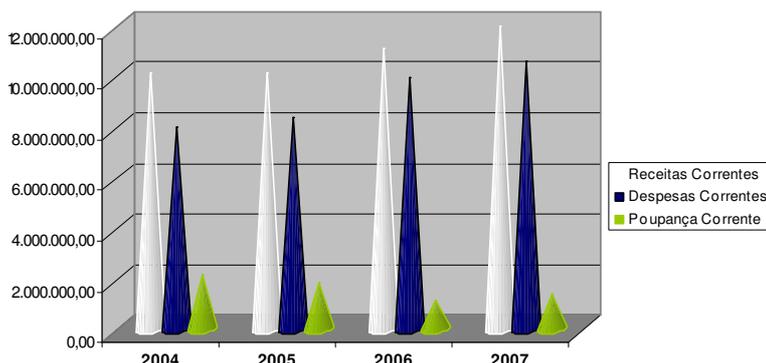
Esta norma manteve-se presente na execução orçamental desenvolvida pela autarquia, funcionando, assim, como forma de contenção do défice orçamental e de formação da poupança corrente, com vista à sua aplicação na despesa de investimento.

Com este princípio orçamental, pretende-se afectar ao investimento a globalidade da receita de capital e ainda uma percentagem da receita denominada Poupança Corrente.

De facto, em termos previsionais corrigidos, ao apresentar-se uma Receita Corrente de €13.437.598,00, e uma Despesa Corrente de €12.220.986,46, está-se a propor uma poupança corrente de €1.216.611,54. Em termos de execução orçamental, foi possível realizar uma Poupança Corrente de €1.356.995,72, uma vez que se registou uma Receita Corrente de €11.947.531,00 e uma Despesa Corrente de €10.590.535,36. A Poupança Corrente ao exercício económico 2007 cresceu cerca de 11,5% em relação ao registado no ano anterior.

Gráfico nº 4

Evolução da Poupança Corrente



► Fontes de Financiamento do Investimento

Não esquecendo o princípio da não consignação, previsto na alínea g) do ponto 3.1.1. do Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de Fevereiro, segundo o qual as receitas especificadas no orçamento quando liquidadas e arrecadadas não se destinam a solver um determinado compromisso, antes constituirão um único fundo que servirá de cobertura a todas as despesas da Autarquia, com excepção de determinados casos previstos na lei, como por exemplo as despesas suportadas por recursos financeiros provenientes de empréstimos, contratos programa ou participações de fundos comunitários já contratualizados, e por isso, cujas contrapartidas forma contabilizadas para o efeitos da obtenção das receitas orçamentais, pretende-se, de seguida, aferir como foi financiado o investimento.

Quadro nº 8 – Investimento e suas Fontes de Financiamento (unidade monetária : Euros)

Designação	2007 Valor
Investimento (a)	7.730.993,93
1 - Receitas de Capital	7.151.341,19
Vens de Bens de Investimento	2.998.187,24
FEF (Capital)	2.255.222,00
Fundos Comunitários	1.280.134,58
Outras Transferências de Capital	479.582,37
Recurso ao Crédito	138.215,00
Outras Receitas de Capital	0,00
2 - Poupança Corrente	1.356.995,72
3 - Reposições não abatidas nos pagamentos	1.079,67
4 - Saldo da gerência anterior	165.356,00
Total Fontes de Financiamento(1+2+3+4)	8.674.772,58
Investimento / Fontes de Financiamento	89,12%

(a) Investimento directo + indirecto (transferências de capital para outras entidades)

Pela análise do quadro anterior, podemos verificar que o Investimento absorveu cerca de 89,12% das receitas provenientes das diversas fontes de financiamento, sendo que a Venda de Bens de Investimento, o Fundo de Equilíbrio Financeiro (parte de Capital), os Fundos Comunitários e a Poupança Corrente aparecem com os maiores contributos. No entanto, é talvez importante lembrar que o investimento directo e indirecto não traduz a globalidade dos esforços realizados pela autarquia local nesta área, uma vez que não reflecte, nomeadamente as verbas despendidas através de obras de administração directa.

3.1.5 Fluxos de Caixa e Contas de Ordem

► Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer das operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos durante a gerência de 2007, aparece descrito no Quadro nº 9, verificando-se que as entradas de fundos correspondem a cerca de 20,09 milhões de euros – 19,09 milhões euros provenientes de receitas orçamentais e cerca de 1 milhão de operações de tesouraria, mais 1,810 milhão euros do que o ano 2006.

Assim, sendo a Despesa Global (€105.089,57) inferior à receita efectivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de €307.219,08, o saldo transitado para a gerência seguinte será de €412.308,65. Este saldo decompõe-se em €270.257,93, como saldo de operações orçamentais e €142.050,72 como saldo de operações de tesouraria

Quadro nº 9 – Resumo dos Fluxos de Caixa

(unidade monetária : Euros)

RECEBIMENTOS / ENTRADA DE FUNDOS		PAGAMENTOS / SAÍDA DE FUNDOS	
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	307.219,08	DESPESAS ORÇAMENTAIS	18.995.050,01
Da Conta de Execução Orçamental	165.356,00	Correntes	10.590.535,36
Da Conta de Operações Tesouraria	141.863,08	Capital	8.404.514,65
RECEITAS ORÇAMENTAIS	19.099.951,94	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	978.692,24
Correntes	11.947.531,08	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	412.308,65
Capital	7.151.341,19	Da Conta Execução Orçamental	270.257,93
Outras	1.079,67	Da Conta Oper. Tesouraria	142.050,72
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	978.879,88		
TOTAL	20.386.050,90	TOTAL	20.386.050,90

As Operações de Tesouraria são as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros. São operações de entrada e saída de fundos à margem do Orçamento, sendo apenas objecto de movimentação no sistema de contabilidade patrimonial (DOC -11/TC).

► **Contas de Ordem**

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar os factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo. São objecto de registo nestas contas : garantias e/ou cauções tituladas a favor da autarquia; as garantias tituladas pela autarquia a favor de terceiros; e a cobrança de receita virtual (os chamados recibos para cobrança).

O Quadro nº10 reflecte os movimentos ocorridos nas contas de ordem, durante o ano em análise.

Quadro nº 10 – Resumo das contas de Ordem

(unidade monetária : Euros)

Saldo da Gerência Anterior	69.855,38	Garantias e Cauções Accionadas	0,00
Garantias e cauções	63.515,30	Garantias e Cauções Devolvidas	561,60
Recibos para cobrança	6.340,08	Receita Virtual Cobrada	2.830,27
		Receita Virtual Anulada	0,00
Garantias e Cauções Prestadas	481,80	Saldo para a Gerência Seguinte	81.105,92
Receita Virtual Liquidada	14.160,61	Garantias e Cauções	63.435,50
		Recibos para cobrança	17.670,42
TOTAL	84.497,79	TOTAL	84.497,79

No início do ano de 2007, a autarquia detinha cerca de €6.340,08 recibos de cobrança (receita virtual), a que acresceu durante o ano o montante de €14.160,61. No entanto, €2.830,27 foram transformados em receita efectiva e nenhum foi anulado, pelo que transitou para 2007 um valor de débitos ao tesoureiro que totaliza o montante de €17.670,42.

Por outro lado, para 2008 transita um valor de fundos caucionados na ordem dos €63.435,50, resultante de um saldo inicial de €63.515,30, a que acresceram garantias prestadas de €481,80, deduzida da libertação de cauções em €561,60

3.2 RECEITA

3.2.1 Execução Orçamental da Receita

Com base no quadro nº11, comparando o valor orçado das Receitas Totais (€29.960.000,00), com o efectivamente arrecadado (€19.099.951,94) no ano económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das receitas de 63,75 %, ou seja, o valor da cobrança efectiva foi inferior ao inicialmente previsto em €11.846.833,06.

Quadro nº11 - Execução das Receitas

(unidade monetária : Euros)

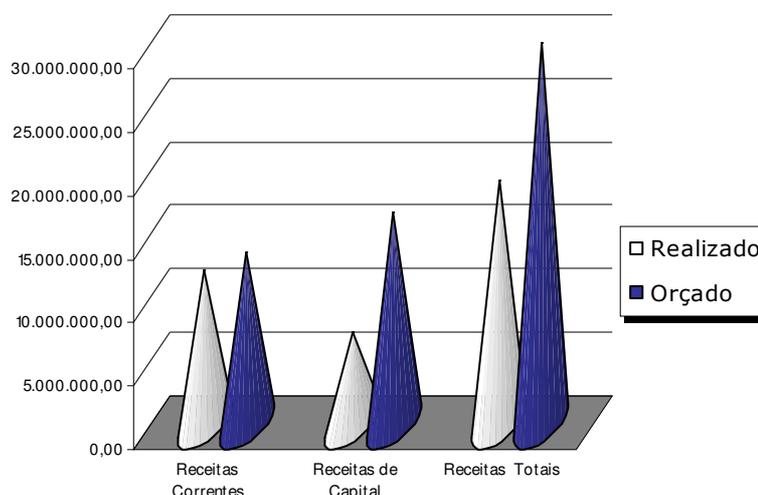
Capítulos	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio (c)-(b)	Taxas de Execução	
	Inicial (a)	Final (b)			Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
Receitas Correntes	13.437.598,00	13.437.598,00	11.947.531,08	-1.490.066,92	88,91%	88,91%
Impostos Directos	3.713.611,00	3.713.611,00	3.352.584,57	-361.026,43	90,28%	90,28%
Imposto municipal sobre Imóveis	1.508.500,00	1.508.500,00	1.456.967,59	-51.532,41	96,58%	96,58%
Imposto sobre veículos	307.611,00	307.611,00	326.794,24	19.183,24	106,24%	106,24%
Imposto municipal s/ transmissões onerosas	461.575,00	461.575,00	524.375,36	62.800,36	113,61%	113,61%
Derrama	1.268.365,00	1.268.365,00	998.195,55	-270.169,45	78,70%	78,70%
Impostos abolidos	166.560,00	166.560,00	42.191,83	-124.368,17	25,33%	25,33%
Impostos Directos Diversos	1.000,00	1.000,00	4.060,00	3.060,00	406,00%	406,00%
Impostos Indirectos	371.492,00	371.492,00	313.756,91	-57.735,09	84,46%	84,46%
Taxas, Multas e Outras Penal.	328.800,00	328.800,00	507.420,36	178.620,36	154,32%	154,32%
Rendimentos de Propriedade	540.500,00	540.500,00	376.193,04	-164.306,96	69,60%	69,60%
Transferências Correntes	5.236.275,00	5.236.275,00	4.985.382,19	-250.892,81	95,21%	95,21%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.210.070,00	3.210.070,00	2.395.087,83	-814.982,17	74,61%	74,61%
Outras Receitas Correntes	36.850,00	36.850,00	17.106,18	-19.743,82	46,42%	46,42%
Receitas de Capital	16.519.622,00	16.519.622,00	7.151.341,19	-10.355.065,81	43,29%	43,29%
Venda de Bens de Investimento	3.047.900,00	3.047.900,00	2.998.187,24	-49.712,76	98,37%	98,37%
Transferências de Capital	12.342.722,00	12.342.722,00	4.014.938,95	-8.327.783,05	32,53%	32,53%
Passivos Financeiros	1.125.000,00	1.125.000,00	138.215,00	-986.785,00	12,29%	12,29%
Emp. Contraídas a M/L Prazo	1.125.000,00	1.125.000,00	138.215,00	-986.785,00	12,29%	12,29%
Outras Receitas de Capital	4.000,00	4.000,00	0,00	-4.000,00	0,00%	0,00%
Outras Receitas	2.780,00	2.780,00	1.079,67	-1.700,33	38,84%	38,84%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	2.780,00	2.780,00	1.079,67	-1.700,33	38,84%	38,84%
Total da receita	29.960.000,00	29.960.000,00	19.099.951,94	-11.846.833,06	63,75%	63,75%

Relativamente às Receitas Correntes, verificou-se que a totalidade das receitas, efectivamente cobradas, são inferiores às orçadas, em € 1.490.066,92, correspondendo a uma taxa de execução do orçamento das receitas correntes de 88,91%.

Da análise do quadro, acima apresentado, denota-se que no geral as Receitas de Capital cobradas foram inferiores às orçamentadas, em € 10.355.065,81, correspondendo a uma taxa de execução de 43,29%.

Em termos globais, a taxa de execução das Receitas Totais apresenta um acréscimo de cerca de 3,87 pontos percentuais, relativamente ao verificado no ano anterior. No entanto, se optarmos, por decompor a Receita nos seus principais itens – Receitas Correntes e Receitas de Capital – podemos constatar que o seu desempenho foi diferente face ao ano anterior. Enquanto que as primeiras tiveram uma execução inferior á do ano 2006, um decréscimo de 5,55 p.p., o mesmo não se passou com as segundas, que assistiram a uma execução bastante superior de cerca de 6,7 p.p..

Gráfico nº5



A análise da execução das Receitas Correntes permite-nos apreciar a excelente performance a nível dos Impostos Directos, Rendimentos de Propriedade, Transferências e Venda de Bens e Serviços Correntes, todas elas com taxas de execução próximas ou superiores a 100%.

Por outro lado, as Receitas de Capital detiveram uma notável melhoria na taxa de execução, uma vez que no ano 2007 já foi possível concretizar a venda de terrenos do Eco-Parque Empresarial de Estarreja, depois de ultrapassadas as questões administrativas e burocráticas associadas ao processo de expropriações. Este elemento foi preponderante para que a rubrica "Venda e Bens de Investimento", tenha conseguido alcançar a quantia de € 2.998.187,24, representando uma taxa de execução de 98,37p.p. Importa ainda realçar o não recebimento efectivo de verbas relativas a participações financeiras quer do INAG, para o Saneamento nas Freguesias de Avanca e Pardilhó – 2ª Fase (€1.505.634,80), quer da Estradas de Portugal ,E.P.E., para Rede Viária do Concelho (€ 188.050,00), quer de Fundos Comunitários, para a Beneficiação e Alargamento de Arruamentos na Freguesia de Salreu, Largo de Sto.Amaro, Eco-Parque Empresarial de Estarreja, Beneficiação e Conservação da Rua Joaquim Maria Resende, Beneficiação e Alargamento da Rua Dr. Fernando Gomes, Remodelação do Abastecimento de Água de Beduído, Equipamento do Cine-Teatro de Estarreja.

3.3.2. Estrutura e Evolução da Receita

Com base nos valores descritos no quadro nº12 e atendendo à estrutura primária das receitas, verifica-se que no exercício económico de 2007, o Município de Estarreja arrecadou €11.947.531,08 de Receitas Correntes, €7.151.341,19 de Receitas de Capital e €1.079,67 de Outras Receitas, perfazendo um total de €19.099.951,94 de Receitas Municipais. Relativamente ao ano anterior, verifica-se um acréscimo de receitas arrecadadas de 9,8%.

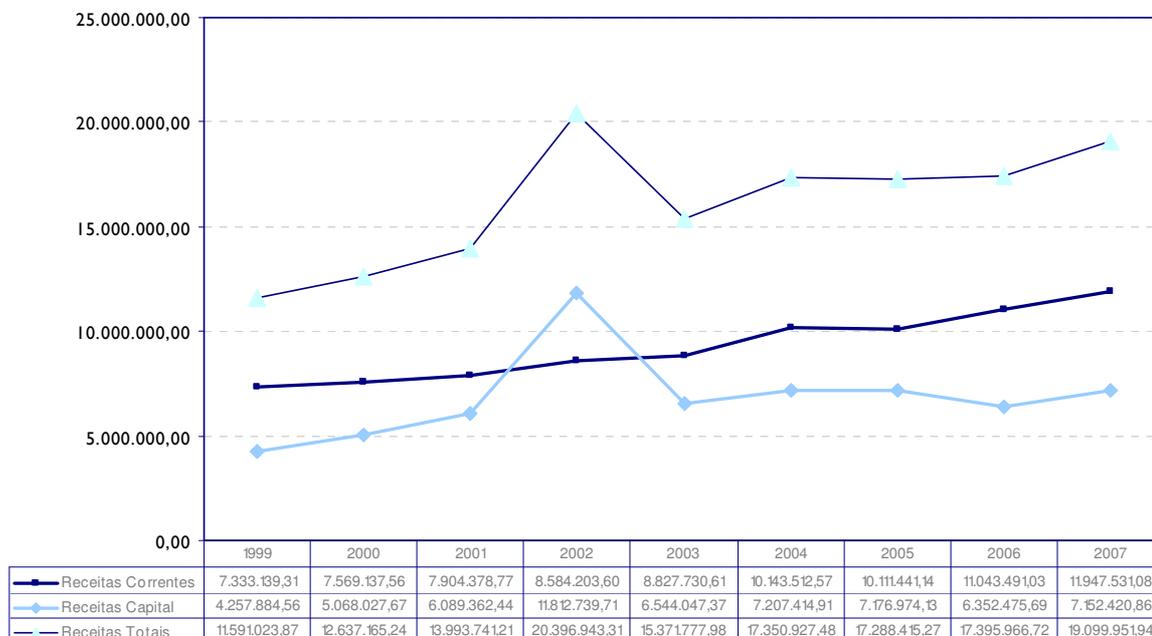
Quadro nº 12			(unidade monetária : Euros)	
Receitas	2007	%	2006	%
Receitas Correntes	11.947.531,08	62,55%	11.043.491,03	63,48%
Receitas de Capital	7.151.341,19	37,44%	6.350.458,83	36,51%
Outras Receitas	1.079,67	0,01%	2.016,86	0,01%
Rec.Totais	19.099.951,94	100,00%	17.395.966,72	100,00%

Constata-se que 62,55% das Receitas Totais são relativas a receitas de natureza corrente enquanto que as receitas de capital representam 37,44% das Receitas Totais arrecadadas pelo município no ano de 2007.

Comparativamente ao ano 2006 verifica-se que as Receitas de Capital cresceram cerca de 12,61%, tendo as Receitas Correntes aumentado 8,19%.

Gráfico nº 6

Evolução das Receitas



Quadro nº 13 -

(unidade monetária : €uros)

Receitas Correntes			Receitas de Capital / Outras Receitas		
Designação	Valor	%	Designação	Valor	%
Impostos Directos	3.352.584,57	28,06%	Venda de Bens de Investimento	2.998.187,24	41,92%
Imposto municipal sobre imóveis	1.456.967,59	12,19%	Transferências de Capital	4.014.938,95	56,13%
Imposto sobre veículos	326.794,24	2,74%	F.E.F.	2.255.222,00	31,53%
Imposto munic s/ transmissões onerosas	524.375,36	4,39%	Outras	1.759.716,95	24,60%
Derrama	998.195,55	8,35%	Passivos Financeiros	138.215,00	1,93%
Impostos abolidos	42.191,83	0,35%	Emp. Contraídos a M/L Prazo	138.215,00	1,93%
Impostos Directos Diversos	4.060,00	0,03%	Outras Receitas	1.079,67	0,02%
Impostos Indirectos	313.756,91	2,63%	Reposições não abatidas nos pagam.	1.079,67	0,02%
Taxas, Multas e Outras Penal.	507.420,36	4,25%			
Rendimentos de Propriedade	376.193,04	3,15%			
Transferências Correntes	4.985.382,19	41,73%			
F.E.F.+ F.S.M.+ P.F.IRS	4.422.675,00	37,02%			
Outras	562.707,19	4,71%			
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.395.087,83	20,05%			
Venda de Bens	36.509,35	0,31%			
Prestações de Serviços	2.335.631,49	19,55%			
Rendas e Alugueres	22.946,99	0,19%			
Outras Receitas Correntes	17.106,18	0,14%			
Totais de Receitas Correntes	11.947.531,08	100,00%	Totais de Receitas de Capital / Outras	7.152.420,86	100,00%

Pela análise dos quadros nº 13 e nº 14 constata-se que as principais fontes de recursos desta Autarquia Local, no ano de 2007, foram compostas, no seu essencial, por Transferências de Capital (21,02%), por Transferências Correntes (26,1%), Impostos Directos (17,55%), por Venda de Bens e Serviços Correntes (12,54%) e por Venda de Bens de Investimento (15,70%).

Os fundos oriundos da cobrança de Impostos Directos, detêm um peso significativo no cômputo geral das receitas angariadas no ano de 2007, representando 28,06% das Receitas Correntes e 17,55% das Receitas Totais.

As Transferências – Correntes e Capital – têm um peso importante na estrutura da Receita, com uma ligeira vantagem das correntes, mostrando uma certa dependência que a autarquia tem perante os Fundos Municipais (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Directa e Variável no IRS). De salientar que a importância destes Fundos Municipais se revela maior nas transferências correntes.

Quadro nº 14 (unidade monetária : Euros)

Receitas Correntes		
Designação	Valor	%
Impostos Directos	3.352.584,57	17,55%
Imposto municipal sobre imóveis	1.456.967,59	7,63%
Imposto sobre veículos	326.794,24	1,71%
Imposto munic sobre transmissões onerosas	524.375,36	2,75%
Derrama	998.195,55	5,23%
Impostos abolidos	42.191,83	0,22%
Impostos Directos Diversos	4.060,00	0,02%
Impostos Indirectos	313.756,91	1,64%
Taxas, Multas e Outras Penal.	507.420,36	2,66%
Rendimentos de Propriedade	376.193,04	1,97%
Transferências Correntes	4.985.382,19	26,10%
F.E.F.+ F.S.M.+ P.F.IRS	4.422.675,00	23,16%
Outras Transferências	562.707,19	2,95%
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.395.087,83	12,54%
Venda de Bens	36.509,35	0,19%
Prestação de Serviços	2.335.631,49	12,23%
Rendas e Alugueres	22.946,99	0,12%
Outras Receitas Correntes	17.106,18	0,09%
Totais de Receitas Correntes	11.947.531,08	62,55%
Receitas de Capital / Outras Receitas		
Designação	Valor	%
Venda de Bens de Investimento	2.998.187,24	15,70%
Transferências de Capital	4.014.938,95	21,02%
F.E.F.	2.255.222,00	11,81%
Outras	1.759.716,95	9,21%
Passivos Financeiros	138.215,00	0,72%
Emp. Contraídos a M/L Prazo	138.215,00	0,72%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00%
Indeminizações	0,00	0,00%
Outras Receitas	1.079,67	0,01%
Totais de Receitas de Capital	7.152.420,86	37,45%
RECEITAS TOTAIS	19.099.951,94	100,00%

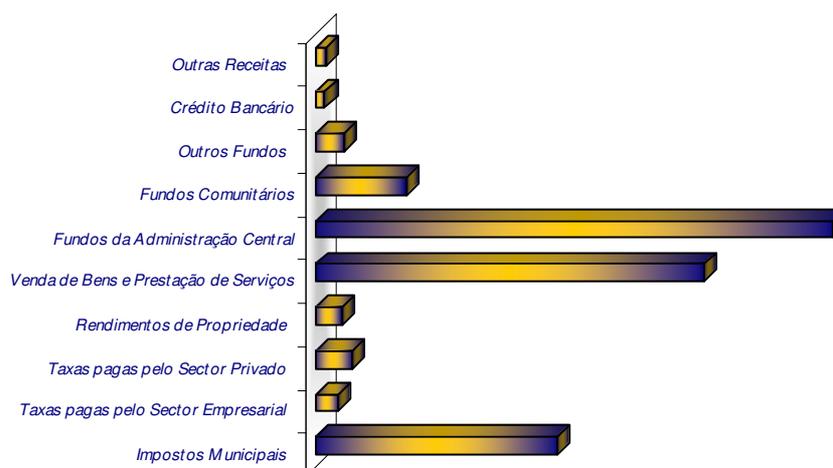
A repartição das receitas globais angariadas no ano 2007 podem ser vistas de outra forma conforme o descrito no gráfico e quadro apresentado de seguida:

Quadro nº 15

(unidade monetária : €uros)

Repartição das Receitas		
Impostos Municipais	3.352.584,57	17,55%
Taxas pagas pelo Sector Empresarial	313.756,91	1,64%
Taxas pagas pelo Sector Privado	507.420,36	2,66%
Rendimentos de Propriedade	376.193,04	1,97%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	5.393.275,07	28,24%
Fundos da Administração Central	7.182.703,74	37,61%
Fundos Comunitários	1.280.134,58	6,70%
Outros Fundos	394.506,68	2,07%
Crédito Bancário	138.215,00	0,72%
Outras Receitas	161.161,99	0,84%
	19.099.951,94	100,00%

Gráfico nº 7



De seguida, procede-se à apresentação de um conjunto de conceitos importantes para uma percepção mais clara do tipo e natureza de receitas obtidas no ano de 2007:

Quadro nº 16

(unidade monetária : Euros)

RECEITA	Valor	Peso %			
		Receita Global	Receita Local	Receita Própria	Receita Fiscal
Local	9.961.415,80	52,15%	100,00%	52,53%	
<i>Fiscal</i>	4.173.761,84	21,85%	41,90%	22,01%	100,00%
Impostos Directos	3.352.584,57	17,55%	33,66%	17,68%	80,33%
Impostos Indirectos	313.756,91	1,64%	3,15%	1,65%	7,52%
Taxas, Multas e Outras Penal.	507.420,36	2,66%	5,09%	2,68%	12,16%
<i>Não Fiscal</i>	5.787.653,96	30,30%	58,10%	30,52%	
Rendimentos de Propriedade	376.193,04	1,97%	3,78%	1,98%	
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.395.087,83	12,54%	24,04%	12,63%	
Venda de Bens de Investimento	2.998.187,24	15,70%	30,10%	15,81%	
Outras Receitas Correntes	18.185,85	0,10%	0,18%	0,10%	
Própria	18.961.736,94	99,28%		100,00%	
Recursos Locais	9.961.415,80	52,15%		52,53%	
Fundos Municipais (FGM/FBM/FCM)	6.677.897,00	34,96%		35,22%	
Outras Transferências	2.322.424,14	12,16%		12,25%	
Alheia	138.215,00	0,72%			
Passivos Financeiros	138.215,00	0,72%			
Total da receita	19.099.951,94	100,00%			

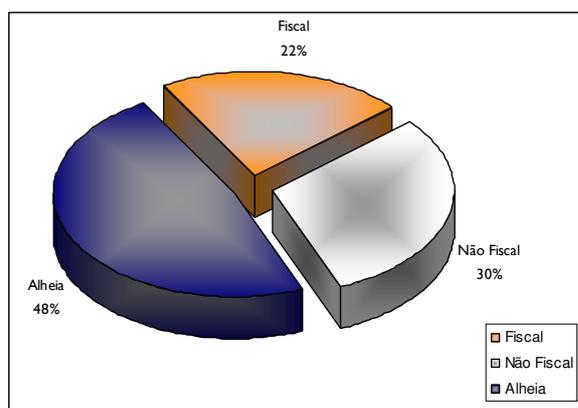
No exercício económico de 2007, é de realçar que 99,28% das Receitas angariadas advêm de **Recursos Próprios** do Município, dentro dos quais se destacam as Transferências (47,47% dos Recursos Próprios e 47,12% das Receitas Totais), as Receitas Fiscais (22,01% dos Recursos Próprios e 21,85% das Receitas Totais) e rendimentos resultantes da alienação de bens próprios e de serviços prestados (inerentes à gestão do património municipal e da cobrança da utilização dos seus serviços).

No Município de Estarreja no ano de 2007 os **Recursos Locais**, constituído por todas as receitas que não sejam Transferências ou Empréstimos, representam 52,15% das Receitas Totais. Importa referir que constituem Recursos Locais todas as receitas que a Autarquia **cobra** no âmbito de prossecução das suas competências e que se encontram previstas na Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais).

No ano de 2007 a Autarquia recorreu a financiamento alheio (crédito bancário) no valor de €138.215,00, representando 0,72% dos recursos arrecadados, verificando-se uma diminuição desta fonte de receita.

Existem análises, em que os Fundos Municipais e outras Transferências são consideradas como Receita Alheia, e neste caso teremos o cenário descrito no gráfico nº8, em que os fundos próprios (Fiscal e Não Fiscal) representam cerca de 52% do total da receita, enquanto que as receitas alheias têm um contributo de 48%, o que revela uma autonomia inconsistente.

Gráfico nº 8





No entanto, é de esclarecer que as Transferências Correntes e de Capital constituem recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, tendo a sua origem em verbas transferidas directamente do Orçamento de Estado para o município (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Directa e Variável no IRS) e em verbas originárias de comparticipações, dotações e subsídios provenientes do Orçamento de Estado (contratos-programa, protocolos, acordos de colaboração) e do Orçamento da Comunidade Europeia (fundos comunitários). Desta forma, este tipo de fundos, dada a sua origem, não são considerados recursos financeiros locais, apesar de constituírem fundos próprios da Autarquia.

Os Fundos Municipais mencionados consubstanciam a participação dos municípios nos impostos do Estado nos termos do artigo 19º da Lei das Finanças Locais.

No cumprimento da norma constitucional da participação nos impostos do Estado, a Lei da Finanças Locais preceitua a participação dos municípios nos impostos (directos e indirectos) do Estado, nos dois impostos directos mais importantes, sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e das pessoas colectivas (IRC) e ainda no principal imposto (indirecto) sobre a despesa, o Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA). Neste sentido, as transferências do Orçamento de Estado para os municípios deixaram de estar indexadas ao aumento percentual do IVA orçado, passando-se a lidar com a cobrança efectiva dos três impostos.

Especificamente, o **Fundo de Equilíbrio Financeiro** (FEF) é repartido da seguinte forma:

- a) 50% como Fundo Geral Municipal (FGM);
- b) 50% como Fundo de Coesão Municipal (FCM).

O **Fundo Geral Municipal** (FGM) procura dar aos municípios um financiamento ao nível das responsabilidades que vinham tendo, *"dotando os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respectivos níveis de funcionamento e investimento."* (artigo 22º da Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro).

O **Fundo de Coesão Municipal** (FCM) visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correcção de assimetrias, em benefício dos municípios menos desenvolvidos, pretendendo-se, desta forma, realizar um esforço acentuado na eliminação de disparidades.

O **Fundo Social Municipal** (FSM) constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na acção social.

Os municípios têm direito, em cada ano, a uma **Participação Directa e Variável até 5% no IRS** dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS. A participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deve ser comunicada por via electrónica pela respectiva câmara municipal à Direcção-Geral dos Impostos, até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos. No entanto em 2007 e 2008 a participação dos municípios no IRS é de 5%, ou seja, o reflexo da deliberação, da percentagem de participação directa e variável do município no IRS, tomada em 2007, apenas terá reflexo nas finanças do município em 2009 – ano de apuramento e transferência de receita pelo Orçamento de Estado.

Importa referir que no presente documento, as receitas com a designação "Participação Fixa no IRS", representam contabilisticamente a **Participação Directa e Variável no IRS** acima descrita, conforme indicações da DGAL.

De seguida, efectua-se uma desagregação das rubricas das Receitas Municipais arrecadadas no exercício económico de 2007:

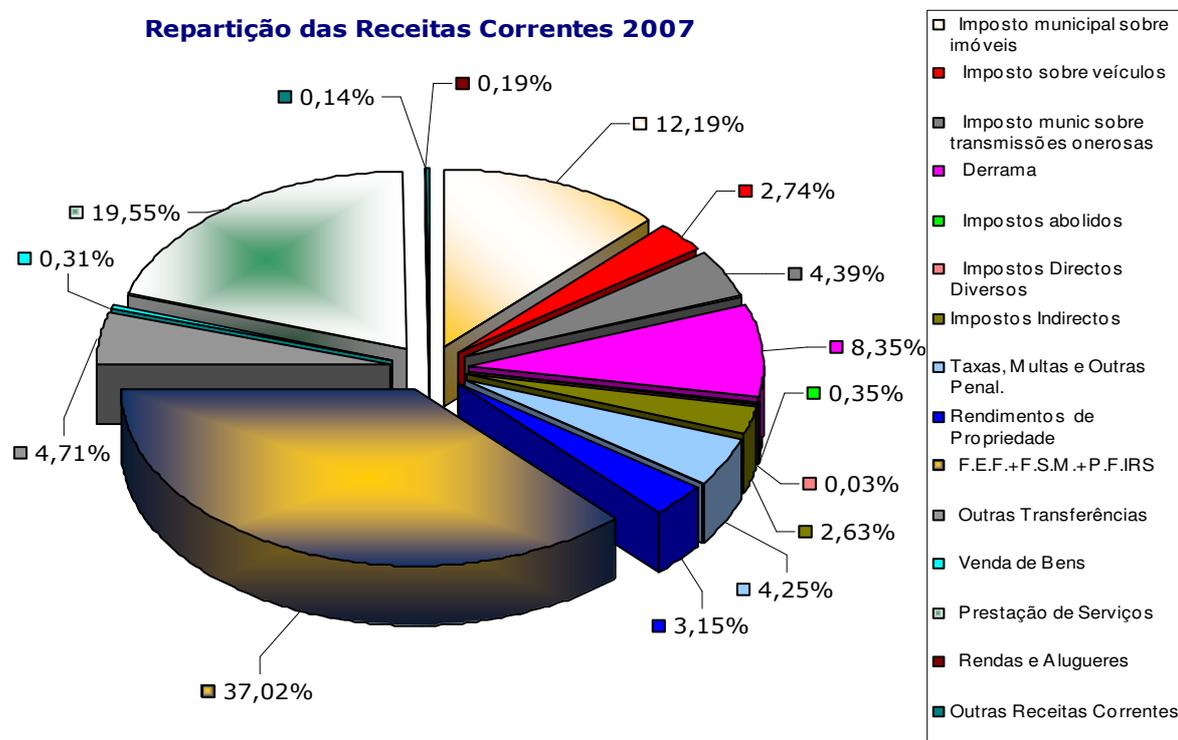
3.2.2 Análise da Receitas Correntes

A repartição das receitas de natureza corrente arrecadas pelo município, no ano 2007, encontra-se descrita no gráfico nº9.

Da análise do gráfico seguinte, destacam-se as receitas provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Variável no IRS) que constituem 37,02% das Receitas Correntes. De destacar igualmente o somatório dos Impostos Directos (Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Sobre Veículos, Imposto Municipal de sobre Transmissões Onerosas (IMT) e Derrama), que representam 28,06% das Receitas Correntes.

A venda de bens e serviços correntes merece igualmente uma referência, pois conforme se pode verificar, apresenta um peso de 20,05% do total das Receitas Correntes.

Gráfico nº 9



IMPOSTOS DIRECTOS

Das Receitas Fiscais arrecadas pelo Município de Estarreja, €3.352.584,57 correspondem a impostos directos (80,33 % das Receitas Fiscais).

Quadro nº 17 - Desagregação dos Impostos Directos

(unidade monetária : Euros)

Designação	2007		2006		Tx Cresc%
	Valor	%	Valor	%	
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.456.967,59	43,46%	1.430.989,81	44,78%	1,82%
Imposto Municipal sobre veículos	326.794,24	9,75%	311.410,11	9,74%	4,94%
Imposto Municipal s/ Trans. Onerosas	524.375,36	15,64%	567.176,03	17,75%	-7,55%
Derrama	998.195,55	29,77%	830.778,91	26,00%	20,15%
Impostos abolidos	42.191,83	1,26%	55.289,48	1,73%	-23,69%
Contribuição autárquica	23.320,42	0,70%	50.028,32	1,57%	-53,39%
Imp. Munc. SISA	18.871,41	0,56%	5.261,16	0,16%	258,69%
Impostos Directos Diversos	4.060,00	0,12%	0,00	0,00%	n.a
TOTAL	3.352.584,57	100,00%	3.195.644,34	100,00%	4,91%



Analisando a desagregação dos Impostos Directos, podemos ver que o valor arrecadado aumentou, face ao ano 2006, em €156.940,23 (4,91%), tendo sofrido diferentes variações em termos do contributo de cada um dos impostos. Neste sentido, podemos constatar que relativamente aos impostos Abolidos (Contribuição Autárquica e SISA) houve um decréscimo de 1,73%, para 1,26%, face ao ano anterior. Quanto ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e ao Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) o seu peso diminuiu de 44.78% para 43,46% e 17.75% para 15,64%, respectivamente, tendo o Imposto Municipal sobre Veículos (IMV) aumentado de 9,74% para 9,75%,. Já os restantes Impostos Directos assistiram a uma diminuição do seu peso relativo. De destacar o aumento da derrama, contrariando a tendência de decréscimo verificada nos anos anteriores.

Gráfico nº10 – Distribuição dos Impostos Directos (Ano 2007)

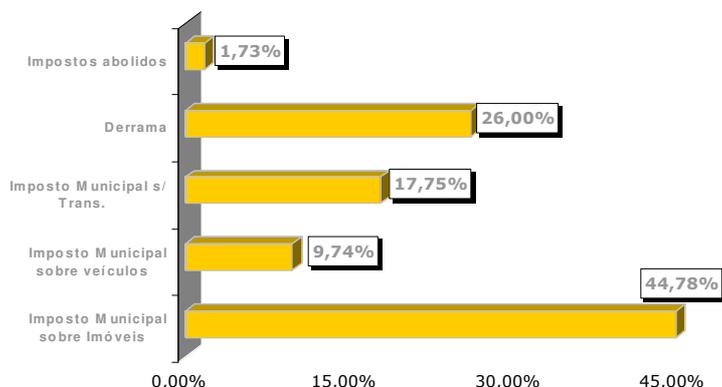
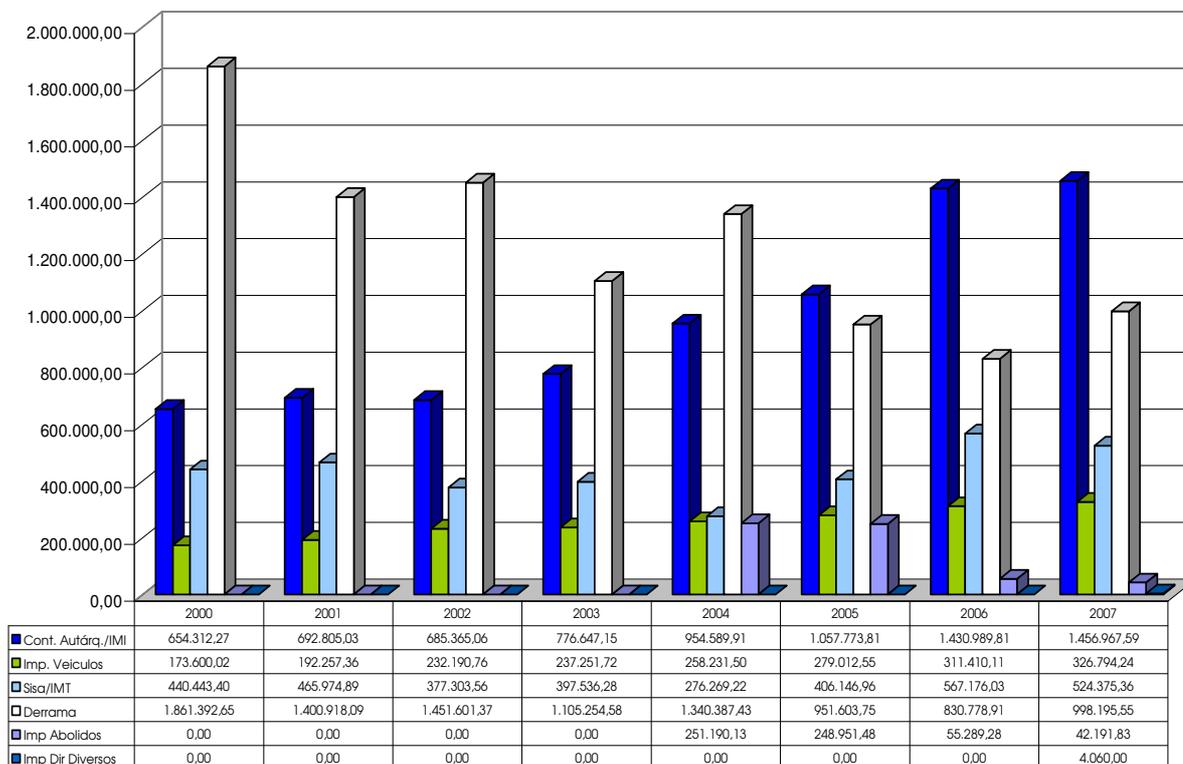


Gráfico nº11 – Evolução dos Impostos Directos (2000-2007)



Da análise do gráfico nº7, podemos verificar que de 2000 a 2004, a derrama era o imposto com maior significado no computo geral dos impostos directos arrecadados pelo Município, sendo de realçar que a partir do ano de 2005, a derrama foi “destronada” pelo Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), tendo sido ainda durante o ano de 2007 que a derrama inverteu a tendência de decréscimo verificada nos últimos dois anos.

► IMPOSTOS INDIRECTOS

Os impostos indirectos são os que recaem exclusivamente sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou utilização de bens e serviços.

No ano económico de 2007, os impostos indirectos (receitas provenientes da cobrança de taxas, emolumentos, licenças e outras semelhantes pelo facto de serem pagas pelo sector produtivo) totalizaram €313.756,91 das Receitas Fiscais (7,52%). Destas taxas e serviços gerais pagos por unidades empresariais, a mais relevante foi a registada na sub-rubrica Mercados e Feiras.

Estas receitas tributárias, representam 1,64% das Receitas Totais e 2,63% das Receitas Correntes.

Quadro nº 18 - Desagregação dos Impostos Indirectos (unidade monetária : Euros)

Designação	2007		2006		Tx Cresc
	Valor	%	Valor	%	
Impostos Indirectos Específicos das Autarquias					
Mercados e Feiras	152.318,91	48,55%	152.163,94	53,88%	0,10%
Loteamentos e Obras	50.659,42	16,15%	29.480,23	10,44%	71,84%
Ocupação da Via Pública	28.812,97	9,18%	26.343,86	9,33%	9,37%
Publicidade	40.923,59	13,04%	45.018,94	15,94%	-9,10%
Saneamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	41.042,02	13,08%	29.405,17	10,41%	39,57%
<i>Taxas Municipal de Direito de passagem</i>	9.191,44	2,93%	753,77	0,27%	1119,40%
<i>Taxas de Depósito da Ficha Técn. Habitação</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	31.850,58	10,15%	28.651,40	10,15%	11,17%
TOTAL	313.756,91	100,00%	282.412,14	100,00%	11,10%

De referir, que no ano 2007 se registou um aumento significativo (71,84%) da receita arrecadada de impostos indirectos da sub-rubrica de Loteamentos e obras, quando comparado com o ano de 2006. Constatou-se um aumento significativo na cobrança de uma taxa municipal criada em 2005, designadamente, a Taxa Municipal de Direito de Passagem, no entanto o montante da receita cobrada por aplicação destas taxas, é pouco significativo no âmbito da receita arrecadada com impostos indirectos (2,93%).

A **Taxa Municipal de Direito de Passagem**, tem incidência sobre os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal. Esta taxa foi aplicada atentando nos pressupostos inscritos na Lei nº 5/2004 de 10 de Fevereiro, Lei das Comunicações Electrónicas. Este Diploma entrou em vigor no dia 11 de Fevereiro de 2004, embora a aplicação desta taxa municipal só tenha apresentado repercussões na receita do município em 2006.

No que respeita à **Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação**, esta corresponde ao pagamento de uma taxa, a fixar pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, antes da realização da escritura que envolva a aquisição da propriedade de prédio ou fracção destinada à habitação, estando os promotores imobiliários estão obrigados a depositar um exemplar da ficha técnica da habitação de cada prédio ou fracção no município onde correr o processo de licenciamento respectivo, conforme consta no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 68/2004 de 25 de Março.

► TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

Quadro nº 19 - Desagregação das Taxas, Multas e Outras Penalidades (unidade monetária : €uros)

Designação	2007		2006		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Taxas Específicas das Autarquias					
Mercados e Feiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Loteamentos e Obras	304.041,47	59,92%	144.515,06	44,71%	110,39%
Ocupação da Via Pública	3.792,33	0,75%	3.636,11	1,12%	4,30%
Caça, Uso e Porte de Armas	617,39	0,12%	931,80	0,29%	-33,74%
Saneamento	151.421,57	29,84%	127.656,23	39,49%	18,62%
Outros	15.189,81	2,99%	16.742,50	5,18%	-9,27%
<i>Taxas de Depósito da Ficha Técn. Habitação</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	15.189,81	2,99%	16.742,50	5,18%	-9,27%
SUBTOTAL	475.062,57	93,62%	293.481,70	90,80%	61,87%
Multas e Outras Penalidades					
Coimas e penalidades p/ contra-ordenações	16.964,14	3,34%	16.676,59	5,16%	1,72%
Juros de Mora	7.530,64	1,48%	4.444,54	1,38%	69,44%
Multas e penalidades diversas	7.863,01	1,55%	8.628,12	2,67%	-8,87%
SUBTOTAL	32.357,79	6,38%	29.749,25	9,20%	8,77%
TOTAL	507.420,36	100,00%	323.230,95	100,00%	56,98%

Taxas

A cobrança de taxas relativas a serviços prestados pela Autarquia a particulares rendeu €475.062,57, sendo os loteamentos de obras (59,92%) e o saneamento (29,84%), as principais fontes deste tipo de recursos.

A cobrança destas taxas representa 3,98% das Receitas Correntes e 2,49% das Receitas Totais.

Multas e Outras Penalidades

A efectivação de sanções pecuniárias produziu, no exercício de 2007, €32.357,79, traduzindo um acréscimo de 8,77% em relação ao valor verificado no ano anterior. Estas receitas punitivas e compensatórias representam 0,17% das Receitas Totais e 0,27% das Receitas Correntes.

► RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

As receitas provenientes de rendimentos de activos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos concedidos), terrenos e de activos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros), representam 0,17% das Receitas Totais e 0,27% das Receitas Correntes e as provenientes de rendas – bens de domínio público, representam 1,80,% das receitas totais e 2,88% das Receitas Correntes.

Quadro nº 20 - Desagregação dos Rendimentos de Propriedade (unidade monetária : €uros)

Designação	2007		2006		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Juros	29.347,40	7,80%	18.188,75	3,79%	61,35%
<i>Bancos e outras Inst.Financeiras</i>	29.347,40	7,80%	18.188,75	3,79%	61,35%
<i>Companhias de Seguros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Dividendos e outras participações em lucros	2.680,27	0,71%	2.354,47	0,49%	13,84%
<i>Empresas municipais e intermunicipais</i>	2.680,27	0,71%	2.354,47	0,49%	13,84%
<i>Empresas privadas</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outras</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rendas	344.165,37	91,49%	458.886,30	95,72%	-25,00%
<i>Edifícios</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Bens de Domínio Público</i>	344.162,77	91,49%	458.883,70	95,71%	-25,00%
<i>Outras</i>	2,60	0,00%	2,60	0,00%	0,00%
TOTAL	376.193,04	100,00%	479.429,52	100,00%	-21,53%

Os rendimentos de propriedade obtidos (DOC-OD/D), neste ano económico, dizem respeito, à remuneração de depósitos detidos por esta entidade em Instituições de Crédito, aos rendimentos resultantes da distribuição de dividendos em participações de capital detidas pela Autarquia em outras empresas e sistemas multimunicipais, nomeadamente, na empresa ERSUC,S.A. e à renda de concessão com a empresa EDP. De referir, que por questões de não concordância com a facturação de iluminação pública relativa ao 3º Trimestre de 2007, emitida pela EDP, procedeu-se á respectiva reclamação, junto da referida EDP, não se tendo efectuado o respectivo encontro de contas até resolução do mesmo. Deste modo, a diminuição registada nas Rendas de Bens de Domínio Público deve-se á não entrada da renda de concessão referente ao 3º Trimestre de 2007, resultante de processo de facturação em estado de reclamação.

► TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As Transferências Correntes compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afectação pré-estabelecida.

Os fundos consignados ao Município pelas Transferências Correntes globalizaram, em 2007, os €4.985.382,19,representando 26,10% das Receitas Totais e 41,73% das Receitas Correntes arrecadadas.

No actual enquadramento legal das Finanças Locais, expresso pela Lei nº2/2007 de 15 de Janeiro, a verba inscrita no Orçamento de Estado e transferida para os municípios subdivide-se nos seguintes fundos: Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Directa e Variável no IRS.

No seu conjunto, estas verbas transferidas directamente do Orçamento do Estado para o município de Estarreja contribuíram com cerca de 88,71% do resultado apresentado pelas Transferências Correntes, tendo existido um aumento de €484.468,00 (12,30%) em relação ao transferido no ano económico de 2006.

Na subrubrica Famílias registam-se os pagamentos relativos a passes escolares e prolongamentos de horário do pré-escolar.

No cômputo geral esta rubrica económica apresenta um acréscimo relativamente à execução do ano anterior de 14,24%.

Quadro nº 21 - Desagregação das Transferências Correntes (unidade monetária : Euros)

Designação	2007		2006		Tx Cresc%
	Valor	%	Valor	%	
Sociedades e Quase Soc. Não Financeiras	130,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Públicas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outras</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Privadas	130,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Sociedades Financeiras	550,00	0,01%	0,00	0,00%	0,00%
Bancos e Outras Instituições Financeiras	550,00	0,01%	0,00	0,00%	0,00%
Administração Central	4.902.623,13	98,34%	4.261.903,51	97,66%	15,03%
Estado	4.902.623,13	98,34%	4.261.903,51	97,66%	15,03%
Fundo Equilíbrio Financeiro	3.459.995,00	69,40%	3.290.046,00	75,39%	5,17%
<i>Fundo Geral Municipal</i>	1.729.997,50	34,70%	2.028.346,00	46,48%	-14,71%
<i>Fundo de Coesão Municipal</i>	1.729.997,50	34,70%	1.261.700,00	28,91%	37,12%
Fundo Social Municipal	416.617,00	8,36%	0,00	0,00%	na.
Participação Fixa no IRS	546.063,00	10,95%	0,00	0,00%	na.
Fundo Base Municipal	0,00	0,00%	648.161,00	14,85%	-100,00%
Outras	479.948,13	9,63%	323.696,51	7,42%	48,27%
Estado- Participação comunitária	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Famílias	82.079,06	1,65%	63.770,52	1,46%	28,71%
Resto do Mundo	0,00	0,00%	38.435,33	0,88%	-100,00%
TOTAL	4.985.382,19	100,00%	4.364.109,36	100,00%	14,24%

De forma discriminativa, no quadro nº22 identifica-se a origem das receitas de transferências correntes da Administração Central /Outras.

Quadro nº 22 - Transferências Correntes da Administração Central / Outras (unid monet. : €uros)

Designação	Valor
Acordo de Colaboração - Expansão da Rede Nacional de Educação Pré-Escolar	
Lei nº5/97 de 10 de Fevereiro e nº4 do artigo 32º do DL 147/97 de 11/06	46.973,91
Centro de Emprego de Aveiro -Inst de Emprego e Formação Profissional	
Programa Ocupacional para Trabalhadores Desempregados	22.181,68
Estágios Profissionais	4.908,68
Programa Vida-Emprego	2.948,99
Compensação pelos Encargos com Transportes Escolares	
Decreto-Lei nº 299/84 de 09/05 e Decreto-Lei nº 35/90 de 25/01	26.666,00
Direcção Regional dos Serviços Florestais	
Subsidio para Gabinete Florestal	22.017,05
Direcção Regional de Educação do Centro	
Comparticipação - Auxiliares de Acção Educativa	59.964,52
Contrato-Programa - Fornecimento de Refeições Escolares Al.1ºCiclo	18.635,37
Programa de Reordenamento da rede escolar do 1º Ciclo	11.250,00
Comparticipação nas Actividades de Enriquecimento Curricular	233.932,65
Comparticipação nas Elaboração de Carta Educativa	12.500,00
Instituto de Desenvolvimento Social	
Protocolo de Colaboração para a Comissão de Protecção de Crianças Menores	17.969,28
Participação dos Municípios nos Impostos do Estado - Fundos Municipais	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.459.995,00
Fundo Social Municipal	416.617,00
Participação Fixa no IRS	546.063,00
Diversos - Famílias e Donativos	
Diversos - Famílias e Donativos	82.759,06
TOTAL	4.985.382,19

Especificamente, as transferências correntes encontram-se descritas no Documento de Prestação de Contas **DOC -21/TC - "Transferências Correntes – Receita"** (Anexo às Demonstrações Financeiras).

► **VENDA DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS CORRENTES**

A venda de bens e prestação de serviços correntes rendeu à autarquia €2.395.087,83, mais €27.722,62 que a receita arrecadada no ano anterior, ou seja, verificou-se um acréscimo de cerca de 1,17% deste tipo de receitas .

Quadro nº 23 - Desagregação da Venda de bens e Prestações de Serviços (unid. monetária : Euros)

Designação	2007		2006		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Venda de Bens	36.509,35	1,52%	9.802,01	1,05%	272,47%
Publicações e Impressos	28.774,60	1,20%	6.786,41	0,92%	324,00%
Bens Inutilizados	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Desperdícios, Resíduos e Refugos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Produtos Acabados e Intermédios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	7.734,75	0,32%	3.015,60	0,13%	156,49%
Prestação de Serviços	2.335.631,49	97,52%	2.334.948,13	97,87%	0,03%
Aluguer de Espaços e Equipamentos	50,00	0,00%	110,50	0,00%	0,00%
Serviços Sociais, Recreativos, Culturais e Desportivos	146.503,72	6,12%	170.514,33	6,97%	-14,08%
<i>Serviços Recreativos</i>	1.340,00	0,06%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Serviços Culturais</i>	19.017,00	0,79%	38.715,12	0,69%	-50,88%
<i>Serviços Desportivos</i>	126.146,72	5,27%	131.799,21	6,28%	-4,29%
Serviços Específicos das Autarquias	2.189.077,77	91,40%	2.164.323,30	90,90%	1,14%
<i>Saneamento</i>	817.591,38	34,14%	881.766,82	21,60%	-7,28%
<i>Resíduos Sólidos</i>	294.207,20	12,28%	66.853,14	3,54%	340,08%
<i>Trabalho por conta de particulares</i>	76.224,73	3,18%	197.862,13	7,43%	-61,48%
<i>Mercados e Feiras</i>	4.795,01	0,20%	2.676,81	0,03%	79,13%
<i>Distribuição de Água</i>	945.692,25	39,48%	980.087,18	55,97%	-3,51%
<i>Parques de Estacionamento</i>	11.358,10	0,47%	2.153,53	0,18%	427,42%
<i>Outros</i>	39.209,10	1,64%	32.923,69	2,14%	19,09%
Rendas e Alugueres	22.946,99	0,96%	22.615,07	1,08%	1,47%
Edifícios	22.946,99	0,96%	22.615,07	1,08%	1,47%
TOTAL	2.395.087,83	100,00%	2.367.365,21	100,00%	1,17%

Venda de Bens

O produto da venda de bens, permitiu a obtenção de receitas no valor de €36.509,35, sendo a venda de Cadernos de Encargos a principal fonte deste tipo de rendimentos.

A venda de bens representa 0,31% das Receitas Correntes e 0,19% das Receitas Totais.

Prestação de Serviços

A Autarquia presta um conjunto de serviços à comunidade, aos quais se encontra associado um preço, calculado com base nos custos de fornecimento dos diversos serviços.

A venda desse conjunto de serviços atingiu, em 2007, os €2.335.631,49, representando 19,55% das Receitas Correntes e 12,23% das Receitas Totais .

Em relação ao verificado no ano económico anterior, as receitas obtidas pela prestação de serviços mantiveram praticamente o mesmo valor, tendo-se verificado um ligeiro acréscimo de 0,03% o que traduz, em termos absolutos, um acréscimo de €683,36.

As principais fontes de rendimento desta rubrica são a distribuição de água e o serviço de saneamento, que representam 40,49% e 35,01%, respectivamente, das receitas arrecadadas na prestação de serviços.

De realçar ainda o valor arrecadado pela recolha de Resíduos Sólidos, que verificou um aumento significativo de 340,08%, correspondente ao montante de €227.354,06. Este acréscimo deveu-se à consolidação da cobrança da Tarifa Municipal de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, aprovada em Reunião de Câmara de 08/08/2006, através da Deliberação nº 210/2006, entrando em vigor a partir de Setembro de 2006. Esta tarifa permite compensar, parcialmente, os encargos anuais que a autarquia detêm com a prestação de serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos. Os custos englobam encargos com a subcontratação de serviços de recolha e tratamento, aquisição de contentores molock`s, sacos de lixo, custos com pessoal e manutenção de equipamento de limpeza urbana (ex:varredoras e aspiradoras).

Também é relevante a componente referente à realização de trabalhos requisitados ou da responsabilidade de pessoas singulares ou colectivas, nomeadamente a reconstrução de passeios, demolições e outra obras e serviços, renderam á autarquia €76.224,73 (3,26% do total da Prestação de Serviços).

As receitas resultantes da utilização das piscinas municipais (Piscina M^a de Lurdes Breu - Estarreja e da Piscina Coberta de Avanca), das actividades desenvolvidas no âmbito da Escola Municipal do Desporto, das actividades desenvolvidas no Cine-Teatro de Estarreja e das visitas da Casa Museu Egas Moniz, totalizaram €146.503,72, constituindo cerca de 6,27% das receitas arrecadadas com a Prestação de Serviços.

Na rubrica residual de venda de serviços, encontra-se englobada a receita da venda de refeições na cantina municipal, entre outros.

Rendas e Aluguers

Os rendimentos provenientes do arrendamento de casa ou outros edifícios para fins habitacionais totalizaram €22.946,99 (Urbanização da Teixugueira e da Póvoa de Baixo).

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Quadro nº 24 - Desagregação das Outras Receitas Correntes (unid. monetária : Euros)

Designação	2007		2006		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Indemnizações - deteiorização, roubo e extravio	639,14	3,74%	1.999,44	6,39%	-68,03%
Indemnizações - estragos provocados por outrem	1.594,15	9,32%	5.150,81	16,46%	-69,05%
IVA-Reembolsado	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Diversas	14.872,89	86,94%	24.149,46	77,16%	-38,41%
TOTAL	17.106,18	100,00%	31.299,71	100,00%	-45,35%

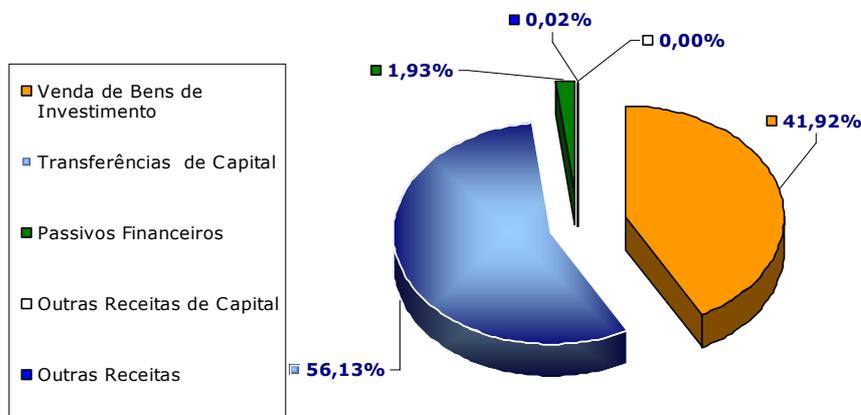
O montante proveniente deste tipo de receitas atingiu, em 2007, os €17.106,18, representando 0,14% das Receitas Correntes e 0,09% das Receitas Totais.

3.2.3 Análise da Receitas de Capital

A repartição das receitas de natureza capital arrecadas pelo município, no ano 2007, encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida:

Gráfico nº12

Repartição das Receitas de Capital 2007



► VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO

Quadro nº 25 - Desagregação da Venda de Bens de Investimento (unidade monetária : Euros)

Designação	2007		2006		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Terrenos e recursos naturais	2.985.485,81	99,58%	185.490,00	70,91%	1509,51%
Habitacões	12.701,43	0,42%	73.731,48	28,19%	-82,77%
Edifícios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Equipamento de transporte	0,00	0,00%	350,00	0,13%	-100,00%
Maquinaria e Equipamento	0,00	0,00%	1.962,00	0,75%	-100,00%
Outros	0,00	0,00%	46,20	0,02%	-100,00%
TOTAL	2.998.187,24	100,00%	261.579,68	100,00%	1046,19%

No exercício económico em análise, a venda de bens de investimento, rendeu €2.998.187,24, valor que se deve á realização de escrituras de compra e venda de lote de terrenos do Eco-Parque Empresarial de Estarreja, tendo os adquirentes procedido ao pagamento do valor correspondente aos restantes 70% do custo total do lote, visto já ter sido pagos 30% aquando da celebração de contratos de promessa de compra e venda (artigo 12º do Regulamento de venda de Lotes de terreno do Eco-Parque Empresarial de Estarreja), à venda da habitação nº3 na Urbanização do Gonde (€12.469,95) e ao pagamento de rendas de habitações de contrato resolúvel da Urbanização do Gonde.

► TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

As Transferências de Capital, em conjunto com as Transferências Correntes, representam um importante apoio financeiro da Autarquia Local.

As Transferências de Capital compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

Quadro nº 26 - Desagregação das Transferências de Capital (unidade monetária : Euros)

Designação	2007		2006		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Sociedades Quase Soc Não Financ	310.000,00	7,72%	0,00	0,00%	0,00%
Privadas	310.000,00	7,72%	0,00	0,00%	0,00%
Administração Central	2.280.080,61	56,79%	3.767.488,71	77,46%	-39,48%
Estado	2.280.080,61	56,79%	3.767.488,71	77,46%	-39,48%
Fundo Equilíbrio Financeiro	2.255.222,00	56,17%	2.193.364,00	45,10%	2,82%
Fundo Geral Municipal	1.127.611,00	28,09%	1.352.231,00	27,80%	-16,61%
Fundo de Coesão Municipal	1.127.611,00	28,09%	841.133,00	17,29%	34,06%
Fundo Base Municipal	0,00	0,00%	432.107,00	8,88%	-100,00%
Cooperação Técnica e Financeira	24.858,61	0,62%	1.142.017,71	23,48%	-97,82%
Administração Local	144.723,76	3,60%	109.475,86	2,25%	32,20%
Continente	144.723,76	3,60%	109.475,86	2,25%	32,20%
Resto do Mundo	1.280.134,58	31,88%	986.849,67	20,29%	29,72%
União Europeia - Instituições	1.280.134,58	31,88%	986.849,67	20,29%	29,72%
TOTAL	4.014.938,95	100,00%	4.863.814,24	100,00%	-17,45%

No ano de 2007, entraram nos cofres do município €4.014.938,95 de fundos relativos a verbas transferidas de orçamentos de outras entidades (Administração Central, Administração Local, Comunidade Europeia, empresas e outras), sendo 56,17% desses fundos, originários da verba inscrita no Orçamento de Estado destinada, propriamente, ao município de Estarreja ao abrigo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, sendo este constituído em partes iguais pelo Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal.



As receitas resultantes de transferências da Administração Local, constituíram cerca de 3,60% das receitas arrecadadas com as Transferências de Capital. Este montante deve-se fundamentalmente, a transferências de capital de outros municípios, relativos a projectos de investimento intermunicipal.

De referir, que, comparativamente com o arrecadado no ano anterior, o valor global deste tipo de receitas sofreu uma diminuição de €848.875,29, representando 17,45%.

Importa ainda salientar, que se assistiu a um acréscimo de cerca de 29,72% nas transferências de capital provenientes do resto do mundo, devido fundamentalmente ao aumento na obtenção de participações financeiras de origem comunitária.

Em termos de apoio financeiros recebidos no âmbito da **Cooperação Técnica e Financeira**, no quadro nº 27 procede-se á discriminação da origem dos valores recebidos em 2007:

Quadro nº 27 – Cooperação Técnica e Financeira

(unidade monetária : Euros)

Designação	Valor
Protocolo nº04/2006 - PRAUD - DGOTDU	
Comparticipação no Projecto "Requalificação Paisagística do Largo de Santo Amaro"	3.500,00
Contrato Programa nº100/2005 - DGAL	
Comparticipação no Projecto "Parque Municipal de Antuã"	21.358,61
TOTAL	24.858,61

A nível de apoio financeiros de natureza comunitária, no quadro nº27 procede-se á discriminação da origem dos valores recebidos em 2007:

Quadro nº 28 – União Europeia / Instituições

(unidade monetária : €uros)

Designação do Programa de Apoio	Valor
Programa Operacional da Região Centro	
EIXO I	
Medida I.1	
Reconstrução, Ampliação e Arranjos envolventes da Escola do Mato - Freguesia de Avanca	64.681,04
Parque Municipal do Antuã	70.228,55
Remodelação da Rede de Abastecimento de Água na Freguesia de Beduído	159.304,97
Recuperação, Valorização e Enquadramento Paisagístico do Largo de Stº Amaro	137.839,23
Arruamentos na Freguesia de Salreu	92.990,07
Rua Joaquim Maria Resende - Pardilhó	97.496,01
Medida I.2	
Saneamento na Freguesia de Beduído	61.056,81
Medida I.4	
Construção/Concepção da Praça do Município e Arruamentos Envolventes	262.031,54
Medida I.6	
Programa FORAL - Certificação da Qualidade	29.515,18
EIXO III	
Medida 3.1	
Jardim de Infância de Pardilhó	7.635,00
Medida 3.12	
EN109 - Variante ao Hospital de Estarreja	40.969,71
Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento	
EIXO I	
Medida1.1	
Espaço Internet de Estarreja- componente FEDER	2.726,31
Medida1.1 - Aveiro Digital	
MEMDigital	13.201,13
SIGRia	1.449,74
AEI - Modernização Administrativa	35.364,54
Ambi-Ria	15.600,43
Secur-Ria	15.189,69
Programa Operacional da Ciência e inovação	
EIXO III	
Medida 3.1	
Ciência Viva - Biologia no Verão 2006	2.100,00
Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social	
EIXO V	
Medida 5.1	
Rede Social	14.224,37
Programa Operacional da Cultura	
EIXO II	
Medida 2.1	
Requalificação e Revitalização do Cine-Teatro	153.297,06
Programa Operacional da Educação - PRODEP III	
EIXO III	
Medida 9.1 - Conteúdos Multimédia Educativos	
Escolas EB1 de Est@rreja aprendem com conteúdos Multimédia	3.233,20
TOTAL	1.280.134,58

Especificamente, as transferências de capital encontram-se descritas no Documento de Prestação de Contas **DOC -22/TC – “ Transferências de Capital – Receita”** (Anexo às Demonstrações Financeiras).

► PASSIVOS FINANCEIROS

Segundo a alínea h) do artigo 16º da Lei nº 42/98, de 6 de Agosto, um dos meios de financiamento ao dispor das autarquias locais é constituído pelo “ produto de empréstimos,...” , sendo , por lei , permitido aos municípios “...contrair empréstimos e utilizar aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito...” (artigo 23º da Lei das Finanças Locais) podendo os empréstimos contraídos pelos Municípios ser de curto prazo ou de médio e longo prazo.

O Município de Estarreja, durante o ano 2007, recorreu a utilização de verbas inerentes a financiamentos bancários de médio e longo prazo que se encontram, ainda em regime de conta-corrente (período de deferimento/utilização).

Quadro nº 29 – Passivos Financeiros

(unidade monetária : €uros)

Finalidade	Contratação		Valor Utilizado	
	Data	Valor	Anos anteriores	Ano 2007
Parque Desportivo Municipal de Estarreja	21-12-06	75.212,00	0,00	50.212,00
Largo Stº Amaro e Centro Civico Pardilhó	16-12-05	73.003,00	0,00	23.003,00
Parque Industrial PPI/2006	24-05-06	974.911,00	885.000,00	65.000,00
TOTAL		1.123.126,00	885.000,00	138.215,00

Pelo descrito, no ano de 2007 a Autarquia Local recorreu a financiamento alheio (crédito bancário), o qual representa 0,72% dos recursos totais arrecadados, de forma a suportar as despesas realizadas.

3.3 DESPESA

3.3.1 Execução Orçamental da Despesa

A análise do quadro nº30 permite-nos avaliar a despesa sob a perspectiva económica, identificando-se., por uma lado, o destino privilegiado das despesas – correntes e capital - e, por outro, a sua natureza - despesas com pessoal , aquisição de bens e serviços, transferências , encargos financeiros , investimento , , etc.

Podemos constatar que , a dotação da despesa sofreu alterações significativas com as modificações orçamentais realizadas durante o ano, beneficiando as despesas correntes em detrimento das despesas de capital .

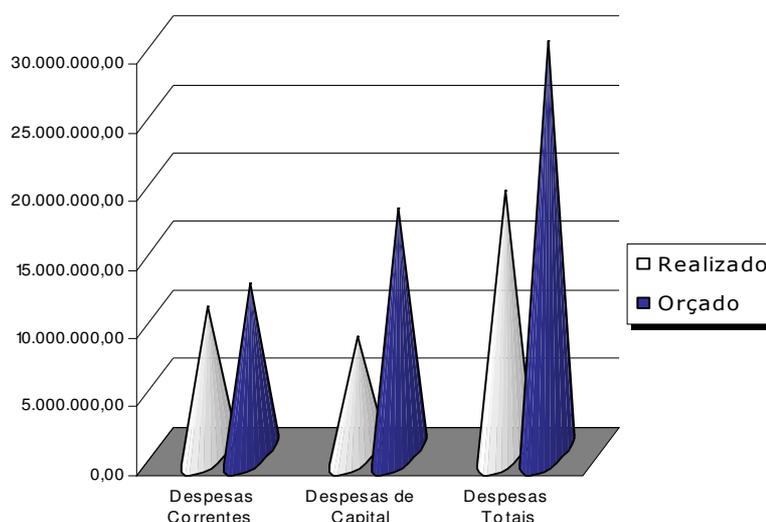
Quadro nº 30 – Execução da Despesa

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio (c)-(b)	% Exec. (c)/(a)	% Exec. (c)/(b)
	Inicial (a)	Final (b)				
Despesas Correntes	12.081.282,57	12.220.986,46	10.590.535,36	-1.630.451,10	87,66%	86,66%
Pessoal	4.751.176,72	4.758.486,72	4.620.913,25	-137.573,47	97,26%	97,11%
Aquisição de Bens e Serviços	5.864.955,85	5.839.352,72	4.467.404,14	-1.371.948,58	76,17%	76,51%
Aquisição de Bens	764.458,30	684.243,68	464.523,70	-219.719,98	60,77%	67,89%
Aquisição de Serviços	5.100.497,55	5.155.109,04	4.002.880,44	-1.152.228,60	78,48%	77,65%
Juros e Outros Encargos Financeiros	539.250,00	607.850,00	580.443,80	-27.406,20	107,64%	95,49%
Juros da Dívida Pública	446.000,00	495.000,00	479.686,99	-15.313,01	107,55%	96,91%
Juros de Locação Financeira	31.250,00	31.850,00	24.425,22	-7.424,78	78,16%	76,69%
Juros Tributários	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Outros juros	60.000,00	80.000,00	76.331,59	-3.668,41	127,22%	95,41%
Outros encargos financeiros	1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00	0,00%	0,00%
Transferências Correntes	843.900,00	990.797,02	904.918,94	-85.878,08	107,23%	91,33%
Administrações públicas	426.900,00	411.985,02	359.321,09	-52.663,93	84,17%	87,22%
Segurança Social	5.000,00	3.500,00	1.992,43	-1.507,57	39,85%	56,93%
Administrações privadas	319.000,00	542.812,00	518.544,88	-24.267,12	162,55%	95,53%
Famílias	93.000,00	32.500,00	25.060,54	-7.439,46	26,95%	77,11%
Outras Despesas Correntes	82.000,00	24.500,00	16.855,23	-7.644,77	20,56%	68,80%
Despesas de Capital	17.878.717,43	17.739.013,54	8.404.514,65	-9.334.498,89	47,01%	47,38%
Investimentos	15.737.317,43	15.689.293,54	7.039.980,27	-8.649.313,27	44,73%	44,87%
Terrenos	400.900,00	456.900,00	140.536,53	-316.363,47	35,06%	30,76%
Habitações	293.000,00	211.455,00	114.473,33	-96.981,67	39,07%	54,14%
Edifícios	875.900,00	860.885,00	338.981,12	-521.903,88	38,70%	39,38%
Construções Diversas	12.915.507,43	12.770.049,65	5.635.150,81	-7.134.898,84	43,63%	44,13%
Equipamento de Transporte	17.000,00	27.255,00	20.449,12	-6.805,88	120,29%	75,03%
Equipamento Informático	95.300,00	74.245,00	28.911,04	-45.333,96	30,34%	38,94%
Software Informático	123.000,00	73.260,00	54.255,88	-19.004,12	44,11%	74,06%
Equipamento Administrativo	85.600,00	86.700,00	44.361,73	-42.338,27	51,82%	51,17%
Equipamento Básico	509.700,00	527.700,00	221.504,88	-306.195,12	43,46%	41,98%
Ferramentas e Utensílios	10.000,00	11.500,00	9.980,51	-1.519,49	99,81%	86,79%
Outros Investimentos	174.480,00	164.410,00	58.905,18	-105.504,82	33,76%	35,83%
Locação Financeira	226.930,00	414.933,89	372.470,14	-42.463,75	164,13%	89,77%
Bens de Domínio Público	10.000,00	10.000,00	0,00	-10.000,00	0,00%	0,00%
Transferências de Capital	1.440.400,00	1.348.720,00	691.013,66	-657.706,34	47,97%	51,23%
Administrações públicas	1.095.400,00	1.000.400,00	391.262,07	-609.137,93	35,72%	39,11%
Administrações privadas	280.000,00	280.000,00	238.586,89	-41.413,11	85,21%	85,21%
Famílias	65.000,00	68.320,00	61.164,70	-7.155,30	94,10%	89,53%
Activos Financeiros	1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	694.000,00	694.000,00	672.793,26	-21.206,74	96,94%	96,94%
Amort. Emp. Contraídos a M/L Prazo	694.000,00	694.000,00	672.793,26	-21.206,74	96,94%	96,94%
Outras Despesas de Capital	6.000,00	6.000,00	727,46	-5.272,54	12,12%	12,12%
DESPESAS TOTAIS	29.960.000,00	29.960.000,00	18.995.050,01	-10.964.949,99	63,40%	63,40%

Com base no quadro acima , comparando o valor orçado das Despesas Totais (€29.960.000,00), com o efectivamente realizado (€18.995.050,01) no ano económico em análise , obtém-se uma taxa de execução a nível das despesas de 63,40 %, ou seja, o valor efectivo da despesa realizada foi inferior ao inicialmente previsto em €10.964.949,99..

Gráfico nº13



O montante pago em 2007 (18.995.050,01) foi superior ao de 2006 (17.291.872,44), assim como a taxa de execução de 2007 de 63,40% comparada com a de 2006, teve um aumento de 9,85%.

Da análise dos dois agregados da despesa, verifica-se que a execução ao nível das despesas correntes foi cerca de 87,66% em contraposição com os 47,01% das despesas de capital. O menor desempenho das despesas de capital ficou-se a dever o investimento directo, cuja execução se limitou a 44,73%.

Do lado das despesas correntes, há a salientar o nível da execução das transferências, o que demonstra o apoio da autarquia a diversas entidades e instituições, nomeadamente sem fins lucrativos.

3.3.2 Estrutura e Evolução da Despesa Global

► Estrutura da Despesa Global

No presente Relatório de Gestão, optou-se por avaliar não apenas a execução orçamental da despesa em termos de pagamento, mas dar particular relevância à despesa facturada. Efectivamente, só uma análise à despesa facturada permite aferir a verdadeira dinâmica sobre a realização de despesa.

No âmbito da análise da estrutura geral da despesa, insere um quadro representativo da despesa facturada, paga e prevista durante o exercício económico de 2007.

Quadro nº 31 – Estrutura Geral da Despesa

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	DESPESA 2007				Taxa de Execução			
	Previsão (a)	Realizada (b)	Peso %	Paga (c)	Peso %	Desvio	Desp Realiz (b)/(a)	Desp.Paga (c)/(a)
Despesas Correntes	12.220.986,46	11.012.356,64	48,09%	10.590.535,36	55,75%	-421.821,28	90,11%	86,66%
Despesas de Capital	17.739.013,54	11.888.042,38	51,91%	8.404.514,65	44,25%	-3.483.527,73	67,02%	47,38%
DESPESAS TOTAIS	29.960.000,00	22.900.399,02	100,00%	18.995.050,01	100,00%	-3.905.349,01	76,44%	63,40%

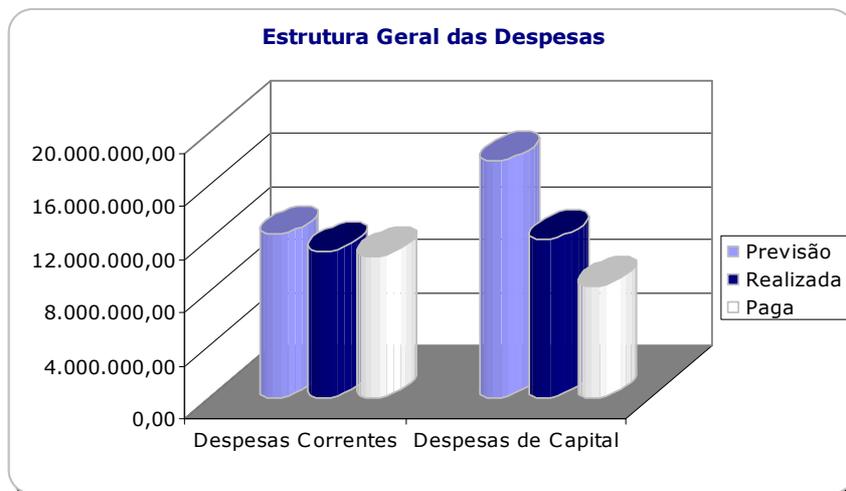
No ano 2007, a despesa global realizada, situou-se nos €22.900.399,02 e a despesa paga em €18.995.050,01, o que traduz uma taxa de execução de 86,66%.

A elevada taxa de execução da despesa realizada, que ronda globalmente os 76,44%, demonstra o rigor da elaboração do orçamento, sendo ainda mais evidente no caso concreto das despesas correntes, ao atingir os 90%.

Avaliando a estrutura geral da despesa realizada, apura-se que as despesas de capital teve um peso superior às despesas correntes, e que representam o cômputo geral das despesas 51,91%.

Do ponto de vista financeiro, constata-se que o maior esforço de pagamento foi canalizado para as despesas de carácter correntes.

Gráfico nº14



► **Evolução da Despesa Global**

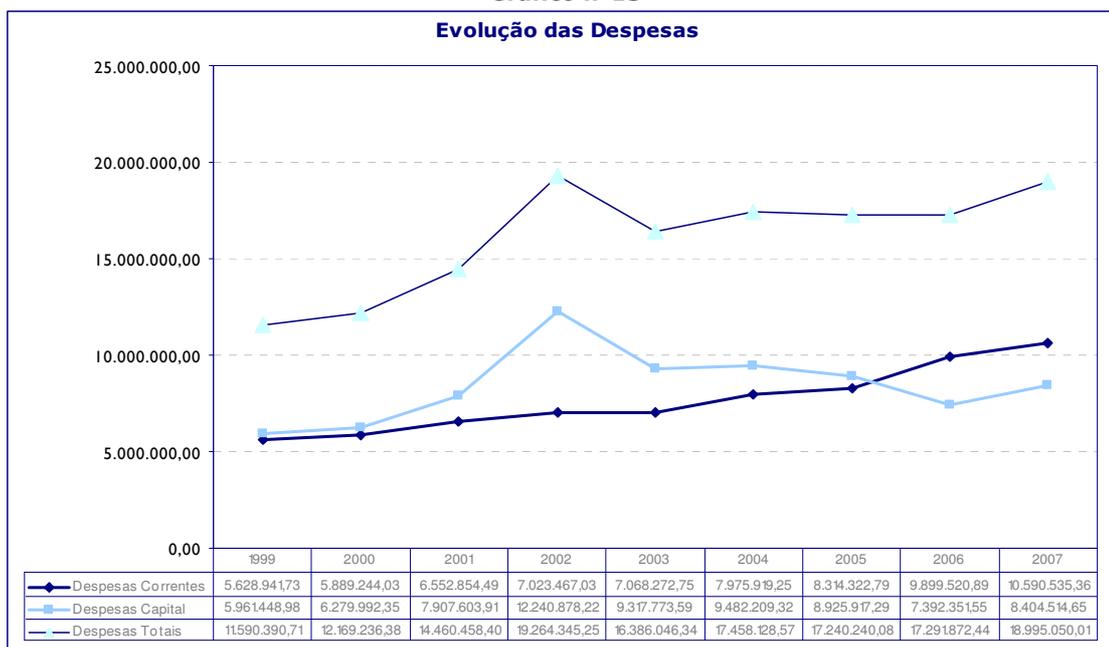
As despesas realizadas pela Autarquia, no ano de 2007, cifram-se em €18.995.050,01 verificando-se um acréscimo de cerca de 9,85% em relação aos gastos efectuados no exercício económico de 2006. Nesta linha, constata-se que as Despesas Correntes aumentaram cerca de 6,98% e as Despesas de Capital diminuíram 1 3,69%, em relação aos valores registados no exercício económico de 2006.. As Despesas de Capital contrariaram a tendência de descida verificada no ano anterior.

Quadro nº 32 – (unidade monetária : Euros)

Despesas	2007	%	2006	%
Despesas Correntes	10.590.535,36	55,75%	9.899.520,89	57,25%
Despesas de Capital	8.404.514,65	44,25%	7.392.351,55	42,75%
Despesas Totais	18.995.050,01	100,00%	17.291.872,44	100,00%

Pela análise do quadro nº 32, conclui-se que as Despesas Correntes correspondem a 55,75% das Despesas Totais e as de Capital a 44,25%.

Gráfico nº15



Para uma melhor percepção da repartição das despesas totais realizadas e pagas, durante o ano 2007, procede-se à apresentação dos seguintes quadros e gráfico (quadros nº33 , nº 34 e o gráfico nº16):

Quadro nº 33

(unidade monetária : €uros)

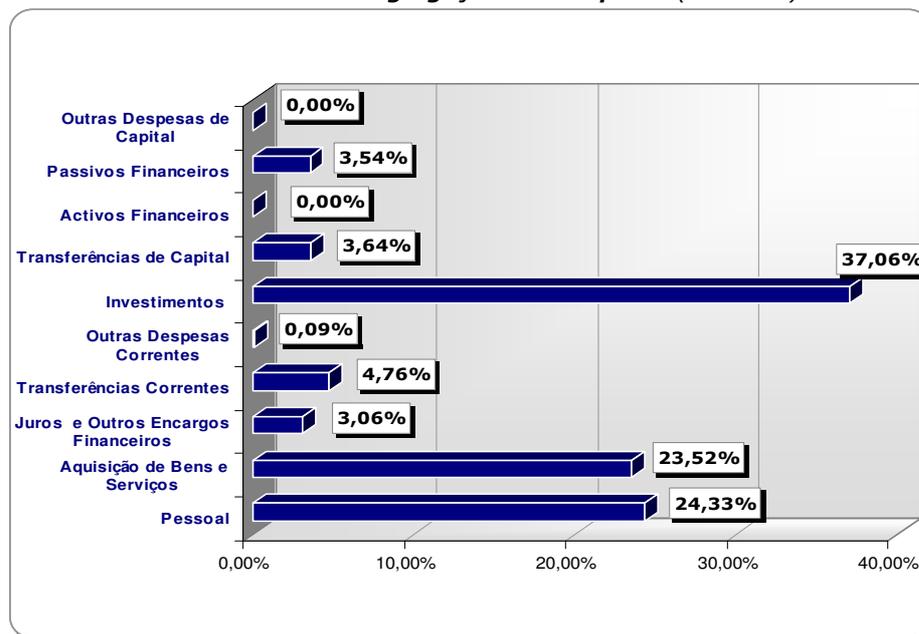
Capítulos	DESPESA 2007				Taxa de Execução			
	Previsão (a)	Realizada (b)	Peso %	Paga (c)	Peso %	Desvio	Desp Realiz (b)/(a)	Desp.Paga (c)/(a)
Despesas Correntes	12.220.986,46	11.012.356,64	48,09%	10.590.535,36	55,75%	-421.821,28	90,11%	86,66%
Pessoal	4.758.486,72	4.657.354,32	20,34%	4.620.913,25	24,33%	-36.441,07	97,87%	97,11%
Aquisição de Bens e Serviços	5.839.352,72	4.850.780,00	21,18%	4.467.404,14	23,52%	-383.375,86	83,07%	76,51%
Aquisição de Bens	684.243,68	514.602,96	2,25%	464.523,70	2,45%	-50.079,26	75,21%	67,89%
Aquisição de Serviços	5.155.109,04	4.336.177,04	18,93%	4.002.880,44	21,07%	-333.296,60	84,11%	77,65%
Juros e Outros Encargos Financeiros	607.850,00	580.443,80	2,53%	580.443,80	3,06%	0,00	95,49%	95,49%
Juros da Dívida Pública	495.000,00	479.686,99	2,09%	479.686,99	2,53%	0,00	96,91%	96,91%
Juros de Locação Financeira	31.850,00	24.425,22	0,11%	24.425,22	0,13%	0,00	76,69%	76,69%
Juros Tributários	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros juros	80.000,00	76.331,59	0,33%	76.331,59	0,40%	0,00	95,41%	95,41%
Outros encargos financeiros	1.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Transferências Correntes	990.797,02	905.028,86	3,95%	904.918,94	4,76%	-109,92	91,34%	91,33%
Administrações públicas	411.985,02	359.321,09	1,57%	359.321,09	1,89%	0,00	87,22%	87,22%
Segurança Social	3.500,00	1.992,43	0,01%	1.992,43	0,01%	0,00	56,93%	56,93%
Administrações privadas	542.812,00	518.544,88	2,26%	518.544,88	2,73%	0,00	95,53%	95,53%
Famílias	32.500,00	25.170,46	0,11%	25.060,54	0,13%	-109,92	77,45%	77,11%
Outras Despesas Correntes	24.500,00	18.749,66	0,08%	16.855,23	0,09%	-1.894,43	76,53%	68,80%
Despesas de Capital	17.739.013,54	11.888.042,38	51,91%	8.404.514,65	44,25%	-3.483.527,73	67,02%	47,38%
Investimentos	15.689.293,54	10.162.984,42	44,38%	7.039.980,27	37,06%	-3.123.004,15	64,78%	44,87%
Terrenos	456.900,00	145.636,53	0,64%	140.536,53	0,74%	-5.100,00	31,87%	30,76%
Habitações	211.455,00	114.473,33	0,50%	114.473,33	0,60%	0,00	54,14%	54,14%
Edifícios	860.885,00	414.683,09	1,81%	338.981,12	1,78%	-75.701,97	48,17%	39,38%
Construções Diversas	12.770.049,65	8.592.572,52	37,52%	5.635.150,81	29,67%	-2.957.421,71	67,29%	44,13%
Equipamento de Transporte	27.255,00	21.417,12	0,09%	20.449,12	0,11%	-968,00	78,58%	75,03%
Equipamento Informático	74.245,00	35.224,59	0,15%	28.911,04	0,15%	-6.313,55	47,44%	38,94%
Software Informático	73.260,00	57.642,67	0,25%	54.255,88	0,29%	-3.386,79	78,68%	74,06%
Equipamento Administrativo	86.700,00	46.016,53	0,20%	44.361,73	0,23%	-1.654,80	53,08%	51,17%
Equipamento Básico	527.700,00	293.689,96	1,28%	221.504,88	1,17%	-72.185,08	55,65%	41,98%
Ferramentas e Utensílios	11.500,00	9.980,51	0,04%	9.980,51	0,05%	0,00	86,79%	86,79%
Outros Investimentos	164.410,00	59.177,43	0,26%	58.905,18	0,31%	-272,25	35,99%	35,83%
Locação Financeira	414.933,89	372.470,14	1,63%	372.470,14	1,96%	0,00	89,77%	89,77%
Bens de Domínio Público	10.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Transferências de Capital	1.348.720,00	1.051.537,24	4,59%	691.013,66	3,64%	-360.523,58	77,97%	51,23%
Administrações públicas	1.000.400,00	751.785,65	3,28%	391.262,07	2,06%	-360.523,58	75,15%	39,11%
Administrações privadas	280.000,00	238.586,89	1,04%	238.586,89	1,26%	0,00	85,21%	85,21%
Famílias	68.320,00	61.164,70	0,27%	61.164,70	0,32%	0,00	89,53%	89,53%
Activos Financeiros	1.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	694.000,00	672.793,26	2,94%	672.793,26	3,54%	0,00	96,94%	96,94%
Amort. Emp. Contraídos a M/L Prazo	694.000,00	672.793,26	2,94%	672.793,26	3,54%	0,00	96,94%	96,94%
Outras Despesas de Capital	6.000,00	727,46	0,00%	727,46	0,00%	0,00	12,12%	12,12%
DESPESAS TOTAIS	29.960.000,00	22.900.399,02	100,00%	18.995.050,01	100,00%	-3.905.349,01	82,95%	63,40%

Pela análise da estrutura da despesa paga no ano económico em questão temos que, em termos de execução as despesas correntes tiveram uma peso maior que as despesas de capital .

Apesar de tudo, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, o contributo mais elevado para a totalidade das despesas pagas é o da Aquisição de Bens de Capital, seguindo-se as Despesas com Pessoal e a Aquisição de Bens e Serviços Correntes.

As transferências correntes e de capital, que têm a ver com participações do Município em investimentos intermunicipais, com transferências para freguesias e para diversas colectividades culturais, desportivas, recreativas e de solidariedade do concelho, continuam a deter um peso significativo na execução orçamental desta autarquia, representando, no ano económico de 2007, 8,40% das Despesas Totais.

Gráfico nº 16- Desagregação das Despesas (Ano 2007)



Os encargos com a amortização de capital de empréstimos de longo prazo contraídos pela autarquia corresponderam a 8,01% das Despesas de Capital e 3,54 % das Despesas Totais.

Quadro nº 34

(unidade monetária : Euros)

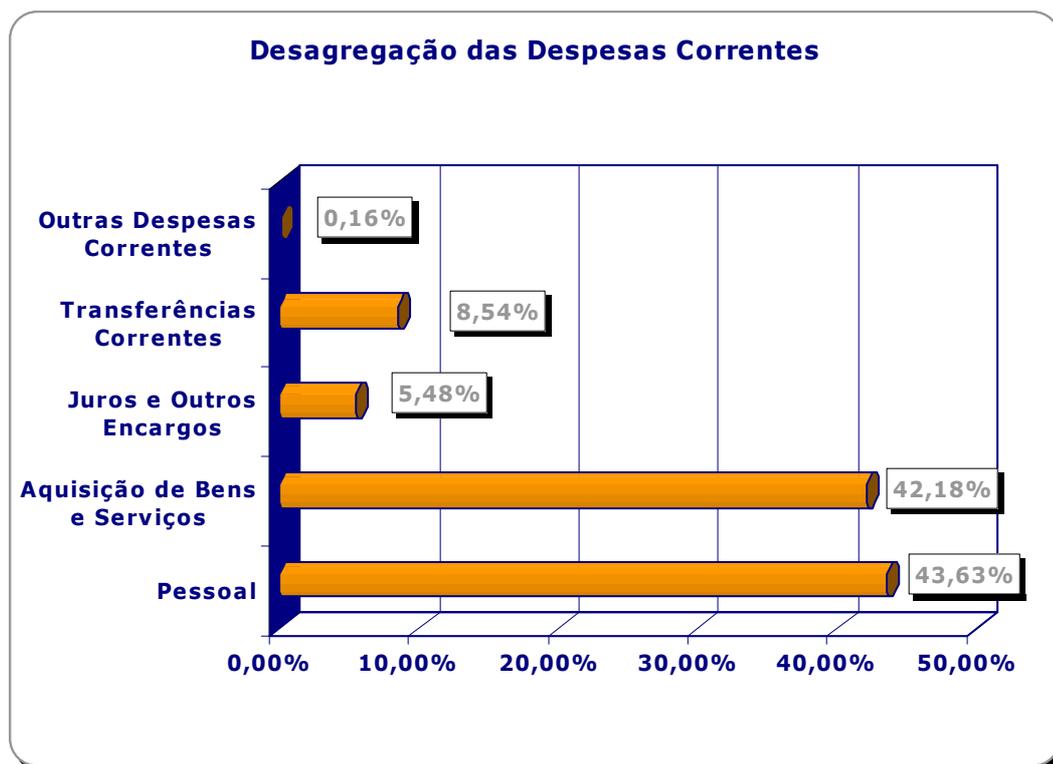
Despesas Correntes			Despesas de Capital		
Designação	Valor	%	Designação	Valor	%
Despesas com Pessoal	4.620.913,25	43,63%	Investimentos	7.039.980,27	83,76%
Aquisição de Bens e Serviços	4.467.404,14	42,18%	Terrenos	140.536,53	1,67%
Aquisição de Bens	464.523,70	4,39%	Habitacões	114.473,33	1,36%
Aquisição de Serviços	4.002.880,44	37,80%	Edifícios	338.981,12	4,03%
Juros e Outros Encargos	580.443,80	5,48%	Construções Diversas	5.635.150,81	67,05%
Juros da Dívida Pública	479.686,99	4,53%	Equipamento de Transporte	20.449,12	0,24%
Juros de Locação Financeira	24.425,22	0,23%	Equipamento Informático	28.911,04	0,34%
Juros Tributários	0,00	0,00%	Software Informático	54.255,88	0,65%
Outros juros	76.331,59	0,72%	Equipamento Administrativo	44.361,73	0,53%
Outros encargos financeiros	0,00	0,00%	Equipamento Básico	221.504,88	2,64%
Transferências Correntes	904.918,94	8,54%	Ferramentas e Utensílios	9.980,51	0,14%
Administrações públicas	359.321,09	3,39%	Outros Investimentos	58.905,18	0,70%
Segurança Social	1.992,43	0,02%	Locação Financeira - Mat.Transp	372.470,14	4,43%
Administrações privadas	518.544,88	4,90%	Bens de Domínio Público	0,00	0,00%
Famílias	25.060,54	0,24%	Transferências de Capital	691.013,66	8,22%
Outras Despesas Correntes	16.855,23	0,16%	Administrações públicas	391.262,07	4,66%
			Administrações privadas	238.586,89	2,84%
			Famílias	61.164,70	0,73%
			Activos Financeiros	0,00	0,00%
			Passivos Financeiros	672.793,26	8,01%
			Amort. Emp. Contraídos a M/L Prazo	672.793,26	8,01%
			Outras Despesas de Capital	727,46	0,01%
Totais de Despesas Correntes	10.590.535,36	100,00%	Totais de Despesas de Capital	8.404.514,65	100,00%

3.3.3 Análise da Despesas Correntes

As despesas correntes pagas totalizam €10.590.535,36, registando-se um desvio positivo, em termos absolutos, de €691.014,47 em relação ao ano anterior.

A repartição das despesas de natureza corrente efectuadas pelo município, no ano 2007, encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida :

Gráfico nº 17 -



Tratando-se, essencialmente, de despesas fixas de funcionamento, as despesas correntes revelam um comportamento pouco flexível face às pressões que sobre elas possam recair, o que facilmente se verifica pelo forte peso que as despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços assumem no seu valor total. De facto, estas despesas representam 87,81% da execução das despesas correntes.

As Transferências correntes, que acusam 8,54% do valor das despesas correntes, são também espelho do forte empenho da Autarquia no apoio às diversas colectividades do concelho.

► DESPESAS COM PESSOAL

Os encargos com o Pessoal constituíram as despesas, de natureza corrente, com maior peso representativo, correspondendo a 43,63% das Despesas Correntes e 24,33% das Despesas Totais.

Perante a apreciação do quadro seguinte, conclui-se que no ano 2007 as despesas com pessoal tiveram um pequeno acréscimo de 1,83% , correspondente a €83.145,66., apresentando uma acréscimo inferior ao verificado no ano 2007, em 6,10 p.p., não obstante os aumentos verificados no índice salarial , no subsídio de refeição e da taxa da Caixa Geral de Aposentações , de 1,5%, 3,1% e 2% respectivamente.

Efectivamente, é de referir que no ano 2006, a taxa de crescimento em relação ao ano 2005, situou-se nos 8,44%.

Esta descida da taxa de crescimento resulta de medidas de contenção impostas pela Lei de Orçamento de Estado de 2006, sendo de salientar os limites impostos às despesas com o pessoal dos Municípios durante o ano 2006 e que tiveram reflexo no ano 2007.

Quadro nº 35

(unidade monetária : Euros)

Designação	2006		2007		Variação 2007/2006	
	Valor	%	Valor	%	Valor	Tx cresc
Remunerações Certas e Permanentes	3.644.959,28	80,32%	3.666.182,70	79,34%	21.223,42	0,58%
Membros de Órgãos Autárquicos	130.651,34	2,88%	122.997,99	2,71%	-7.653,35	-5,86%
Pessoal do Quadro	2.389.926,82	52,67%	2.402.773,13	52,95%	12.846,31	0,54%
Pessoal Contratado a Termo	55.173,09	1,22%	29.123,22	0,64%	-26.049,87	-47,21%
Pessoal em Regime de Tarefa/ Avença	266.122,72	5,86%	306.582,08	6,76%	40.459,36	15,20%
Pessoal Aguardando Aposentação	584,89	0,01%	799,61	0,02%	214,72	36,71%
Pessoal em Qualquer Outra Situação	71.301,17	1,57%	54.091,29	1,19%	-17.209,88	-24,14%
Representação	55.498,56	1,22%	53.975,82	1,19%	-1.522,74	-2,74%
Membros de Órgãos Autárquicos	29.693,40	0,65%	28.170,66	0,62%	-1.522,74	-5,13%
Pessoal dos Quadros	25.805,16	0,57%	25.805,16	0,57%	0,00	0,00%
Subsídio de refeição	207.901,03	4,58%	209.404,50	4,61%	1.503,47	0,72%
Subsídio de Férias e de Natal	449.656,93	9,91%	458.018,80	10,09%	8.361,87	1,86%
Remunerações p/ Doença /Maternidade/Paternidad	18.142,73	0,40%	28.416,26	0,63%	10.273,53	56,63%
Abonos Variáveis ou eventuais	110.297,41	2,43%	114.513,39	2,48%	4.215,98	3,82%
Horas Extraordinárias	74.052,25	1,63%	71.591,84	1,58%	-2.460,41	-3,32%
Alimentação e alojamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Ajudas de Custo	10.211,06	0,23%	9.953,67	0,22%	-257,39	-2,52%
Abono para falhas	1.923,84	0,04%	1.916,52	0,04%	-7,32	-0,38%
Indmnizações por Cessão de Funções			4.182,40	0,09%	4.182,40	0,00%
Outros suplementos e prémios	24.110,26	0,53%	26.868,96	0,59%	2.758,70	11,44%
Segurança Social	782.510,90	17,24%	840.217,16	18,18%	57.706,26	7,37%
Encargos com a saúde	766,95	0,02%	1.058,14	0,02%	291,19	37,97%
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	50.586,64	1,11%	54.395,80	1,20%	3.809,16	7,53%
Outras Prestações Familiares	13.177,51	0,29%	11.359,50	0,25%	-1.818,01	-13,80%
Contribuições para a Segurança Social	690.565,77	15,22%	715.534,33	15,77%	24.968,56	3,62%
Assist. na doença a funcionários públicos	249.996,65	5,51%	253.160,75	5,58%	3.164,10	1,27%
Seg social de funcionários públicos	401.602,01	8,85%	429.053,34	9,46%	27.451,33	6,84%
Segurança social - Regime geral	38.967,11	0,86%	33.320,24	0,73%	-5.646,87	-14,49%
Outras Pensões			27.765,42	0,61%	27.765,42	0,00%
Seguros	27.409,03	0,60%	30.103,97	0,66%	2.694,94	9,83%
Outras Despesas de Segurança Social	5,00	0,00%	0,00	0,00%	-5,00	0,00%
TOTAL	4.537.767,59	100,00%	4.620.913,25	100,00%	83.145,66	1,83%

Durante o ano de 2007 os encargos suportados com o Pessoal ascenderam a €4.620.913,25, dos quais €3.666.182,70 correspondem a remunerações certas e permanentes (vencimento mensal, subsídios de férias e Natal e despesas de representação) dos eleitos locais, funcionários, agentes e prestadores de serviços do município, €840.217,16 são referentes a contribuições e encargos patronais com a Segurança Social (subsídios e prestações familiares, assistência na saúde, caixa geral de aposentações, regime geral de segurança social e em termos de seguros com pessoal.

Gráfico nº 18

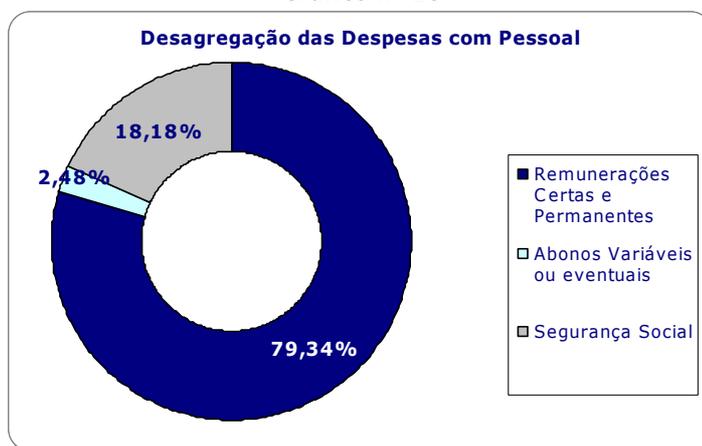
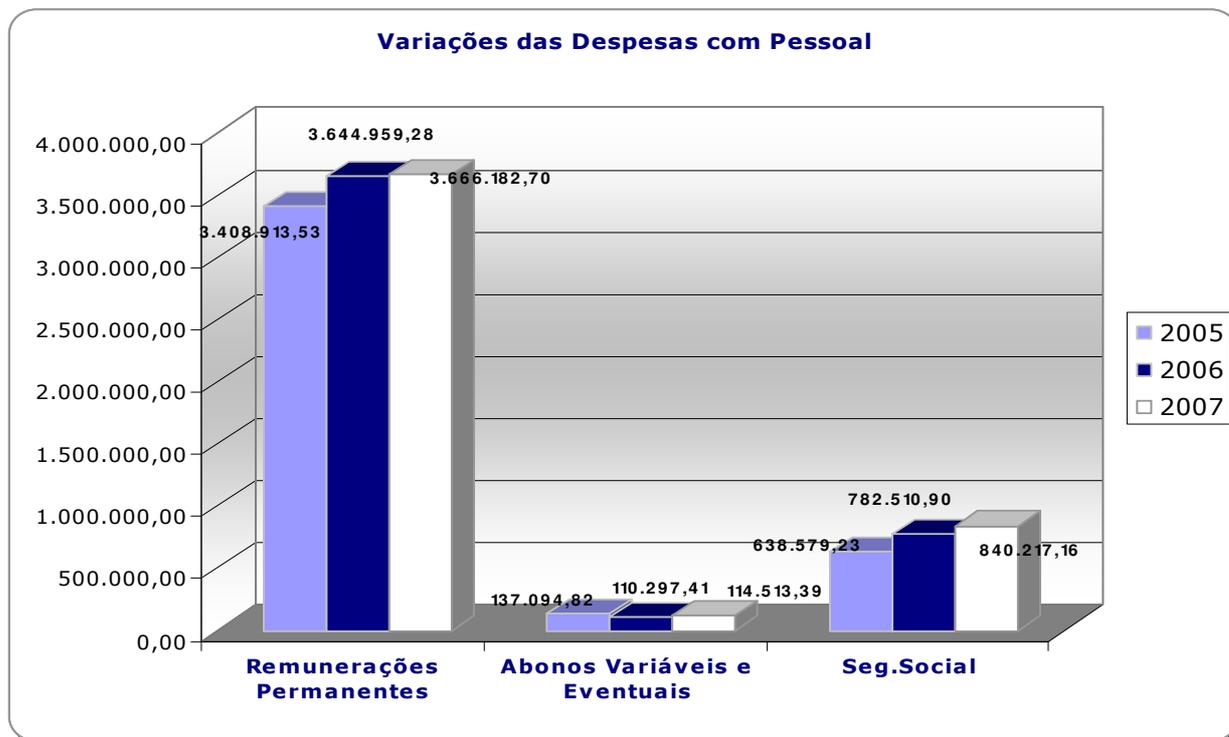


Gráfico nº 19



A rubrica de *Remunerações Certas e Permanentes*, representa 79,34% das Despesas com Pessoal, tendo apresentado um insignificante acréscimo de 0,58%, justificado pela política de contenção de despesas com pessoal, visível principalmente nas rubricas de Pessoal do Quadro, Pessoal Contratado a Termo

Em termos de entradas e saídas de activos de pessoal:



A nível do Pessoal do Quadro, no ano 2007, registou-se a entrada de um Técnico Superior de 1ª Classe transferido da Universidade do Minho a 1 de Outubro ;



No ano 2007, registaram-se 8 (oito) saídas do quadro por aposentação, e uma saída do quadro por transferência de um Técnico Superior de Arquitectura para o Município de Valongo.



Em termos de contratos a termo terminaram, no ano 2007, dois contratos técnicos afectos ao projecto de Rede Social. No entanto, no foram efectivados dois contratos a termo resolutivos : um contrato resolutivo a termo incerto de uma auxiliar administrativa e um contrato resolutivo a termo certo para um técnico / monitor do Espaço Internet. Estes dois contratos tiveram inicio mesmo no final do exercício económico. Efectivamente a rubrica económica de Pessoal contratado a termo apresentou em termos líquidos a uma diminuição de 47,21% (€26.049,37), em relação ao verificado o ano anterior.

Numa análise dos contratos de tarefa e avença em vigor no ano 2007 e que geraram despesa, os prestadores de serviços contratados podem se dividir nas seguintes grandes áreas de actividade, sendo de realçar que se assistiu a um acréscimo desta rubrica de despesas de pessoal em 15,20% (€40.459,36):

Quadro nº 36 - Repartição do Pessoal com Contrato de tarefa e Avença

Actividade	Despesa 2006	Despesa 2007
Medicina do Trabalho	€8.559,36	€8.559,36
Advocacia	€14.520,00	€14.520,00
Arquitectura	€27.562,20	€29.781,20
Contabilidade	€2.420,00	€0,00
Engenharia Civil	€0,00	€7.657,00
Engenharia Electrónica	€7.260,00	€7.260,00
Planeamento regional e Urbano	€8.500,00	€9.775,00
Ambiente	€6.000,00	€6.000,00
Comunicação Social e Assessoria de Imagem	€7.459,20	€9.503,20
Espaço Internet	€17.520,00	€20.510,00
Funções Culturais	€12.000,00	€16.990,00
Funções Desportivas (inclui AEC 's Desporto)	€57.845,31	€106.299,19
Funções Educativas	€85.599,60	€57.432,55
Segurança	€8.000,00	€9.600,00
Auxiliar de Limpeza -Mercado	€2.527,05	€2.694,58
TOTAL.....	€266.122,72	€306.582,08

Os *Abonos Variáveis e Eventuais*, representam 2,48% das despesas com pessoal, cabendo-lhes o valor de €114.513,39. Apresentam em relação ao exercício de 2006, um acréscimo de 3,82%, que se deveu fundamentalmente ao pagamento de indemnização por cessão de funções da técnicas contratadas a termo para o projecto Rede Social .

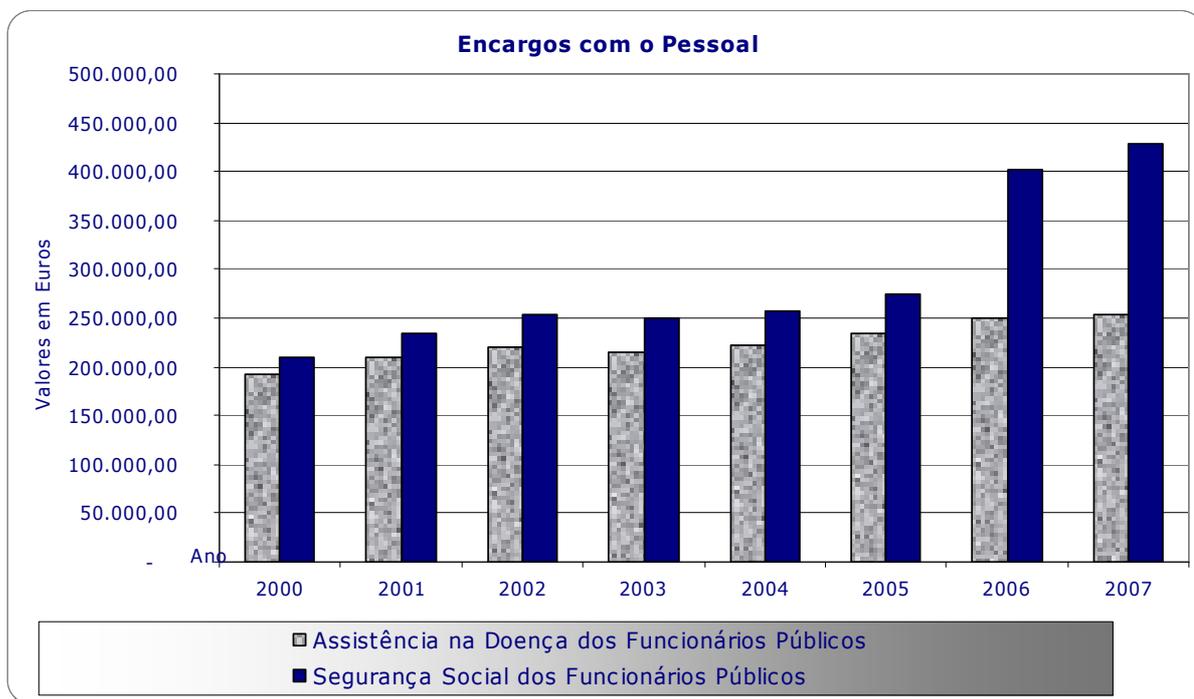
A *Segurança Social*, absorve 18,18% das despesas com pessoal. Apresentam em relação ao exercício de 2006, um acréscimo de 7,37%, justificada fundamentalmente, pelo pagamento de remições de pensões por acidente de serviço, que atingiram no ano 2007 o valor de 27.765,42€ ; pelo aumento da contribuição mensal para a Caixa Geral de Aposentações na ordem dos 2%, no cumprimento do estipulado no artigo 19º da Lei do Orçamento de Estado para 2007 - Lei nº53-A/2006, de 29 de Dezembro , que se traduziu num acréscimo real de €27.451,33 , aumento da comparticipação pago aos Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara municipal de Estarreja por conta de assistência na doença dos funcionários públicos (aumento de 1,27%) e aumento dos seguros de pessoal.

Relativamente aos Encargos com Contribuições para a Segurança Social a evolução verificada desde 2000 encontra-se descrita no quadro nº 37 e Gráfico nº 19

Quadro nº 37

Contribuições para Segurança Social	Assistência na Doença dos Funcionários Públicos	Segurança Social dos Funcionários Públicos
Ano		
2000	192.107,47	210.156,09
2001	209.331,23	233.587,22
2002	219.427,30	253.281,40
2003	215.391,60	250.647,89
2004	221.364,40	257.235,08
2005	234.466,60	273.729,90
2006	249.996,65	401.602,01
2007	253.160,75	429.053,34

Gráfico nº 19



O Decreto-Lei nº 116/84 de 6 de Abril com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº44/85 de 13 de Setembro, define os limites das despesas com pessoal, estipulando no artigo 10º que as despesas com pessoal do quadro não podem ser superiores a 60% das receitas correntes do ano anterior e as despesas com pessoal em qualquer outra situação não podem ser superiores a 25% dos 60% (ou seja 15%) das receitas correntes do ano anterior. Traduzindo :

Despesas efectuadas com o pessoal do quadro	≤	60 % das Receitas correntes do ano económico anterior
&		
Despesas efectuadas com o pessoal fora do quadro	≤	25% dos 60 % das Receitas correntes do ano económico anterior

Assim, apresenta-se de seguida quadro ilustrativo da posição do Município perante os limites legais estabelecidos:

Quadro nº 38

Limites legais estipulados no art.10º do D.L. nº 116/84 de 06 de Abril, na redacção dada pela Lei nº 44/85 de 13 de Setembro

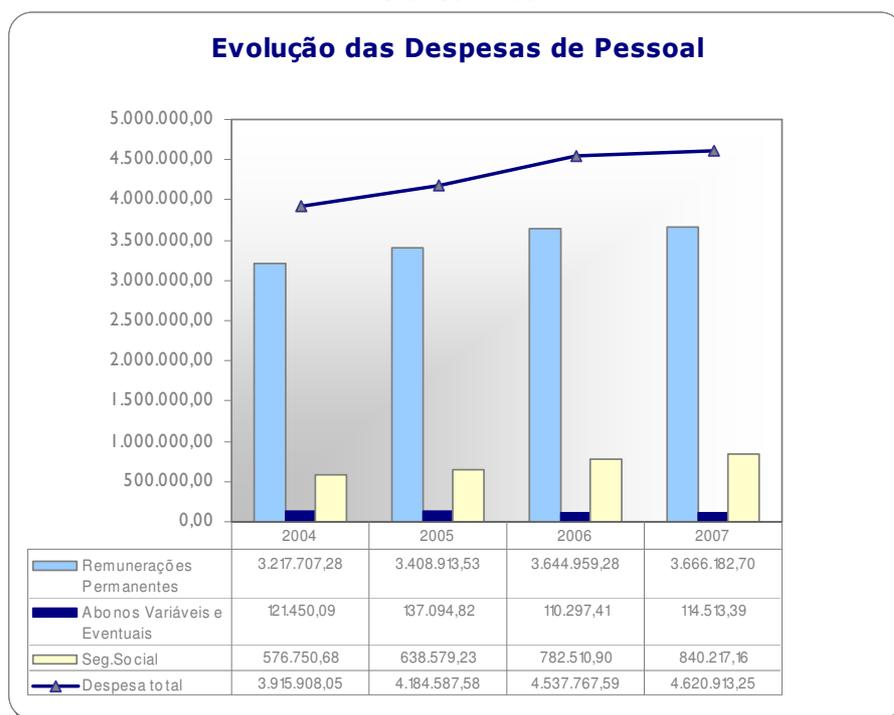
	Valor	% de utilização das receitas correntes	% do limite legal
Pessoal do quadro			
Receitas correntes 2006	11.043.462,47 €		
60% da Rec Corrente 2006	6.626.077,48 €		
Despesas com Pessoal do Quadro 2006	3.027.683,75 €	27,42%	45,69%
Pessoal Fora do Quadro			
Receitas correntes 2006	11.043.462,47 €		
(25%x60%) 15% da Rec Corrente 2006	1.656.519,37 €		
Despesas com Pessoal Fora do Quadro 2006	401.021,26 €	6,05%	24,21%

No que respeita ao cumprimento dos limites estabelecidos no artigo Artigo 10º do Decreto-Lei nº 116/84 de 6 de Abril com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº44/85 de 13 de Setembro, importa referir que as despesas com pessoal se encontram longe de atingirem os limites legais, encontrando-se utilizados 45,69% dos limites legais para despesas com Pessoal do Quadro e 24,21% do limite das despesas com Pessoal Fora do Quadro.

Estes valores foram inferiores aos do ano 2006. Nesse ano encontravam-se utilizados 49,29% do limite para despesas com Pessoal do Quadro e 27,70% do limite das despesas com Pessoal Fora do Quadro.

A título complementar, insere gráfico ilustrativo da evolução das despesas com pessoal no último quadriénio.

Gráfico nº 20



► AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

Os gastos correntes verificados com a Aquisição de Bens e Serviços, representam 42,18% das Despesas Correntes e 23,53% das Despesas Totais.

Neste exercício económico as despesas facturadas pela rubrica Aquisição de Bens e Serviços totalizaram o montante de €4.850.780,00, ao que corresponde a uma taxa de execução da despesa realizada de 83,07% e uma taxa de execução de pagamentos de 76,51%.

Seguidamente apresentam-se quadros e gráficos elucidativos da evolução das despesas facturadas e pagas em aquisição de bens e serviços.

Quadro nº 39

EVOLUÇÃO DA DESPESA - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS						
	2004	2005	2006	2007	Tx Cresc.	Peso
Despesa Realizada						
Aquisição de Bens	647.322,94	614.543,59	574.785,99	514.602,96	-10,47%	10,61%
Aquisição de Serviços	3.171.285,43	3.337.883,98	4.064.212,37	4.336.177,04	6,69%	89,39%
Total.....	3.818.608,37	3.952.427,57	4.638.998,36	4.850.780,00	4,57%	100,00%
Despesas Paga						
Aquisição de Bens	549.213,96	515.920,09	503.039,18	464.523,70	-7,66%	10,40%
Aquisição de Serviços	2.547.108,40	2.520.915,04	3.582.687,43	4.002.880,44	11,73%	89,60%
Total.....	3.096.322,36	3.036.835,13	4.085.726,61	4.467.404,14	9,34%	100,00%

Gráfico nº 21

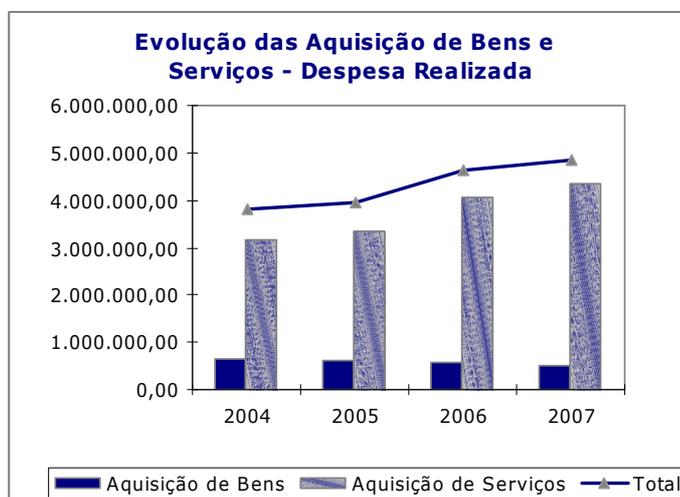
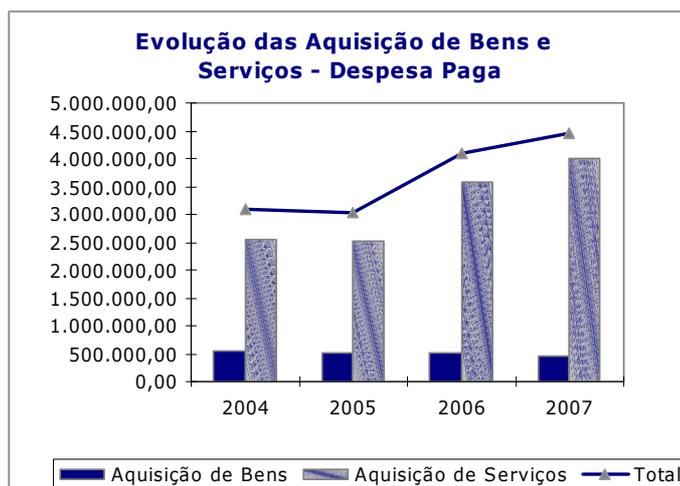


Gráfico nº 22

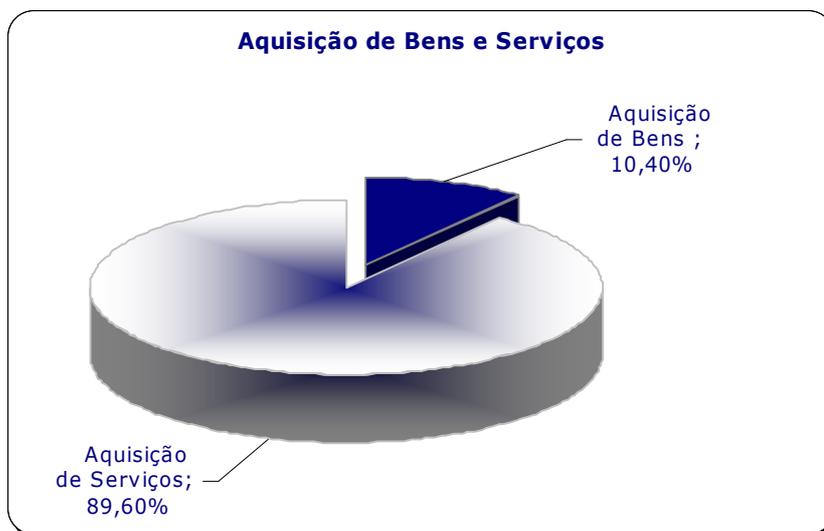


Ao analisar a evolução da despesa realizada com a aquisição de bens e serviços nos últimos anos, conclui-se que desde 2004 esta tem vindo a aumentar, apresentando um acréscimo de 4,57%, contribuindo para este aumento a rubrica de serviços.

No que respeita á despesa paga, na aquisição de bens e serviços verificou-se, igualmente, uma taxa de crescimento de 9,34% relativamente ao ano transacto, justificado pelo comportamento dos serviços.

No total da aquisição de bens e serviços, destaca-se sobremaneira, o peso da rubrica serviços, ao absorver cerca de 89,6% daquele total.

Gráfico nº 23



De seguida, apresenta-se uma apreciação detalhada de cada uma das rubricas .

AQUISIÇÃO DE BENS

A Aquisição de Bens no ano de 2007 totaliza € 464.523,70, ou seja 10,40% da Aquisição de Bens e Serviços e 4,39% das Despesas Correntes Totais.

De referir, o decréscimo verificado neste tipo de despesas, atingindo uma diminuição de 7,66% em relação ao ano anterior. Praticamente todas as subrubricas enquadram-se nesta tendência de decréscimo.

Quadro nº 40 - Aquisição de Bens Correntes

(unidade monetária : €uros)

Designação	2007		2006		Tx Cresc
	Valor	%	Valor	%	%
Matérias primas e subsidiárias	102.751,32	22,12%	99.691,34	19,82%	3,07%
Combustíveis e Lubrificantes	166.696,25	35,89%	165.862,52	32,97%	0,50%
Gasolina	7.788,55	1,68%	6.673,85	1,33%	16,70%
Gasóleo	97.831,81	21,06%	85.785,82	17,05%	14,04%
Outros	61.075,89	13,15%	73.402,85	14,59%	-16,79%
Limpeza e Higiene	8.228,46	1,77%	26.758,92	5,32%	-69,25%
Vestuário e Artigos Pessoais	7.207,26	1,55%	5.691,04	1,13%	26,64%
Material de Escritório	44.487,45	9,58%	53.563,43	10,65%	-16,94%
Produtos Químicos e Farmaceuticos	9.451,93	2,03%	171,64	0,03%	5406,83%
Material de consumo clínico	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Material de Transporte - Peças	19.634,61	4,23%	17.340,71	3,45%	13,23%
Outro material - Peças	3.185,89	0,69%	0,00	0,00%	0,00%
Prémios, Condecorações e Ofertas	35.514,39	7,65%	36.507,23	7,26%	-2,72%
Ferramentas e Utensílios	4.300,98	0,93%	2.035,27	0,40%	111,32%
Livros e Documentação Técnica	1.516,46	0,33%	1.379,58	0,27%	9,92%
Artigos Honoríficos e de Decoração	1.072,42	0,23%	3.281,54	0,65%	-67,32%
Material de Educação, Cultura e Recreio	16.522,49	3,56%	28.848,42	5,73%	-42,73%
Outros Bens	43.953,79	9,46%	61.907,54	12,31%	-29,00%
Total	464.523,70	100,00%	503.039,18	100,00%	-7,66%

Dentro da aquisição de bens mais consumidos nesta Autarquia Local, salientam-se os combustíveis e lubrificantes (35,89%), sendo de referir o consumo de gasóleo, gasolina, óleos e lubrificantes por diversos equipamentos municipais; o consumo de gás natural para o funcionamento da Piscina M^a de Lurdes Breu-Estarreja e do Pavilhão Gimnodesportivo de Estarreja, aquisição de gás propano para a Piscina Municipal de Avanca e outros combustíveis para aquecimento de escolas do concelho e das instalações municipais.

A aquisição de matérias primas e subsidiárias utilizadas em trabalhos de administração directa para obras reparação e conservação do património municipal, representam um peso relativo no computo geral das despesas com aquisição de bens., representando cerca de 22,12% das aquisições de bens .

Outra das componentes com significativa expressão, neste tipo de despesas, é relativa á aquisição de material/consumíveis de escritório, tendo registado no ano 2007 o valor de €44.487,45 .De realçar que relativamente ao verificado no ano anterior, manteve-se a tendência de diminuição deste tipo de despesas, a qual se tem vindo a registar desde 2005, registando-se no exercício económico em análise uma diminuição na ordem dos 16,94%., resultado de medidas de contenção de custos associada a gestão mais eficaz de armazenamento de economato.

Outra das subrubricas de aquisição de bens que registou diminuição foi a de Prémios, Condecorações e Ofertas, enquadrando-se dentro nesta rubrica gastos com ofertas associadas a diversos eventos culturais, desportivos e recreativos realizados durante o ano 2007.

O material de educação, cultura e recreio integra fundamentalmente a aquisição de fundos para a Biblioteca Municipal e ainda material didáctico para escolas, nomeadamente para as actividades extra-curriculares (AEC's) no ensino básico e prolongamentos escolares do ensino pré-escolar e material de apoio ao desporto, tendo-se assistido a um decréscimo na ordem dos de 42% comparativamente ao verificado no ano anterior.

Dentro dos bens de limpeza e higiene temos a mencionar consumíveis relacionados com a recolha de resíduos sólidos urbanos, como sacos do lixo para molocks, sacos do lixo para o Mercado Municipal, redutores de PH e detergentes e outros produtos para limpeza das diversas instalações municipais e consumíveis de higiene. A diminuição de cerca de 69% registada nesta sub-rubrica deveu-se a uma reclassificação de alguns produtos, os quais foram registados na sub-rubrica Produtos farmacêuticos e químicos, tal como produtos (desinfetantes, detergentes , redutores PH) para o funcionamento das Piscinas Municipais, digestores de gordura para a rede de saneamento, herbicidas para os espaços verdes,....

Especificando alguns dos artigos adquiridos no âmbito da rubrica " Outros Bens", temos aquisição de jornais e revistas, material gráfico para exposições, material eléctrico, tampas para saneamento, garrações de água, artigos para jardins e espaços verdes e outros bens duradouros e não duradouros armazenáveis.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

A aquisição de serviços por parte da Autarquia originou despesas pagas no valor de €4.002.880,44, o que corresponde a 37,80% das Despesas Correntes e 21,07% das Despesas Totais . Em relação ao registado no ano anterior, verifica-se um acréscimo em termos absolutos de €420.193,01, ou seja , em termos relativos um aumento de 11,73%.

Em termos de despesas pagas, as rubricas com maior peso no total das aquisição de serviços são:

- ☐ Outros Trabalhos Especializados - €2.606.552,52
- ☐ Transportes - €235.051,69
- ☐ Encargos das Instalações - €213.864,33

O tipo de serviços com maior contributo nas despesas foram os relativos aos "Outros Trabalhos Especializados ", que correspondem a 67,91% da totalidade da rubrica económica " Aquisição de Serviços", incluem os serviços de tratamento de efluentes prestado pela SIMRia, os serviços prestados pela ERSUC na recolha e tratamento de RSU., serviços de iluminação pública prestado pela empresa concessionária EDP e serviços especializados relacionados com a realização de eventos culturais e desportivos.

No ano 2007, assistiu-se a um acréscimo da rubrica "Outros Trabalhos Especializados" na ordem dos 16%.

Quadro nº 41 - Aquisição de Serviços Correntes

(unidade monetária : €uros)

Designação	2007		2006		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Encargos de Instalações	213.864,33	5,34%	211.483,16	5,90%	1,13%
Limpeza e Higiene	24.979,29	0,62%	40.184,47	1,12%	-37,84%
Conservação de Bens	99.221,85	2,48%	86.745,90	2,42%	14,38%
Locação de Edifícios	7.163,56	0,18%	6.513,96	0,18%	9,97%
Locação de Outros Bens	103.318,97	2,58%	122.466,89	3,42%	-15,64%
Comunicações	106.941,23	2,67%	95.881,63	2,68%	11,53%
Transportes	235.051,69	5,87%	247.361,55	6,90%	-4,98%
Representação dos Serviços	1.081,49	0,03%	865,42	0,02%	24,97%
Seguros	53.750,16	1,34%	58.316,18	1,63%	-7,83%
Deslocações e Estadas	26.264,86	0,66%	2.274,52	0,06%	1054,74%
Estudos, Projectos, Pareceres e Consultadoria	47.231,28	1,18%	45.838,14	1,28%	3,04%
Formação	125.773,75	3,14%	22.251,76	0,62%	465,23%
Seminários, Exposições e Similares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	n.a.
Publicidade	51.699,66	1,29%	61.460,24	1,72%	-15,88%
Vigilância e Segurança	45.111,21	1,13%	51.191,69	1,43%	-11,88%
Assistência Técnica	61.772,84	1,54%	61.428,05	1,71%	0,56%
Outros Trabalhos Especializados	2.606.552,52	67,91%	2.244.112,29	66,29%	16,15%
Serviços de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos	637.391,10	15,92%	463.381,86	12,93%	37,55%
Serviços de Alimentação	58.746,55	1,47%	45.639,41	1,27%	28,72%
Serviços de Limpeza Urbana	847,00	0,02%	0,00	0,00%	n.a.
Electricidade - Iluminação Pública	236.517,69	5,91%	286.210,12	7,99%	-17,36%
Serviços de Tratamento de Saneamento	794.995,49	19,86%	618.199,10	17,26%	28,60%
Diversos	878.054,69	21,94%	830.681,80	23,19%	5,70%
Encargos de Cobrança de Receitas	111.817,29	2,79%	131.029,14	3,66%	-14,66%
Outros Serviços	81.284,46	2,03%	93.282,44	2,60%	-12,86%
Emolumentos	19.313,47	0,48%	16.446,23	0,46%	17,43%
Publicações	16.325,41	0,41%	5.303,84	0,15%	207,80%
Diversos Serviços	45.645,58	1,14%	71.532,37	2,00%	-36,19%
Total	4.002.880,44	100,00%	3.582.687,43	100,00%	11,73%

São também de alguma relevância as despesas com **transportes**, que incluem as despesas com os transportes escolares (5,87% da Aquisição de Serviços), os **encargos das instalações** que incluem fundamentalmente o consumo com energia eléctrica das instalações municipais (5,34% da Aquisição de Serviços), a **formação** englobando, maioritariamente, a contratação de prestação de serviços na área de formação - acção, no âmbito do projecto de implementação de Certificação de Qualidade dos Serviços, as **comunicações** que incluem as despesas com a expedição de correspondência, telefones, telemóveis, serviços de acesso à internet (2,67% da Aquisição de Serviços), a **locação de outros bens** que engloba aluguer de equipamentos para eventos culturais, para trabalhos de administração directa em termos de beneficiação, conservação e limpeza de infra-estruturas básicas, como arruamentos, rede de abastecimento de água, rede de saneamento (2,58% da Aquisição de Serviços), e a **conservação de bens** que inclui principalmente as despesas com a conservação e manutenção das viaturas e outros equipamentos deste Município (2,48% da Aquisição de Serviços).

Os encargos suportados e pagos com os prémios de seguros ascenderam a € 53.750,16, registando-se uma diminuição de cerca de 7,83%, sendo de referir que dentro desta rubrica encontram-se registados não os seguros de cobertura patrimoniais, mas também seguros de Responsabilidade Civil, com os Bombeiros Municipais, Programa Ocupacionais e com diversos eventos culturais, desportivos e recreativos organizados pelo Município.

Quadro nº 42 - Repartição das Despesas com Serviços de Seguros

Actividade	Despesa Paga 2007
Seguros Patrimoniais	€41.612,18
Seguro Multi-riscos - Património Imóvel	€12.763,77
Seguro Ramo Automóvel	€26.583,36
Seguro de Bens em Locação Financeira	€2.265,05
Seguro de Responsabilidade Civil	€900,00
Seguro Bombeiros Municipais	€4.545,98
Seguros Programas Ocupacionais	€4.586,49
Seguros Eventos Desportivos	€2.105,51
TOTAL.....	€53.750,16

A rubrica Publicidade engloba, essencialmente, custos com agendas e cartazes associados aos diversos Eventos promovidos no concelho (Carnaval, Sto António , Fóruns...) e Boletins Municipais

Em termos de Vigilância e Segurança, assistiu-se a uma diminuição devido ao terminus do contrato de prestação de serviços de vigilância de edifícios municipais, sendo substituído por contratos individuais de prestação de serviços

A rubrica de estudos, Projectos, Pareceres e Consultadoria apresentou um aumento associado a todo o processo inerente a expropriações de terrenos do Eco-Parque empresarial de Estarreja (arbitragens, peritagens).

Na rubrica de assistência técnica surgem de contratos de assistência e manutenção associados a equipamentos electrónicos, informáticos (incluindo aplicações software) existentes nos diversos serviços e edifícios municipais (exemplo: elevadores, bases de dados e sistemas informáticos, fontes luminosas, ar condicionados, Parques Infantis, fotocopiadoras, etc.), devendo-se o pequeno acréscimo verificado á actualização anual dos referidos contratos.

De referir, que na sub-rubrica " Outros Trabalhos Especializados - Diversos" se encontra englobado o pagamento á Associação de Municípios do Carvoeiro o fornecimento e tratamento de água, o qual no ano 2007 atingiu os €434.358,26 a nível de aquisição de água e €11.387,81 em tratamento. Em termos de facturação anual com aquisição de água para o sistema de distribuição municipal de água, a evolução encontra-se descrita no quadro seguinte:

Quadro nº 43 - Evolução dos custos (facturação) com Aquisição de Água

Custos com Água	2007	2006	2005	2004
Fornecimento de Água - AMCarveiro	404.111,53	363.369,57	365.582,91	334.455,97
Tratamento de Água	10.097,66	6.966,45	10.716,34	12.175,89
Total....	414.209,18	370.336,02	376.299,25	346.631,86

Relativamente a custos com aquisição de serviços com RSU, apresenta-se o seguinte quadro de análise de evolução de facturação anual:

Quadro nº 44 - Evolução dos custos (facturação) com RSU

Custos com RSU	2007	2006	2005	2004
Recolha de RSU	294.182,84	286.129,43	274.679,33	269.371,24
Tratamento de RSU	164.624,56	179.430,34	167.348,72	152.298,88
Lavagem e Desinfecção de Contentores	50.654,53	44.930,48	45.480,42	10.031,53
Monos/Sucata/Teixteis/ Ramagens/ Embalagens/Resíduos Eléctricos e Electrónicos	1.914,20	1.490,77	1.456,89	960,79
Total....	511.376,13	511.981,02	488.965,35	432.662,44

ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA

Analisando o quadro nº 45, conclui-se que os encargos suportados pela Autarquia, com a remuneração de financiamentos contraídos, através de empréstimos de médio e longo prazo, junto do sistema bancário, atingiram, no ano em causa, os €479.686,99 (**DOC - 26 /TC - " Mapa de Empréstimos Obtidos"**).

Na rubrica Encargos Correntes da Dívida encontram-se, também , contabilizados os juros resultantes do financiamento de algumas aquisições de edifícios, equipamento básico e de transporte através de locação financeira (**DOC 26- B/TC**) .

Quadro nº 45 – Juros e Outros Encargos (unidade monetária : Euros)

Designação	2007		2006		2005		Tx Cresc
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Juros da Dívida Pública	479.686,99	124,32%	336.621,65	87,24%	240.907,96	96,66%	42,50%
Soc Financeiras - Bancos e Outras Instituições							
Empréstimos a médio e longo prazo	479.686,99	124,32%	336.621,65	87,24%	238.317,69	95,62%	42,50%
Adm. Pública Central - Serv e Fundos Autonomos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2.590,27	1,04%	0,00%
Juros de Locação Financeira	24.425,22	6,33%	18.521,20	4,80%	7.203,14	2,89%	157,13%
Material de Transporte	3.271,03	0,85%	2.767,00	0,72%	327,12	0,13%	18,22%
Maquinaria e Equipamento	21.154,19	5,48%	15.754,20	4,08%	6.876,02	2,76%	-34,28%
Outros Juros	76.331,59	19,78%	30.706,19	7,96%	1.130,87	0,45%	148,59%
TOTAL.....	580.443,80	150,43%	385.849,04	100,00%	249.241,97	100,00%	50,43%

Os juros suportados correspondem 5,48% das Despesas Correntes e 3,06% das Despesas Totais.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

No âmbito das suas competências, ao nível da educação, acção social, tempos livres e desporto, património, cultura e ciência, o Município atribuiu, ao longo do ano 2007, e com vista ao financiamento das suas despesas correntes, determinados subsídios a organismos e entidades.

As importâncias retiradas do rendimento corrente da Autarquia e concedidas, por esta a outras entidades, sem qualquer contrapartida somaram €904.918,94, apresentando um acréscimo de €77.671,41 (9,9%), em relação ao verificado no ano anterior.

Seguidamente apresenta-se um quadro, onde estão presentes as transferências correntes atribuídos no último triénio:

Quadro nº 46 – Transferências Correntes (Despesa) (unidade monetária : Euros)

Designação	2007		2006		2005		Tx Cresc
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Administração Central	110.103,04	12,17%	132.118,47	15,97%	126.339,90	15,83%	-16,66%
Fundos e serviços autónomos	110.103,04	12,17%	132.118,47	15,97%	126.339,90	15,83%	-16,66%
Administração Local	249.218,05	27,54%	216.140,08	26,13%	219.687,32	27,53%	15,30%
Freguesias	214.213,95	23,67%	191.000,00	23,09%	203.950,00	25,55%	12,15%
Associações de Municípios	35.004,10	3,87%	25.140,08	3,04%	15.737,32	1,97%	39,24%
Segurança Social	1.992,43	0,22%	3.537,63	0,43%	8.319,74	1,04%	-43,68%
Instituições sem fins lucrativos	518.544,88	57,30%	426.939,82	51,61%	359.859,92	45,09%	21,46%
Famílias	25.060,54	2,77%	48.511,53	5,86%	83.876,97	10,51%	-48,34%
TOTAL.....	904.918,94	100,00%	827.247,53	100,00%	798.083,85	100,00%	9,39%

No **DOC -18/TC - " Transferências Correntes Despesa"** inserido na parte de Documentos de Prestação de Contas , encontram -se discriminadas ,de forma detalhada as diferentes transferências efectuadas por este município no ano económico de 2007.

A atribuição de apoios correntes a entidades e organismos legalmente existentes para a prossecução de actividades de natureza social, cultural, desportivo, recreativo ou outro ascendeu a €518.544,88 (ver documento de prestação de contas **DOC-18/TC**).

Os valores registados em Fundos e Serviços Autónomos, dizem respeito à atribuição de verbas transferidas, no âmbito das competências das autarquias locais, na área da Educação , para os Agrupamentos de Escolas do 1º e 2º Ciclo e instituições do concelho de Estarreja para apoio a actividades didácticas por estes promovidas e para comparticipação de refeições servidas a crianças em idade escolar do 1º ao 2º ciclo.

Nesta mesma rubrica, são registadas as verbas atribuídas ao Gabinete de Apoio Técnico e a da parte dos Fundos Gerais transferidos do Orçamento de Estado e cativos para a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro.

As verbas inscritas em Administração Local, às quotas anuais da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação de Municípios da Ria (AMRia) e às transferências para as freguesias.

As transferências atribuídas a particulares dizem respeito , fundamentalmente a auxílios económicos atribuídos às diversas escolas de ensino básico do concelho no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Expansão da Rede Pré-Escolar e a despesas assumidas pela Câmara na concretização do Programa Ocupacional para Trabalhadores de comprovada Carência Económica.

O total de despesas com transferências de natureza corrente corresponde 8,54% das Despesas Correntes e 4,76% das Despesas Totais.

▶ OUTRAS DESPESAS CORRENTES

O total de despesas consideradas como residuais, não classificáveis nas outras rubricas económicas, ascendeu no exercício de 2007 aos €16.855,23. Estas despesas corresponde 0,16% das Despesas Correntes e 0,09 % das Despesas Totais.

No ano económico de 2007, denota-se um decréscimo desta rubrica económica de despesas, na ordem dos 73,22%, correspondendo a uma diminuição de € 46.074,89.

Quadro nº 47 – Outras Despesas Correntes

(unidade monetária : Euros)

Designação	2007		2006		2005		Tx Cresc
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Diversas	4.293,83	25,47%	1.864,78	2,96%	873,36	1,92%	130,26%
Impostos e Taxas	4.293,83	25,47%	1.864,78	2,96%	873,36	1,92%	130,26%
Outras	12.561,40	74,53%	61.065,34	97,04%	44.700,90	98,08%	-79,43%
Restituições	1.138,57	6,75%	185,73	0,30%	270,34	0,59%	513,02%
IVA Pago	0,00	0,00%	52.034,64	82,69%	36.780,68	80,70%	-100,00%
Serviços Bancários	2.654,11	15,75%	1.229,88	1,95%	1.750,24	3,84%	115,80%
Diversas	8.768,72	52,02%	7.615,09	12,10%	5.899,64	12,95%	15,15%
TOTAL.....	16.855,23	100,00%	62.930,12	100,00%	45.574,26	100,00%	-73,22%

Esta diminuição deveu-se essencialmente ao decréscimo do montante de IVA pago, não tendo, o Município de Estarreja, no exercício económico 2007, pago qualquer valor do referido Imposto.

Em sede de IVA, o Município de Estarreja é classificado como um sujeito passivo misto, ou seja, realiza operações tributadas com direito à dedução e operações isentas, que conferem o direito à dedução.

Define o nº1 do artigo 23º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA) que os sujeitos passivos mistos podem deduzir o imposto suportado nas aquisições, na percentagem correspondente ao montante anual de operações que dêem lugar a dedução. O nº2 do já referido artigo 23º do CIVA possibilita que , não obstante o disposto no nº1, os sujeitos passivos mistos efectuem a dedução do IVA segundo a **afectação real** de todos ou parte dos bens e serviços utilizados, sendo esta a situação em que se encontra o Município de Estarreja.

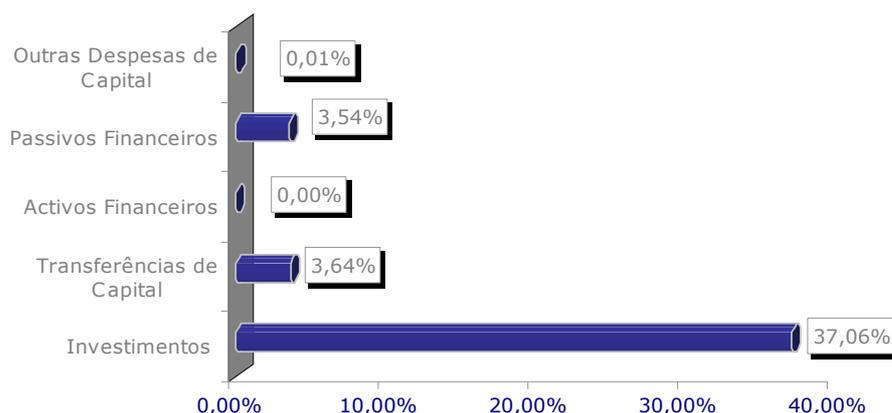
A afectação real pressupõe assim, a possibilidade de deduzir a totalidade do imposto suportado na aquisição de bens e serviços destinados a actividades que dêem lugar a dedução, mas impede, ao mesmo tempo, a dedução do imposto suportado por operações que não conferem esse direito.

3.3.4 Análise da Despesas de Capital

A repartição das despesas de capital efectuadas pelo município, no ano 2007, encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida :

Gráfico nº 24

Repartição das Despesas de Capital 2007



▶ INVESTIMENTOS

O investimento global do município é caracterizado nas suas diferentes vertentes pelo Investimento Directo, Transferências de Capital (Investimento Indirecto) e Activos Financeiros.

No próximo quadro podemos observar a desagregação do investimento global e a sua evolução no último quadriénio, assim como o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.

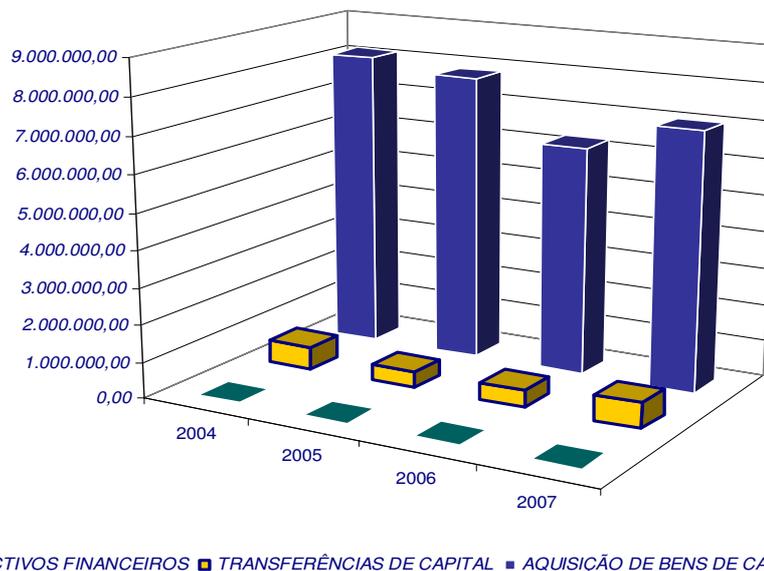
Quadro nº 48 – Investimento Global

(unidade monetária : Euros)

Designação	2004		2005			2006			2007		
	Valor	% Desp. Total	Valor	% Desp. Total	Tx de Variação	Valor	% Desp. Total	Tx de Variação	Valor	% Desp. Total	Tx de Variação
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	8.130.224,55	46,57%	7.822.644,22	45,37%	-3,78%	6.251.643,84	36,15%	-20,08%	7.039.980,27	37,06%	12,61%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	619.190,85	3,55%	431.204,60	2,50%	-30,36%	483.723,28	2,80%	12,18%	691.013,66	3,64%	42,85%
ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	n.a.	0,00	0,00%	n.a.	0,00	0,00%	n.a.
TOTAL.....	8.749.415,40	50,12%	8.253.848,82	47,88%	-5,66%	6.735.367,12	38,95%	-18,40%	7.730.993,93	40,70%	14,78%

O total das despesas de capital no montante de € 7.730.993,93, correspondem a despesas de investimento, isto é, despesas com a aquisição de bens de capital e transferências de capital.

O investimento global representa 40,70% do total da despesa, no ano em análise, apresentando um acréscimo de 14,78%, face ao ano anterior.

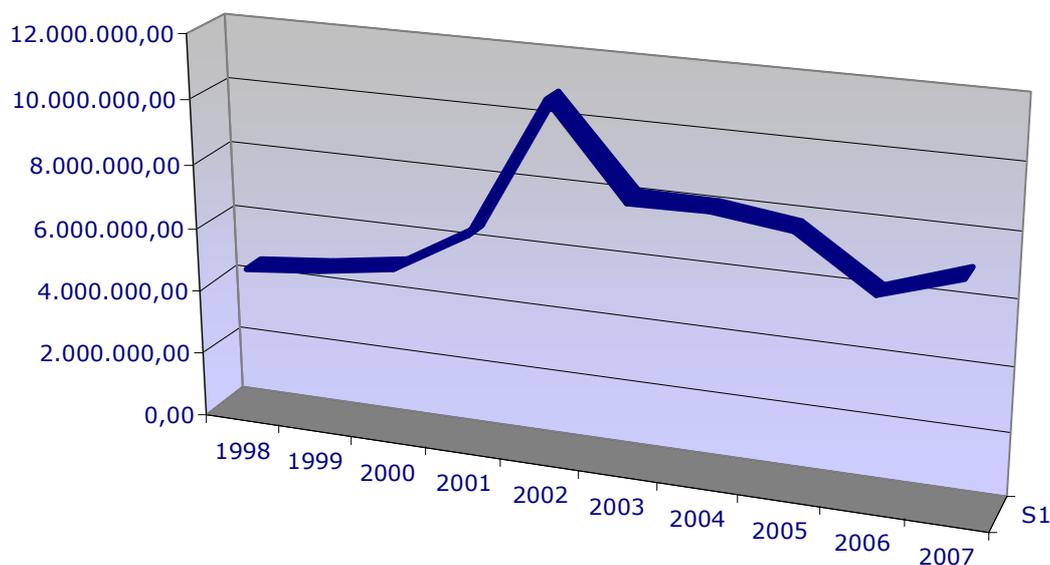
Gráfico nº 25 – Evolução das Despesas com Investimento

É nas Aquisições de Bens de Capital, que o Investimento do município tem maior expressão, com um peso de 91,06% do Investimento Global. O gráfico acima reproduzido reflecte a evolução do investimento desde 2004, nas suas várias componentes.

Investimento Directo

Estas despesas destinadas a aumentar o capital fixo, quer por meio de aquisição a terceiros, quer por produção própria, englobando a aquisição ou produção de bens duráveis e de melhorias ou modificações que visam aumentar o período de duração desses bens ou a sua produtividade, atingiram os €7.039.980,27, registando um aumento de €788.336,43 (12,61%), em comparação com o verificado no ano anterior.

No entanto, as despesas de Investimento continuam a ocupar um lugar de destaque no cômputo geral dos gastos realizados, representando 83,76% das Despesas de Capital e 37,06% das Despesas Totais.

Gráfico nº 26 – Evolução das Despesas com Investimento Directo

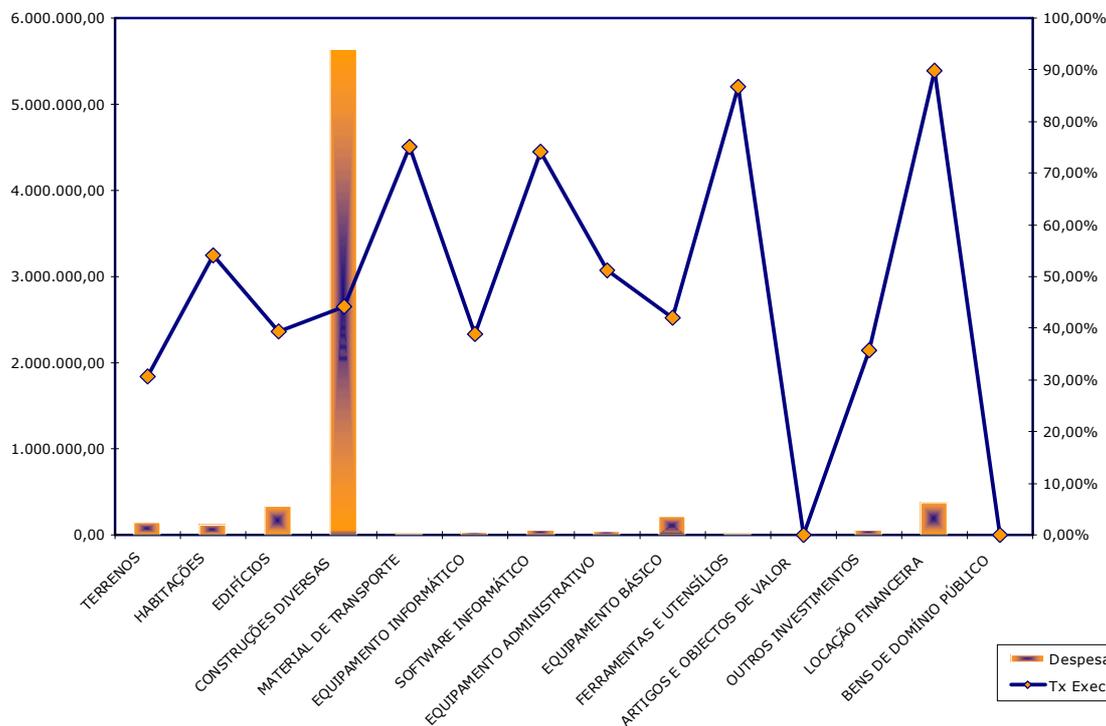
Como se pode ver no quadro nº49, foi privilegiada a intervenção nas áreas de Infra-estruturas de Urbanização (comunicações, transportes, viadutos, arruamentos, obras complementares e viação rural), Saneamento Básico (Rede de Esgotos) e manutenção de Escolas e Instalações Desportivas e Recreativas.

A análise mais detalhada da execução da rubrica orçamental "INVESTIMENTOS" encontra-se expressa nos **DOC- 8-B/TC - "Execução do Plano Plurianual de Investimentos"** inserido nos Documentos de Prestação de Contas.

Quadro nº 49 – Investimento Directo (unidade monetária : Euros)

Designação	2006				2007				Tx Execução			Tx Variação
	Pago	Dotações Finais	Despesa Realizada	Pago	(c)/(b)	(d)/(b)	(d)/(c)	[(d)-(a)]/(a)				
	(a)	(b)	(c)	(d)								
TERRENOS	369.571,58	456.900,00	145.636,53	140.536,53	31,87%	30,76%	96,50%	-61,97%				
HABITAÇÕES	112.113,32	211.455,00	114.473,33	114.473,33	54,14%	54,14%	100,00%	2,11%				
Aquisição	0,00	43.455,00	43.400,00	43.400,00	99,87%	99,87%	100,00%	n.a.				
Construção	20.000,00	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.	-100,00%				
Reparação e Beneficção	92.113,32	168.000,00	71.073,33	71.073,33	42,31%	42,31%	100,00%	-22,84%				
EDIFÍCIOS	628.433,23	860.885,00	414.683,09	338.981,12	48,17%	39,38%	81,74%	-46,06%				
Instalações de Serviços	83.515,58	218.400,00	152.308,54	130.140,75	69,74%	59,59%	85,45%	55,83%				
Instalações desportivas e recreativas	223.035,12	248.900,00	70.805,29	70.805,29	28,45%	28,45%	100,00%	-68,25%				
Merc. e Instal. de Fiscalidade Sanitária	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	n.a.	n.a.				
Escolas	315.015,53	371.085,00	191.569,26	138.035,08	51,62%	37,20%	72,05%	-56,18%				
Outros	6.867,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	n.a.	-100,00%				
CONSTRUÇÕES DIVERSAS	4.454.877,61	12.770.049,65	8.592.572,52	5.635.150,81	67,29%	44,13%	65,58%	26,49%				
Viadutos, arruamentos obras complementares	978.058,38	4.569.000,00	3.968.164,30	2.393.061,54	86,85%	52,38%	60,31%	144,67%				
Esgotos	1.407.685,93	2.689.525,00	1.862.176,85	1.217.658,74	69,24%	45,27%	65,39%	-13,50%				
Estação de Tratamento de Águas Residuais	4.400,55	5.950,00	937,65	937,65	15,76%	15,76%	100,00%	-78,69%				
Iluminação pública	283.795,87	114.000,00	59.493,61	58.882,29	52,19%	51,65%	98,97%	-79,25%				
Parques e Jardins	119.563,62	666.805,00	325.319,17	263.617,98	48,79%	39,53%	81,03%	120,48%				
Instalações desportivas e recreativas	406.464,62	439.100,00	147.174,74	72.056,75	33,52%	16,41%	48,96%	-82,27%				
Captação, tratamento e distribuição de água	34.930,86	628.600,00	494.085,75	403.892,06	78,60%	64,25%	81,75%	1056,26%				
Viação Rural	1.153.853,30	3.444.069,65	1.682.674,48	1.187.227,60	48,86%	34,47%	70,56%	2,89%				
Sinalização e Trânsito	66.124,48	148.000,00	52.545,97	37.816,20	35,50%	25,55%	71,97%	-42,81%				
Outras	0,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	n.a.	n.a.				
MATERIAL DE TRANSPORTE	11.777,75	27.255,00	21.417,12	20.449,12	78,58%	75,03%	95,48%	73,63%				
Outros	11.777,75	27.255,00	21.417,12	20.449,12	78,58%	75,03%	95,48%	73,63%				
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	112.138,67	74.245,00	35.224,59	28.911,04	47,44%	38,94%	82,08%	-74,22%				
SOFTWARE INFORMÁTICO	149.065,46	73.260,00	57.642,67	54.255,88	78,68%	74,06%	94,12%	-63,60%				
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	129.194,40	86.700,00	46.016,53	44.361,73	53,08%	51,17%	96,40%	-65,66%				
EQUIPAMENTO BÁSICO	124.788,48	527.700,00	293.689,96	221.504,88	55,65%	41,98%	75,42%	77,50%				
Recolha de Resíduos	9.132,54	55.000,00	31.531,69	17.345,35	57,33%	31,54%	55,01%	89,93%				
Outros	115.655,94	472.700,00	262.158,27	204.159,53	55,46%	43,19%	77,88%	76,52%				
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.046,73	11.500,00	9.980,51	9.980,51	86,79%	86,79%	100,00%	853,49%				
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.				
OUTROS INVESTIMENTOS	15.149,53	164.410,00	59.177,43	58.905,18	35,99%	35,83%	99,54%	288,83%				
LOCAÇÃO FINANCEIRA	143.487,08	414.933,89	372.470,14	372.470,14	89,77%	89,77%	100,00%	159,58%				
Edifícios	0,00	13.903,89	5.325,51	5.325,51	38,30%	38,30%	100,00%	n.a.				
Material de Transporte	21.288,15	36.440,00	26.806,01	26.806,01	73,56%	73,56%	100,00%	25,92%				
Maquinaria e Equipamento Diverso	122.198,93	360.790,00	340.338,62	340.338,62	94,33%	94,33%	100,00%	178,51%				
Outros Investimentos	0,00	3.800,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	n.a.	n.a.				
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	n.a.	n.a.				
TOTAL.....	6.251.643,84	15.689.293,54	10.162.984,42	7.039.980,27	64,78%	44,87%	69,27%	12,61%				

Gráfico nº 27 – Despesas com Investimento Directo



A dotação orçamental do investimento realizado directamente pelo município, estimada para o ano de 2007, totaliza € 15.689.293,54. Esta previsão apresenta uma taxa de execução orçamental em termos de despesa paga, de cerca de 44,87%.

Verifica-se que em relação ao ano de 2006, se registou um aumento 12,61%, referente a despesas de investimento efectivamente pagas.

No quadro e gráfico reproduzidos observa-se, face ao peso relativo de cada uma das componentes que integram a rubrica de aquisição de bens de capital, que a de maior expressividade é a de Construções Diversas, ao absorver € 5.635.150,81, cerca de 80,04% do total das despesas desta rubrica.

No conjunto das restantes componentes, é de referir o peso dos investimentos realizados através de Locação financeira, apesar dos valores serem manifestamente inferiores àquele, no montante de € 372.470,14, representando 5,29% do total da rubrica de aquisição de bens de capital.

► TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

A atribuição de verbas, pertencentes ao rendimento de capital do município, a outras entidades, sem qualquer contrapartida, totalizou €691.013,66, traduzindo um acréscimo de cerca 42,85% (€207.290,38), em relação ao verificado no anterior exercício económico.

O valor registado na rubrica Transferências de Capital –Administração autárquica diz respeito á parte de investimento do Município de Estarreja nos projectos de investimento intermunicipais com o Município de Albergaria-a-Velha., nomeadamente no investimento intermunicipal “Beneficiação da EN 1-12 – Albergaria a Nova/Salreu.

Neste investimentos intermunicipais o município de Albergaria-a-Velha tomou o “papel” de entidade promotora da execução da obra e do sequente do processo de concurso .

Quadro nº 50 – Transferências de Capital (Despesa) (unidade monetária : Euros)

Designação	2007		2006		2005		Tx Cresc
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Administrações públicas	391.262,07	80,89%	111.461,28	23,04%	85.533,23	19,84%	251,03%
Fundos e serviços autónomos	9.079,86	1,31%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
Administração autárquica	382.182,21	55,31%	111.461,28	23,04%	85.533,23	19,84%	242,88%
Administrações privadas	299.751,59	43,38%	372.262,00	76,96%	345.671,37	80,16%	-19,48%
Instituições particulares	238.586,89	34,53%	312.492,92	64,60%	281.073,60	65,18%	-23,65%
Famílias	61.164,70	8,85%	59.769,08	12,36%	64.597,77	14,98%	2,34%
TOTAL.....	691.013,66	124,26%	483.723,28	100,00%	431.204,60	100,00%	42,85%

Na sub-rubrica "Famílias", registaram-se as comparticipações financeiras atribuídas pelo município a familiares no âmbito do Programa Casa Melhor, que tem por objectivo melhorar as condições de habitação das famílias mais carenciadas.

O enquadramento das transferências de capital atribuídas pelo Município de Estarreja, durante o ano de 2006, encontra-se descrito no **DOC-19/TC – "Transferências de Capital – Despesa"** dos Documentos de Prestação de Contas.

► **ACTIVOS FINANCEIROS**

O Município de Estarreja tem participado activamente a nível regional em projectos de implementação de serviços básicos de grande importância para a população do concelho, nomeadamente, projectos relativos ao saneamento, águas residuais, distribuição de gás natural e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Dada a dimensão, complexidade e avultado investimento que envolve a execução e manutenção dos referidos projectos, a solução institucional passou pela constituição de sociedades concessionárias de sistemas multimunicipais, que conjugam capitais privados e públicos, as quais garantem a execução global destes projectos de serviços básicos e a sua gestão dinâmica e eficaz.

Neste sentido, o Município de Estarreja participa no capital social das seguintes sociedades concessionárias de exploração de sistemas multimunicipais, conforme **DOC – 39/ OD**, inserido nos Documentos de Prestação de Contas.

No ano 2007, não existiram despesas com activos financeiros conforme descrito no **DOC – 40/OD** inserido nos Documentos de Prestação de Contas.

► **PASSIVOS FINANCEIROS**

Durante o ano económico de 2007, os encargos suportados com o reembolso de capital de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pela autarquia junto de Instituições de Crédito totalizou €672.793,26. (**DOC - 26 /TC – " Mapa de Empréstimos Obtidos"**).

O valor de capital amortizado , no ano de 2007, corresponde a 8,01% das Despesas de Capital e 3,54% das Despesas Totais.

3.3.5 Análise da Despesa na Óptica das Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano traduz-se num instrumento político, corporizando uma sistematização de objectivos e de programas coordenados de acção para os concretizar .

Nas Grandes Opções do Plano encontram-se definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local, e incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Actividades Municipais (PAM).

O **Plano Plurianual de Investimentos**, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projectos e acções, que implicam despesas de investimento, a realizar no âmbito dos objectivos da autarquia local e explicita a respectiva previsão de despesa.

A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas - **DOC - 8-B/TC - "Execução do Plano Plurianual de Investimentos"**, apresentando a execução deste documento previsional no ano de 2007, destacando o nível de execução financeira anual e global.

O nível de execução financeira (em termos de pagamentos efectuados) do PPI, no exercício económico de 2007, é de 44,64%.

O **Plano de Actividades Municipais**, inclui projectos e acções de índole corrente a realizar durante um dado ano.

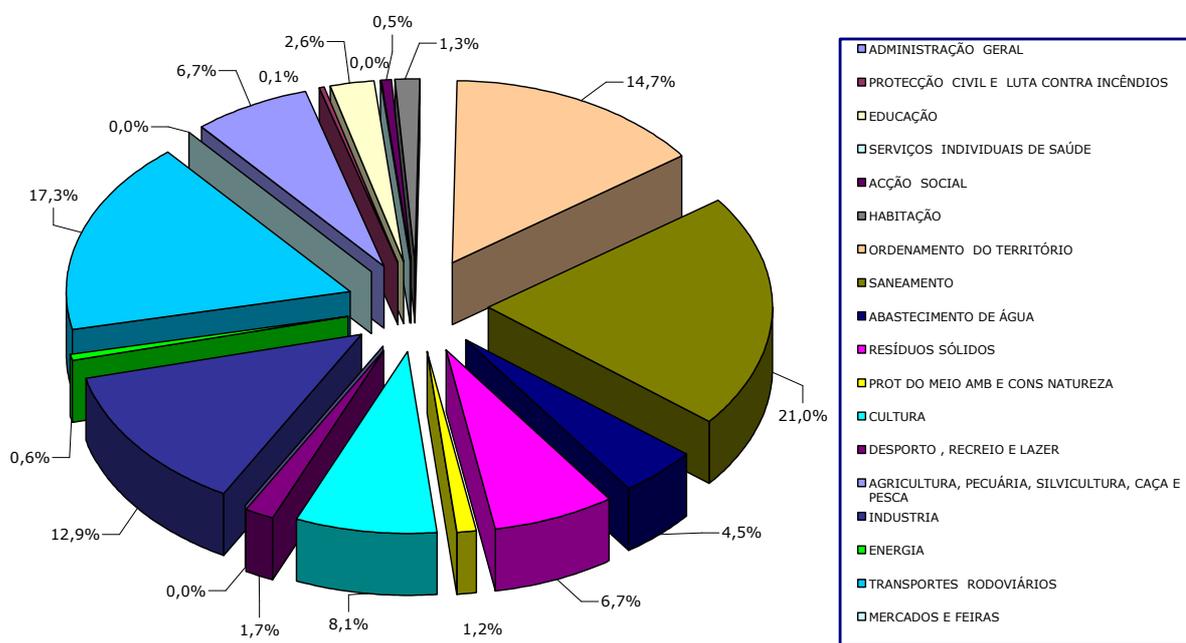
A execução do PAM, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas - **DOC - 8-C/TC - "Execução do Plano de Actividades Municipais"**, apresentando uma execução de 74,75%.

Resumidamente, a execução das Grandes Opções do Plano de 2007, em termos da classificação funcional, é apresentado nos quadros Quadro nº 51 e 52.

Quadro nº 51 - Execução das GOP's*(unidade monetária : Euros)*

Código	Classificação Funcional	GOP 2007				
		Previsão		Execução Valor (c)	Execução	
		Inicial (a)	Final (b)		Exec % (c) / (a)	Exec % (c) / (b)
1	FUNÇÕES GERAIS	911.243,55	994.608,76	682.097,16	74,85%	68,58%
1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública					
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	864.830,00	960.227,88	670.447,45	77,52%	69,82%
1.2.0	Segurança e Ordem Públicas					
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	46.413,55	34.380,88	11.649,71	25,10%	33,88%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	11.097.072,30	10.761.926,22	6.208.688,05	55,95%	57,69%
2.1.0	Educação					
2.1.1	ENSINO NÃO SUPERIOR	645.500,00	603.045,01	256.454,18	39,73%	42,53%
2.2.0	Saúde					
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	5.000,00	2.500,00	0,00	0,00%	0,00%
2.3.0	Segurança e Acção Sociais					
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	168.450,00	73.504,00	52.426,04	31,12%	71,32%
2.4.0	Habitação e Serviços Colectivos					
2.4.1.	HABITAÇÃO	253.000,00	231.320,00	132.238,03	52,27%	57,17%
2.4.2	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	2.128.389,00	1.970.559,00	1.465.147,42	68,84%	74,35%
2.4.3	SANEAMENTO	3.955.100,00	3.935.425,00	2.092.679,71	52,91%	53,18%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	723.100,00	698.100,00	446.027,47	61,68%	63,89%
2.4.5	RESÍDUOS SÓLIDOS	855.450,00	958.150,00	669.519,62	78,27%	69,88%
2.4.6	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	460.600,00	381.311,22	115.452,27	25,07%	30,28%
2.5.0	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos					
2.5.1	CULTURA	1.122.683,30	1.165.769,01	809.953,76	72,14%	69,48%
2.5.2	DESPORTO , RECREIO E LAZER	779.800,00	742.242,98	168.789,55	21,65%	22,74%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	8.411.052,43	8.280.682,43	3.061.873,19	36,40%	36,98%
3.1.0	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca					
3.1.2	DEFESA DA FLORESTA	32.500,00	9.500,00	2.303,83	7,09%	24,25%
3.2.0	Indústria e Energia					
3.2.1	INDÚSTRIA	2.621.500,00	2.611.000,00	1.282.598,62	48,93%	49,12%
3.2.2	ENERGIA	130.000,00	114.000,00	58.882,29	45,29%	51,65%
3.3.0	Transportes e Comunicações					
3.3.1	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	5.587.052,43	5.506.182,43	1.718.088,45	30,75%	31,20%
3.4.0	Comércio e Turismo					
3.4.1	MERCADOS E FEIRAS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL		20.419.368,28	20.037.217,41	9.952.658,40	48,74%	49,67%

Gráfico nº 28- Execução das GOP's



Quadro nº 52 – Evolução das GOP's

(unidade monetária : Euros)

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	2007		2006		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Grandes Opções do Plano					
ADMINISTRAÇÃO GERAL	670.447,45	6,7%	490.968,43	5,8%	36,6%
PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	11.649,71	0,1%	19.928,90	0,2%	-41,5%
EDUCAÇÃO	256.454,18	2,6%	489.349,82	5,8%	-47,6%
SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	0,00	0,0%	6.867,00	0,1%	-100,0%
ACÇÃO SOCIAL	52.426,04	0,5%	64.194,09	0,8%	-18,3%
HABITAÇÃO	132.238,03	1,3%	172.188,94	2,0%	-23,2%
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1.465.147,42	14,7%	554.342,51	6,6%	164,3%
SANEAMENTO	2.092.679,71	21,0%	2.075.752,12	24,7%	0,8%
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	446.027,47	4,5%	70.600,13	0,8%	531,8%
RESÍDUOS SÓLIDOS	669.519,62	6,7%	492.892,85	5,9%	35,8%
PROT DO MEIO AMB E CONS NATUREZA	115.452,27	1,2%	110.344,08	1,3%	4,6%
CULTURA	809.953,76	8,1%	674.263,25	8,0%	20,1%
DESPORTO , RECREIO E LAZER	168.789,55	1,7%	694.399,60	8,3%	-75,7%
AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	2.303,83	0,0%	0,00	0,0%	n.a.
INDUSTRIA	1.282.598,62	12,9%	589.649,71	8,3%	117,5%
ENERGIA	58.882,29	0,6%	283.795,87	3,4%	-79,3%
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	1.718.088,45	17,3%	1.613.758,86	19,2%	6,5%
MERCADOS E FEIRAS	0,00	0,0%	0,00	0,0%	n.a.
TOTAL	9.952.658,40	100,0%	8.403.296,16	100,0%	18,4%

Quadro nº 53 – Estrutura das GOP's

(unidade monetária : €uros)

Código	Classificação Funcional	GOP 2007					
		PPI		PAM		Total	
		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
1	FUNÇÕES GERAIS	435.877,30	5,85%	246.219,86	9,83%	682.097,16	6,85%
1.1.0	Serviços Gerais de Administração Pública	424.650,88	5,70%	245.796,57	9,81%	670.447,45	6,74%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	424.650,88	5,70%	245.796,57	9,81%	670.447,45	6,74%
1.2.0	Segurança e Ordem Públicas	11.226,42	0,15%	423,29	0,02%	11.649,71	0,12%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	11.226,42	0,15%	423,29	0,02%	11.649,71	0,12%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	3.952.880,52	53,07%	2.255.807,53	90,08%	6.208.688,05	62,38%
2.1.0	Educação	148.859,98	2,00%	107.594,20	4,30%	256.454,18	2,58%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	148.859,98	2,00%	107.594,20	4,30%	256.454,18	2,58%
2.2.0	Saúde	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2.3.0	Segurança e Acção Sociais	0,00	0,00%	52.426,04	2,09%	52.426,04	0,53%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	0,00	0,00%	52.426,04	2,09%	52.426,04	0,53%
2.4.0	Habituação e Serviços Colectivos	3.305.098,62	44,37%	1.615.965,90	64,53%	4.921.064,52	49,44%
2.4.1.	HABITAÇÃO	132.238,03	1,78%	0,00	0,00%	132.238,03	1,33%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1.417.725,16	19,03%	47.422,26	1,89%	1.465.147,42	14,72%
2.4.3.	SANEAMENTO	1.264.229,22	16,97%	828.450,49	33,08%	2.092.679,71	21,03%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	420.107,29	5,64%	25.920,18	1,04%	446.027,47	4,48%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	31.281,52	0,42%	638.238,10	25,49%	669.519,62	6,73%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUR	39.517,40	0,53%	75.934,87	3,03%	115.452,27	1,16%
2.5.0	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	498.921,92	6,70%	479.821,39	19,16%	978.743,31	9,83%
2.5.1.	CULTURA	384.374,76	5,16%	425.579,00	16,99%	809.953,76	8,14%
2.5.2.	DESPORTO , RECREIO E LAZER	114.547,16	1,54%	54.242,39	2,17%	168.789,55	1,70%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	3.059.569,36	41,08%	2.303,83	0,09%	3.061.873,19	30,76%
3.2.0	Indústria e Energia	1.341.480,91	18,01%	0,00	0,00%	1.341.480,91	13,48%
3.2.1.	INDUSTRIA	1.282.598,62	17,22%	0,00	0,00%	1.282.598,62	12,89%
3.2.2.	ENERGIA	58.882,29	0,79%	0,00	0,00%	58.882,29	0,59%
3.3.0	Transportes e Comunicações	1.718.088,45	23,07%	0,00	0,00%	1.718.088,45	17,26%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	1.718.088,45	23,07%	0,00	0,00%	1.718.088,45	17,26%
3.4.0	Comércio e Turismo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL		7.448.327,18	100,00%	2.504.331,22	100,00%	9.952.658,40	100,00%

4. ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

4.1 ENQUADRAMENTO

As restrições legais impostas às autarquias locais em relação ao seu endividamento, encontram-se enquadradas nas novas exigências de boa gestão financeira e orçamental, decorrentes do Pacto de Estabilidade e Crescimento (Resolução do Conselho Europeu sobre o Pacto de Estabilidade e Crescimento, de 17 de Junho de 1997, JOC 236, de 2 de Agosto de 1997).

A Lei nº91/2001, de 20 de Agosto introduziu perante o anterior regime (resultante da Lei nº6/91, de 20 de Fevereiro) uma importante reforma no domínio do enquadramento orçamental, de todas as pessoas colectivas de população e território e não apenas o Estado *sensu stricto*.

Esta reforma no sentido de coordenação das finanças locais com as finanças estaduais, tem espacialmente em conta o desenvolvimento de todo o País e a necessidade de atingir os objectivos e metas orçamentais traçados no âmbito das políticas de convergência a que Portugal se tenha obrigado no seio da União Europeia.

Neste espírito, a Lei Orgânica nº2/2002, de 28 de Agosto, veio definir novos limites de endividamento, permitindo à lei do Orçamento estabelecer limites específicos de endividamento anual da Administração Central do Estado, da Regiões Autónomas e das Autarquias Locais, compatíveis com o saldo orçamental calculado para o conjunto do sector público administrativo (cálculo do stock de endividamento líquido e do limite deste stock).

Efectivamente, a partir de 2002 e no quadro destas medidas de estabilidade orçamental, não foi permitido qualquer acréscimo de endividamento líquido ao conjunto total das autarquias.

Desde então, anualmente e para cada município, o governo calcula e fixa o respectivo limite de acréscimo de endividamento.

Com a Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2007 (Lei nº53-A/2006, de 29 de Dezembro), que foi publicada antes da Nova Lei das Finanças Locais - LFL (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro), define o conceito de endividamento líquido (nº3 do artigo 33º LOE 2007 e nº1 artigo 36º da LFL) - " *O montante do endividamento líquido municipal, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 95), é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros*".

O limite de endividamento líquido total de cada município para o ano 2007, encontra-se definido no nº2 do artigo 33º da LOE 2007 , sendo que este não pode exceder 125% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no Fundo de Equilíbrio Financeiro, no Fundo Social Municipal , da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

Refira-se ainda que, por efeito do não cumprimento dos limites específicos de endividamento definidos, prevê a Lei de Estabilidade Orçamental, que a Lei do Orçamento de Estado pode determinar a redução na proporção do incumprimento, das transferências a efectuar para as autarquias locais.

Face ao exposto, a análise desta matéria, assume grande relevância.

Numa primeira fase avalia-se a evolução global da dívida do município, seguindo-se uma apreciação mais pormenorizada de cada uma das suas componentes e, por último, comenta-se o enquadramento do município ao nível do endividamento líquido.

4.1.1 Dívida Total

A informação sobre o nível da dívida do município de Estarreja, seja resultante de contracção de empréstimos, contratos de locação e de outras dívidas a terceiros, encontra-se discriminada nos seguintes documentos :

- **DOC-26/TC** - "Mapa de Empréstimos Obtidos " ;
- **DOC-26-B/TC** - "Mapa de Locação Financeira "
- **DOC-27/TC** - "Outras Dívidas a Terceiros"

Resumidamente a estrutura de dívida municipal no ano de 2007 é a descrita no quadro apresentado de seguida :

Quadro nº 54– Evolução da dívida do Município (2006 e 2007) (unidade monetária : Euros)

ANO 2007	01-Jan-2007	31-Dez-2007	Peso
Dívida de Médio e Longo Prazo	15.564.756,67	14.909.856,58	69,29%
Fornecedores Conta Corrente	2.011.273,63	2.011.273,63	9,35%
Fonecedores de Imobilizado	475.935,07	355.692,84	1,65%
Empréstimos de M/L Prazo	13.014.032,67	12.479.454,61	58,00%
Outros Credores	63.515,30	63.435,50	0,29%
Dívida de Curto Prazo	8.232.344,43	6.607.533,65	30,71%
Fornecedores Conta Corrente	1.636.428,73	983.731,47	4,57%
Fornecedores C/C - Fact. em Recepção e Conf.	102.161,39	1.146.013,27	5,33%
Fornecedores de Imobilizado	5.872.255,48	3.122.074,55	14,51%
Fornecedores de Imobilizado - Fact em Recepção e Conf.	5.477,63	16.052,46	0,07%
Estado e Outros Entes Públicos	93.372,68	93.686,14	0,44%
Outros Credores	29.889,52	390.364,70	1,81%
Adiantamento por Conta de Vendas	492.759,00	855.611,06	3,98%
TOTAL	23.797.101,10	21.517.390,23	100,00%

Variação	-2.279.710,87
Tx Crescimento	-9,58%

Em 31 de Dezembro de 2007 a dívida global do Município de Estarreja totaliza €21.517.390,23, deste valor respeita a natureza de médio e longo prazo 69,29% e 30,71% de curto prazo.

De notar que este passivo apresenta um decréscimo de (-) 9,58% em relação ao ano anterior, devido, principalmente, á diminuição das dívidas de curto prazo, sendo de realçar o esforço realizado na gerência de 2007 na redução da dívida global.

Uma breve análise ao quadro acima apresentado, permite-nos concluir que 58,00% da dívida municipal resulta de empréstimos de médio e longo prazo, correspondendo estes a 83,70%da dívida de natureza de médio e longo prazo.

De referir ainda, que o valor expresso, em 31/12/2007, em "Fornecedores de Imobilizado – Médio e Longo Prazo" - €475.935,07 € é composto pela dívida respeitante aos contratos de locação financeira em vigor.

A parcela correspondente aos Fornecedores de Imobilizado (€3.122.074,55) , representa 14,51% da dívida do município e corresponde a 47,25 % da dívida de curto prazo.

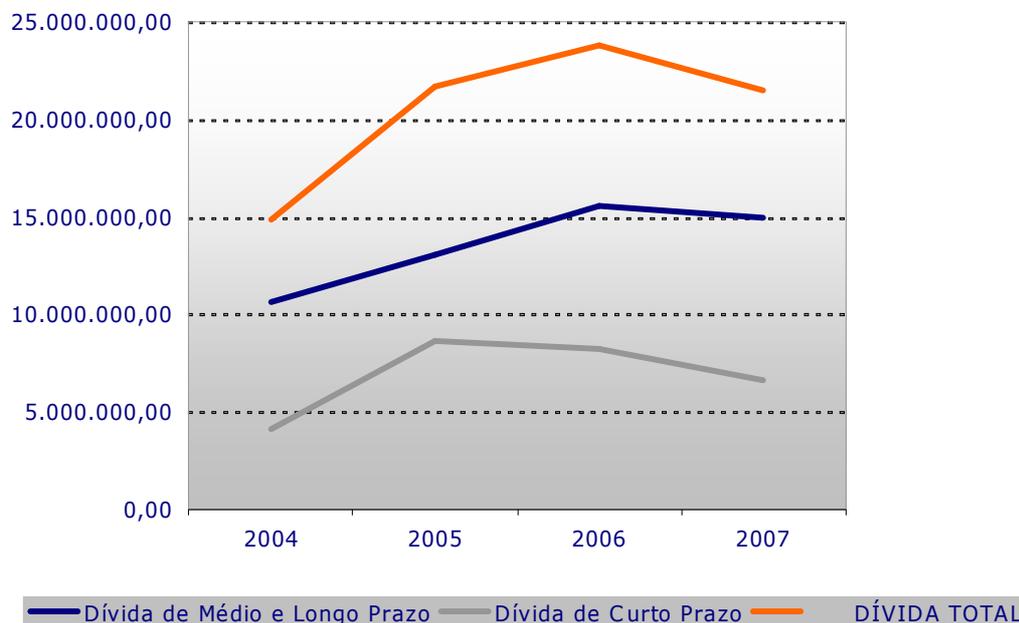
Quadro nº 55– Evolução da dívida total (2002 e 2007)

(unidade monetária : Euros)

Designação	2004	2005	2006	2007
Dívida de Médio e Longo Prazo	10.673.627,14	13.076.830,24	15.564.756,67	14.909.856,58
Dívida de Curto Prazo	4.141.921,13	8.656.908,58	8.232.344,43	6.607.533,65
DÍVIDA TOTAL	14.815.548,27	21.733.738,82	23.797.101,10	21.517.390,23
Taxa de crescimento da Dívida				
Médio e Longo Prazo		22,52%	19,03%	-4,21%
Curto Prazo		109,01%	-4,90%	-19,74%
TOTAL		46,70%	9,49%	-9,58%

No período compreendido entre 2004 a 2007 o total da dívida aumentou cerca de €6.701.841,96, o que representa em termos relativos um aumento de 45%. No entanto, é de sobrelevar, no presente exercício económico, a inversão desta tendência de crescimento da dívida total

Para melhor dimensionar o comportamento da dívida global do município ao longo do último quadriénio, apresenta-se o seguinte gráfico.

Gráfico nº 29**Evolução da Dívida Total****4.1.2 Dívida de Médio e Longo Prazo**

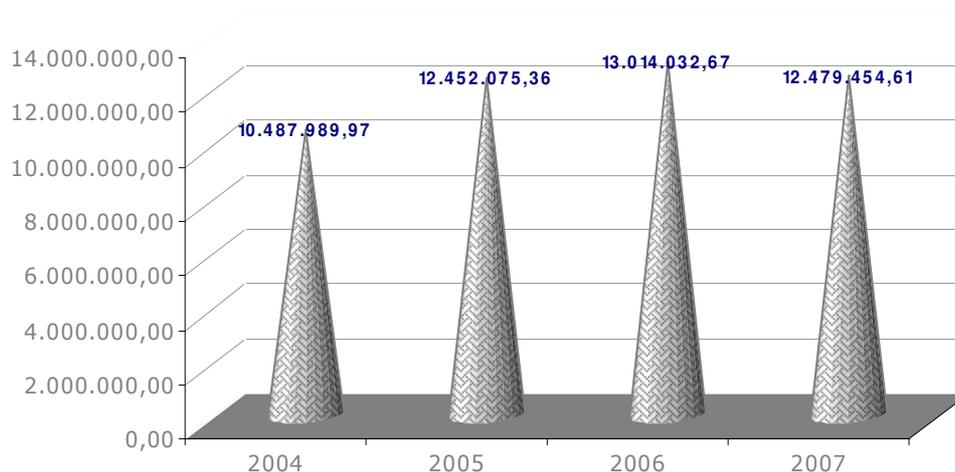
No âmbito das suas atribuições e competências, e não obstante os escassos recursos financeiros disponíveis, para o desenvolvimento das suas actividades, nomeadamente para o cumprimento do Plano Plurianual de Investimentos, desde 2005 que o Município tem diminuído o recurso à contratação e/ou utilização de empréstimos de médio e longo prazo.

No quadro nº 56 e gráfico nº30, apresenta-se a evolução da dívida de médio e longo prazo no último quadriénio:

Quadro nº 56– Evolução do Stock da Dívida

(unidade monetária : Euros)

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO				
	2004	2005	2006	2007
(1) Dívida no início do período	8.869.278,09	10.487.989,96	12.452.075,36	13.014.032,87
(2) Empréstimos contraídos e utilizados no período	2.350.161,80	2.635.487,37	1.218.817,41	138.215,00
(3) Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00
(4) Amortizações do Período	731.449,92	671.401,97	656.860,10	672.793,26
Dívida no Final do Período (1+2+3-4)	10.487.989,97	12.452.075,36	13.014.032,67	12.479.454,61
Taxa de crescimento da Dívida		15,77%	4,51%	-4,11%

Gráfico nº 30**Evolução da Dívida de Empréstimos M/L Prazo**

Do observado no quadro anterior verifica-se que desde 2005 tem havido um esforço do município para reduzir o endividamento de médio e longo prazo, sendo ao ano da gerência em análise um marco importante. Efectivamente, em relação ao ano anterior, a dívida de médio e longo prazo, diminui (-)534.578,06, o que , em termos relativos, representa um decréscimo de 4,11%

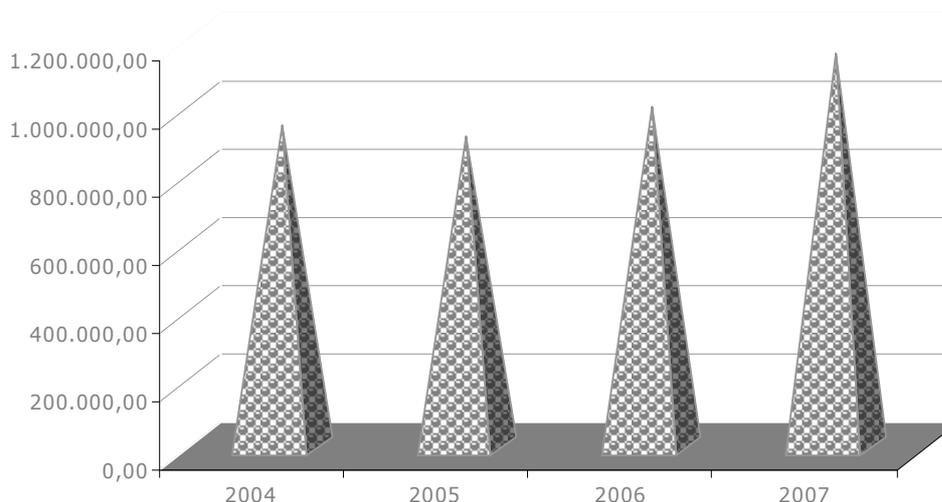
Parte significativa desta redução ocorre no decurso do ano 2007, resultado do volume de reembolsos de capital em dívida (amortizações) de €672.793,26, acompanhado por novas utilizações de empréstimos pendentes no valor de €138.215,00.

4.1.3 Serviço de Dívida

O quadro seguinte apresenta a evolução do serviço de dívida no último quadriénio, considerando unicamente os montantes de juros e amortizações de empréstimos contratualizados pela autarquia

Quadro nº 57**EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA**

	2004	2005	2006	2007
Empréstimos que revelam para a capacidade de endividamento	605.735,24	560.941,69	633.152,38	766.614,37
Amortizações	500.441,30	420.217,49	406.271,77	430.655,45
Juros	105.293,94	140.724,20	226.880,61	335.958,92
Empréstimos que não revelam para a capacidade de endividamento	335.211,73	348.777,59	360.329,37	385.865,88
Amortizações	231.008,62	251.184,48	250.588,33	242.137,81
Juros	104.203,11	97.593,11	109.741,04	143.728,07
Total do Serviço de Dívida	940.946,97	909.719,28	993.481,75	1.152.480,25
Amortizações	731.449,92	671.401,97	656.860,10	672.793,26
Juros	209.497,05	238.317,31	336.621,65	479.686,99
Taxa de crescimento da Dívida		-3,32%	9,21%	16,00%
Amortizações		-8,21%	-2,17%	2,43%
Juros		13,76%	41,25%	42,5%

Gráfico nº 31**Evolução do Serviço da Dívida**

No ano de 2007, verifica-se relativamente aos anos anteriores um aumento do peso do serviço de dívida, explicado essencialmente por dois factores:



Pelo início do período de amortização de empréstimos bancários



Pelo incremento de 42,5% no pagamento de juros, facto devido ao crescimento verificado ao nível das taxas de juros, tendência que permanece na presente conjuntura macroeconómica.

4.1.4 Composição da Capital Bancário em Dívida no Fim da Gerência

Apresenta-se de seguida, um quadro resumo dos empréstimos existentes à data de 31 de Dezembro de 2007, diferenciando-os consoante relevam ou não para o cálculo da capacidade de endividamento, para uma visão mais detalhada da estrutura do endividamento de médio e longo prazo.

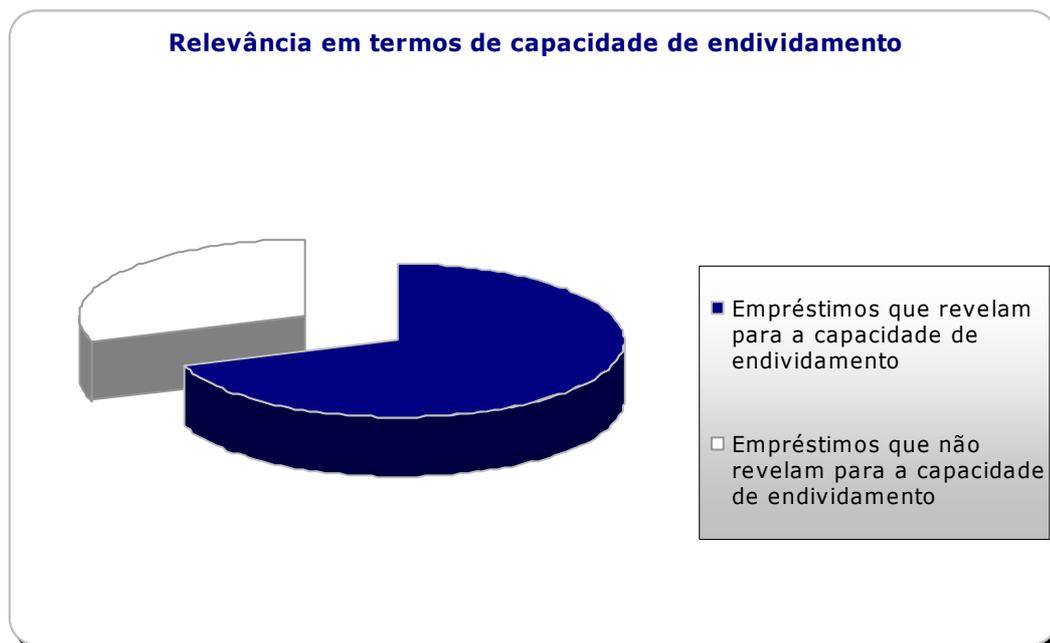
Quadro nº 58

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA NO FIM DA GERÊNCIA 2007

Capital em Dívida em 31/12/2007		
	Montante	% do total
Empréstimos que revelam para a capacidade de endividamento	8.697.912,98	69,70%
Intempéries - DL 47/96 (1995/96-parte Não Bonificada)	73.235,01	0,59%
Diversos Investimentos - PA 1997	1.314.470,09	10,53%
Diversos Investimentos - PA 1998	684.151,31	5,48%
Parque Industrial - PA 2000	3.541.465,27	28,38%
Medida 1.7. do PORCentro - Praça Município	375.122,92	3,01%
Medida 1.7. do PORCentro - URBCOM	173.022,38	1,39%
Diversos Investimentos - PPI 2004	742.809,00	5,95%
Diversos Investimentos - PPI 2005	770.422,00	6,17%
PPI/2005 - Largo Sto Amaro e Centro C Pardilhó	23.003,00	0,18%
Parque Industrial - PPI/2006	950.000,00	7,61%
Parque Desportivo Municipal	50.212,00	0,40%
Empréstimos que não revelam para a capacidade de endividamento	3.781.541,63	30,30%
Construção Arrendamento Social-INH	511.391,56	4,10%
Intempéries - DL 47/96 (1995/96 - parte Bonificada)	50.870,54	0,41%
Saneamento Básico - PA 2000	3.166.786,03	25,38%
Intempéries 2000/2001	52.493,50	0,42%
Total da dívida de médio e longo prazo	12.479.454,61	100,00%

Face aos valores apresentados e em conformidade com o definido na Lei das Finanças Locais, constata-se que do total dos empréstimos contraídos, 30,30% estão excluídos do cálculo da capacidade de endividamento.

Gráfico nº 32



4.1.5 Limites de endividamento

Aplicando as disposições legais, constantes quer da Lei das Finanças Locais (LFL – Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro) quer da Lei nº53-A/2006, de 29 de Dezembro – Orçamento de Estado para 2007- os limites de endividamento do município e o seu cálculo são os seguintes :

Aplicando as Regras previstas na Lei do Orçamento de Estado para 2007

BASE DE CÁLCULO		VALOR (€)
TOTAL GLOBAL (A)		9.873.541,14
Fundos Municipais - OE 2007		6.677.897,00
	Fundo de Equilíbrio Financeiro	5.638.056,00
	Fundo Social Municipal	450.010,00
	Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	589.831,00
Impostos Municipais - Receita de 2006		3.195.644,14
010202	Imposto Municipal sobre Imóveis	1.430.989,81
010203	Imposto Municipal sobre Veículos	311.410,11
010204	Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis	567.176,03
010205	Derrama	830.778,91
010207	Impostos Abolidos (Contribuição Autárquica e SISA)	55.289,28
Participação no Sector Empresarial Local - Receita de 2006		0,00

LIMITES AO ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO	
Limite ao Endividamento de Curto Prazo	
10% de Total Global	987.354,11
Limite ao Endividamento de Médio e Longo Prazo	
100% de Total Global	9.873.541,14
Limite ao Endividamento Líquido	
125% de Total Global	12.341.926,43

Regras previstas na Lei do Orçamento de Estado para 2007	
LIMITES AO ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO	
Limite ao Endividamento de Curto Prazo	987.354,11
Limite ao Endividamento de Médio e Longo Prazo	9.873.541,14
Limite ao Endividamento Líquido	12.341.926,43
Avaliação do Cumprimento	
31/12/2007	
Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos	12.479.454,61
Endividamento Líquido	12.895.867,62
Capital em Dívida Excepcionado dos Limites de Endividamento	3.781.541,63
Dívidas à EDP 1998	0,00
Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos a Considerar	8.697.912,98
Endividamento Líquido a Considerar	9.114.325,99
Montantes em Excesso	
Endividamento a Médio e Longo Prazos	n/a
Endividamento Líquido	n/a
Montantes Não Tomados	
Dentro do Limite de Endividamento de M/L Prazo	1.175.628,16
Dentro do Limite de Endividamento Líquido	3.227.600,44
Rácios de Análise	
Cobertura do Limite de Endividamento de M/L Prazo	88,09%
Cobertura do Limite de Endividamento Líquido	73,85%

Assim, aplicando as regras, no ano 2007, o Município tem capacidade de endividamento «de médio e longo prazo, não tendo tomado cerca de 11,91% do limite legal que lhe é imposto, ou seja, poderá contrair dívida (empréstimos) de médio e longo no valor de €1.175.628,16.

A nível de endividamento líquido o Município de Estarreja tem ainda uma margem de capacidade de endividamento de cerca de €3.227.600,44, não tendo tomado 26,15% do limite de endividamento líquido municipal imposto para esta autarquia local.

5. ANÁLISE PATRIMONIAL

5.1 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1.1 Análise do Balanço

A elaboração do Balanço tem por base o princípio do acréscimo, pelo que fornece aos utilizadores das demonstrações financeiras uma imagem, não só das transacções passadas que envolveram pagamentos e recebimentos no exercício a que respeita, mas também os direitos e as obrigações a receber e a pagar, respectivamente, em exercícios futuros.

No sentido de possibilitar uma melhor percepção da evolução da posição financeira do Município, o próximo quadro espelha a estrutura do Balanço em 31/12/2007 e período homólogo do ano anterior, evidenciando as variações apuradas.

Quadro nº 59 – Balanço

(unidade monetária : Euros)

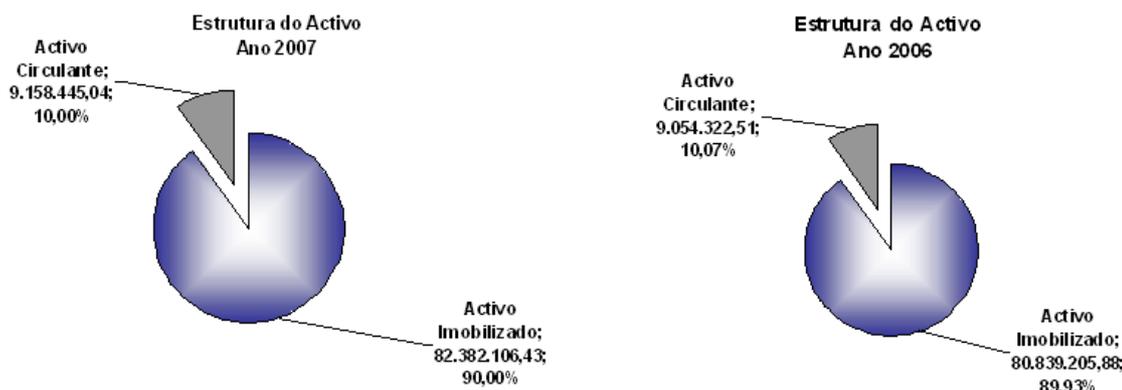
Designação	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Activo						
Imobilizado	82.382.106,43	90,00%	80.839.205,88	89,93%	1.542.900,55	1,91%
<i>Bens de Domínio Público</i>	38.678.063,92	42,25%	37.584.707,11	41,81%	1.093.356,81	2,91%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	134.524,33	0,15%	164.200,12	0,18%	-29.675,79	-18,07%
<i>Imobilizações corpóreas</i>	42.970.029,42	46,94%	42.490.793,89	47,27%	479.235,53	1,13%
<i>Investimentos Financeiros</i>	599.488,76	0,65%	599.504,76	0,67%	-16,00	0,00%
Circulante	9.158.445,04	10,00%	9.054.322,51	10,07%	104.122,53	1,15%
<i>Existências</i>	262.983,87	0,29%	283.889,10	0,32%	-20.905,23	-7,36%
<i>Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	2.011.273,63	2,20%	2.011.273,63	2,24%	0,00	n.a
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	6.242.437,05	6,82%	6.337.219,77	7,05%	-94.782,72	-1,50%
<i>Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa</i>	412.308,65	0,45%	307.219,08	0,34%	105.089,57	34,21%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	229.441,84	0,25%	114.720,93	0,13%	114.720,91	100,00%
TOTAL DO ACTIVO	91.540.551,47	100,00%	89.893.528,39	100,00%	1.647.023,08	1,83%
Capital Próprio e Passivo						
Fundos Próprios	39.216.319,20	100,00%	36.704.006,08	100,00%	2.512.313,12	6,84%
<i>Património</i>	30.816.232,30	78,58%	30.809.271,17	83,94%	6.961,13	0,02%
<i>Reservas Legais</i>	553.860,77	1,41%	489.574,08	1,33%	64.286,69	13,13%
<i>Doações</i>	19.407,38	0,05%	17.057,38	0,05%	2.350,00	13,78%
<i>Resultados Transitados</i>	5.255.476,97	13,40%	4.102.369,74	11,18%	1.153.107,23	28,11%
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	2.571.341,78	6,56%	1.285.733,71	3,50%	1.285.608,07	99,99%
Passivo	52.324.232,27	100,00%	53.189.522,31	100,00%	-865.290,04	-1,63%
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	14.909.856,58	28,50%	15.564.756,87	29,26%	-654.900,29	-4,21%
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	6.607.533,65	12,63%	8.232.344,43	15,48%	-1.624.810,78	-19,74%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	30.806.842,04	58,88%	29.392.421,01	55,26%	1.414.421,03	4,81%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	91.540.551,47		89.893.528,39		1.647.023,08	1,83%

No sentido de promover uma melhor leitura da informação financeira, de seguida são apresentados alguns quadros que procuram dissecar os aglomerados mais significativos.

► **ESTRUTURA DO ACTIVO**

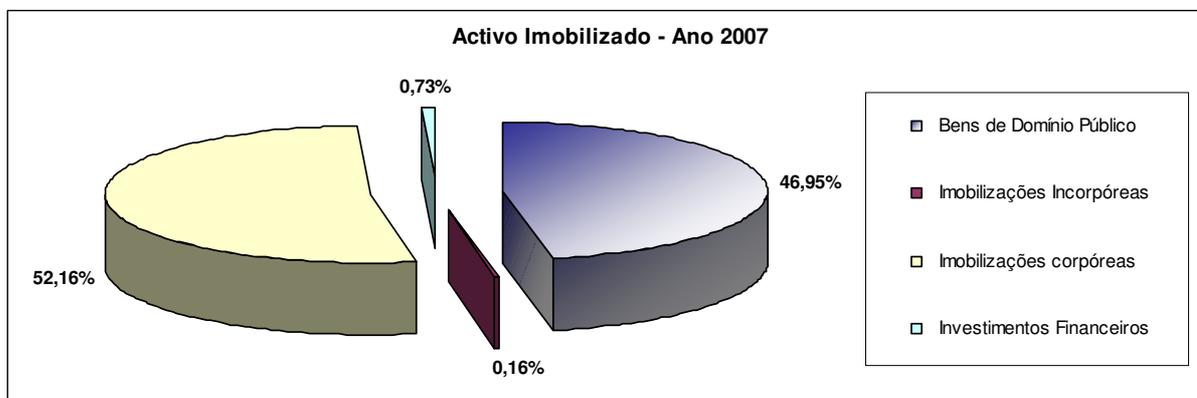
No exercício económico de 2007, o Activo Líquido aumentou € 1.647.023,08 (1,83%) e apresenta uma estrutura semelhante à apresentada no exercício anterior, constatando-se que o Activo Imobilizado e o Activo Circulante cresceram a ritmos semelhantes.

Gráfico nº 33



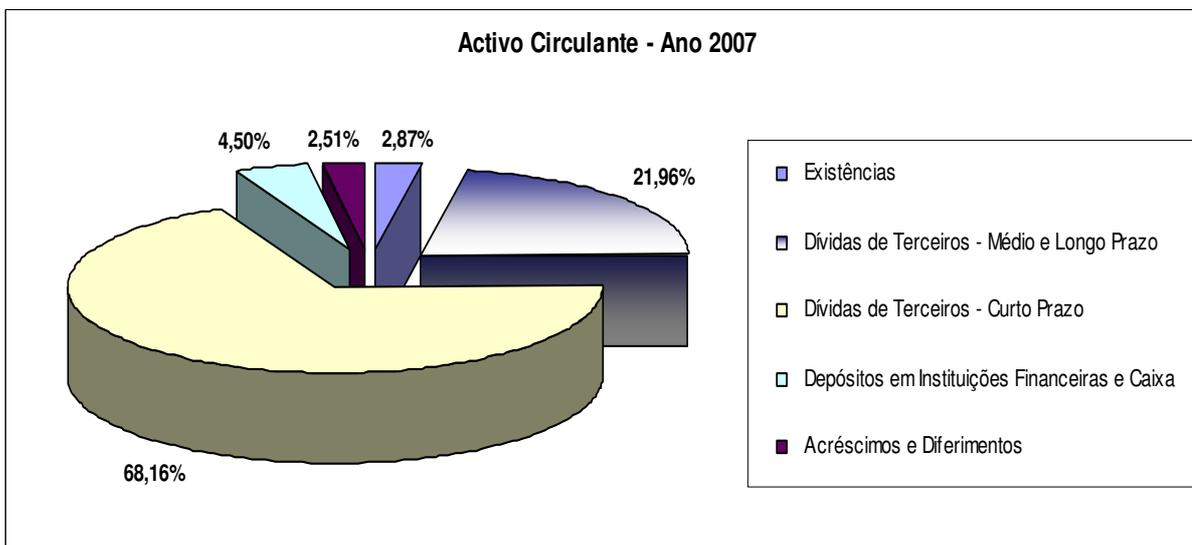
O aumento de € 1.542.900,55 (1,91%) verificado ao nível do Activo Imobilizado prende-se, maioritariamente, com a conclusão de algumas obras que se encontravam em curso no final do Ano 2006 e com a incorporação dos custos incorridos durante o ano 2007 nas obras em curso.

Gráfico nº 34



O Activo Circulante cresceu € 104.122,53 (1,15%), resultante do incremento dos valores depositados em Instituições Financeiras, bem como da rubrica de Acréscimos e Diferimentos, que reflecte o proveito relativo ao último semestre de 2007 da utilização da rede eléctrica pela EDP. A redução no valor das Existências e das Dividas de Terceiros – Curto Prazo contribuiu para um menor crescimento desta massa patrimonial.

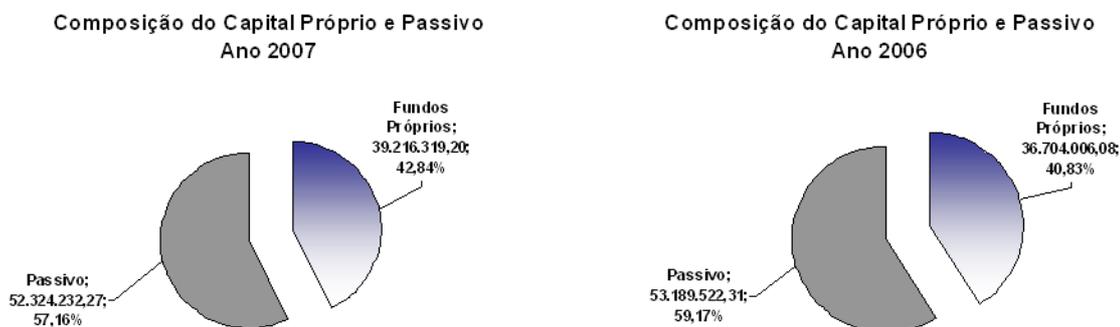
Gráfico nº 35



► **ESTRUTURA DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO**

A composição do Capital Próprio e do Passivo no final do exercício de 2007, expressa um acentuar do peso relativo dos Fundos Próprios face ao Passivo.

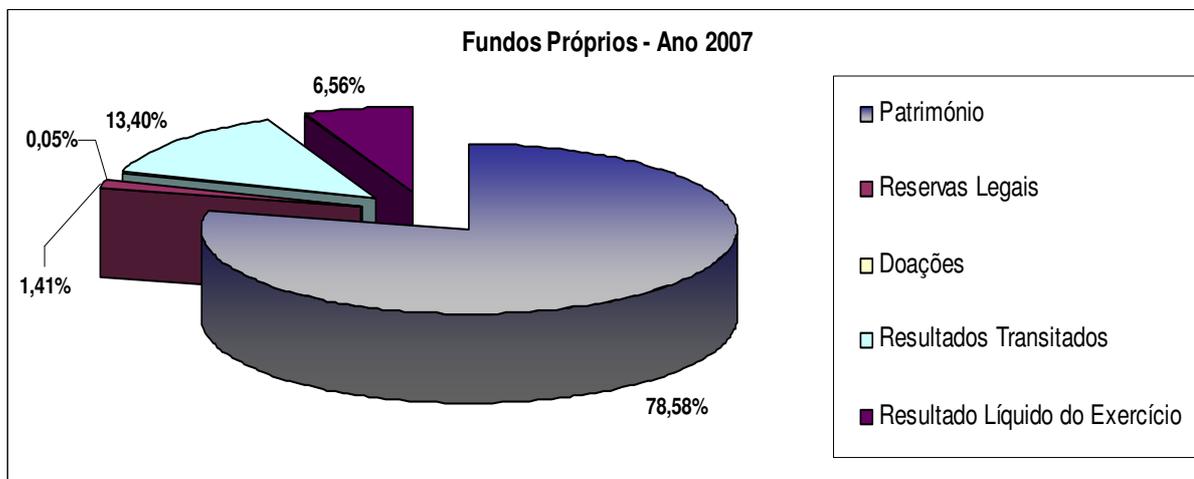
Gráfico nº 36



Apurado o Capital Próprio e o Passivo à data de 31/12/2007, verifica-se um aumento dos Fundos Próprios de € 2.512.313,12 (6.84%) resultante, por um lado do crescimento em 99,99% do Resultado Líquido do Exercício que se cifrou em € 2.571.341,78 em 2007, e por outro da incorporação de € 1.221.447,02 nos Resultados Transitados provenientes do Resultado Líquido do Exercício de Económico de 2006.

Na estrutura dos Fundos Próprios destaca-se o Património que representa 78,58% do mesmo.

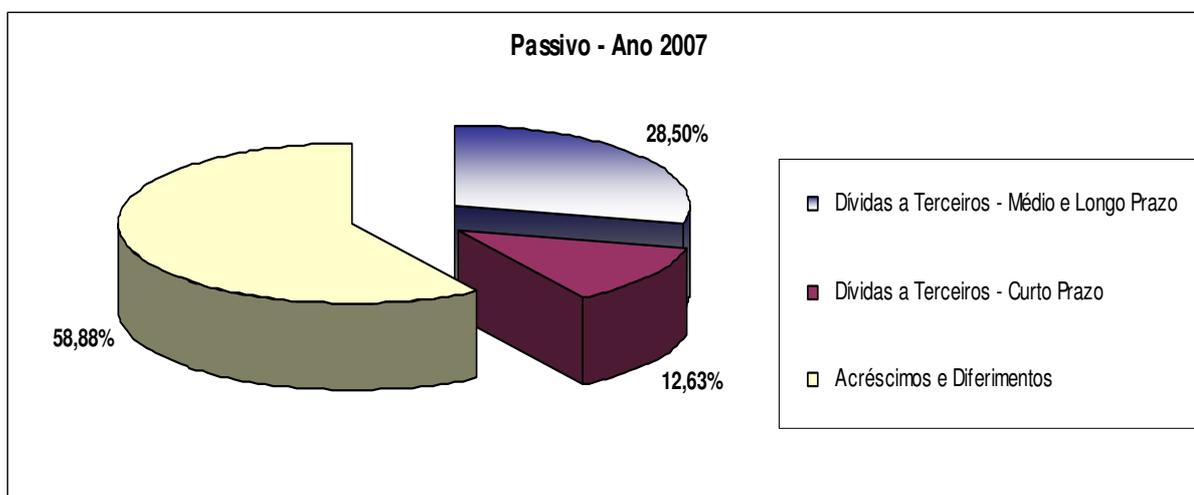
Gráfico nº 37



O Passivo registou uma redução de € 865.290,04 (-1,63%) face ao ano 2006, apresentando uma composição repartida entre as Dívidas a Terceiros e os Acréscimos e Diferimentos, estes com o reflexo das participações obtidas no âmbito de financiamentos, que se encontram por regularizar.

De notar que as Dívidas a Terceiros sofreram uma redução, tanto nos valores com exigibilidade de Curto Prazo (-19,74%), bem como nos valores com exigibilidade de Médio e Longo Prazo (-4,21%).

Gráfico nº 38



5.1.2 Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados apresenta os resultados económicos das operações realizadas no exercício. Assente no princípio da especialização do exercício, reconhece os custos no ano em que são reconhecidos os proveitos que lhe estão associados.

Para melhor compreensão da evolução do desempenho do Município, o próximo quadro apresenta a estrutura da Demonstração de Resultados referente ao exercício económico de 2007 em comparação com o período homólogo de 2006, evidenciando as variações apuradas.

Quadro nº 60 – Demonstração de Resultados

(unidade monetária : Euros)

Designação	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas						
Custo Mercadorias Vendidas e M. C. (CMVMC)	374.823,00	2,60%	368.701,57	2,98%	6.121,43	1,66%
Fornecimentos e Serviços Externos	4.325.326,11	29,95%	3.539.794,24	28,61%	785.531,87	22,19%
Custos com Pessoal	4.765.658,94	33,00%	4.590.601,76	37,10%	175.057,18	3,81%
Amortizações do Exercício	2.375.363,18	16,45%	2.126.345,73	17,18%	249.017,45	11,71%
Provisões do Exercício	5.926,02	0,04%	0,00	0,00%	5.926,02	0,00%
Transferências /Sub Concedidos	905.487,20	6,27%	824.798,03	6,67%	80.689,17	9,78%
Outros Custos e Perdas Operacionais	24.316,69	0,17%	2.135,66	0,02%	22.181,03	1038,60%
Custos e Perdas Operacionais (A)	12.776.901,14	88,47%	11.452.376,99	92,55%	1.324.524,15	11,57%
Custos e Perdas Financeiras	547.540,13	3,79%	423.121,12	3,42%	124.419,01	29,41%
Custos e Perdas Correntes (C)	13.324.441,27	92,27%	11.875.498,11	95,97%	1.448.943,16	12,20%
Custos e Perdas Extraordinários	1.116.894,70	7,73%	498.713,40	4,03%	618.181,30	123,96%
Total dos Custos e Perdas (E)	14.441.335,97	100,00%	12.374.211,51	100,00%	2.067.124,46	16,71%
Proveitos e Ganhos						
Vendas e Prestações de Serviços	2.604.183,25	15,31%	2.313.417,97	16,94%	290.765,28	12,57%
Impostos e Taxas	3.995.369,19	23,48%	3.643.015,84	26,67%	352.353,35	9,67%
Proveitos Suplementares	20.944,46	0,12%	18.918,11	0,14%	2.026,35	10,71%
Transferências /Sub Obtidos	7.240.604,19	42,56%	7.064.377,26	51,72%	176.226,93	2,49%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	796,87	0,00%	187,15	0,00%	609,72	325,79%
Proveitos e ganhos Operacionais (B)	13.861.897,96	81,48%	13.039.916,33	95,46%	821.981,63	6,30%
Proveitos e Ganhos Financeiros	491.584,02	2,89%	482.503,12	3,53%	9.080,90	1,88%
Proveitos e Ganhos Correntes (D)	14.353.481,98	84,37%	13.522.419,45	98,99%	831.062,53	6,15%
Proveitos e ganhos Extraordinários	2.659.195,77	15,63%	137.525,77	1,01%	2.521.670,00	1833,60%
Total dos Ganhos e Proveitos (F)	17.012.677,75	100,00%	13.659.945,22	100,00%	3.352.732,53	24,54%
Resultados Operacionais: (B-A)	1.084.996,82		1.587.539,34		-502.542,52	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	-55.956,11		59.382,00		-115.338,11	
Resultados Correntes: (D-C)	1.029.040,71		1.646.921,34		-617.880,63	
Resultados Extraordinários:	1.542.301,07		-361.187,63		1.903.488,70	
Resultado Líquido do Exercício (F-E)	2.571.341,78		1.285.733,71		1.285.608,07	
Total dos Custos e Perdas +RLE	17.012.677,75		13.659.945,22		3.352.732,53	

► ESTRUTURA DOS RESULTADOS

No exercício económico de 2007, o Resultado Líquido aumentou € 1.285.608,07, devido ao forte crescimento de € 1.903.488,70 registado nos Resultados Extraordinários, apesar da redução de € 617.880,63 verificada nos resultados correntes.

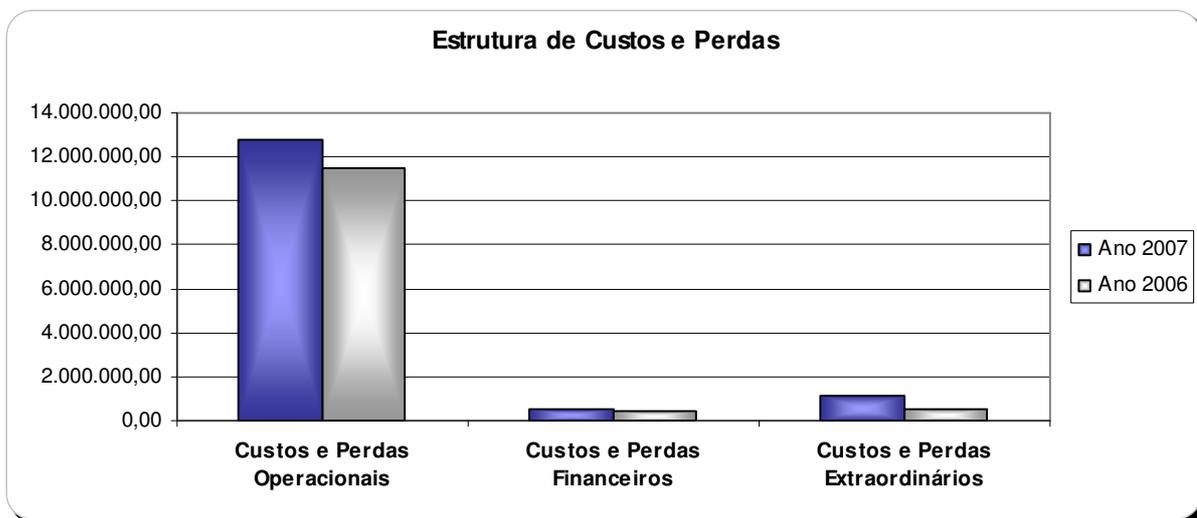
Gráfico nº 39



► **ESTRUTURA DOS CUSTOS E PERDAS**

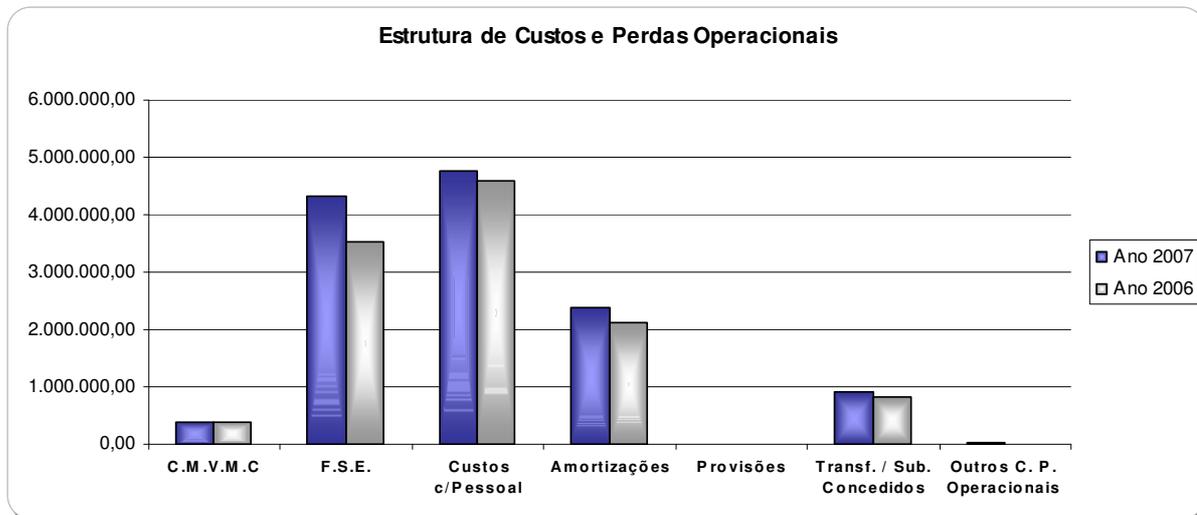
No exercício económico de 2007, os Custos e Perdas cresceram € 2.067.124,46 (16,71%) face ao exercício anterior, mantendo-se os Custos e Perdas Operacionais como os mais relevantes para o apuramento do resultado, representando 88,47% do total de Custos e Perdas.

Gráfico nº 40



Os Custos e Perdas Operacionais totalizaram no exercício em análise € 12.776.901,14, destacando-se as rubricas de Despesas com o Pessoal, Fornecimentos e Serviços Externos, bem como Amortizações do Exercício, que representam 33,00%, 29,95% e 16,45%, respectivamente, da totalidade dos Custos e Perdas do exercício, evidenciando-se uma redução do peso relativo dos Custos com o Pessoal.

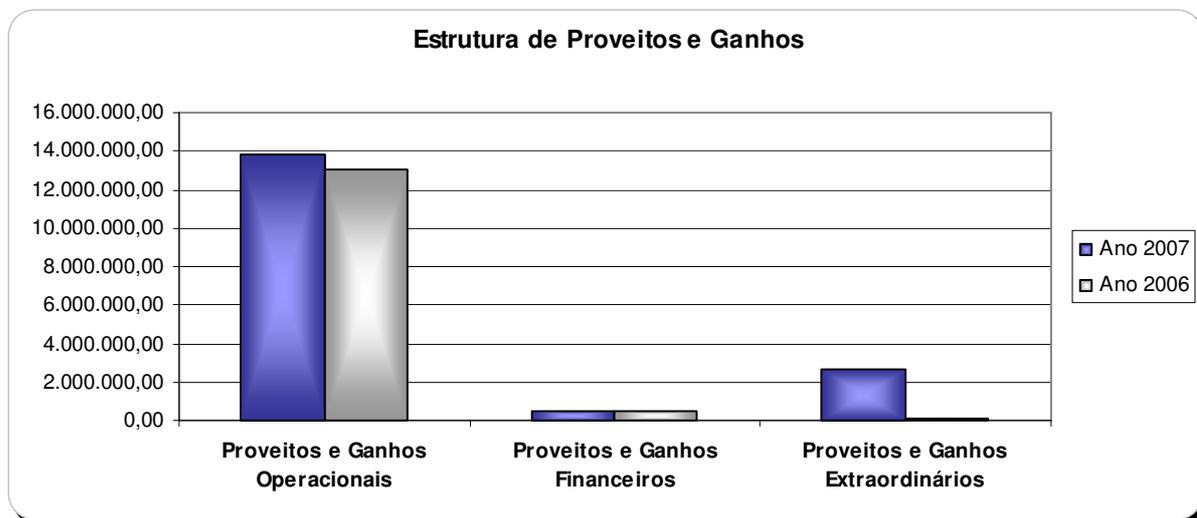
Gráfico nº 41



► ESTRUTURA DOS PROVEITOS E GANHOS

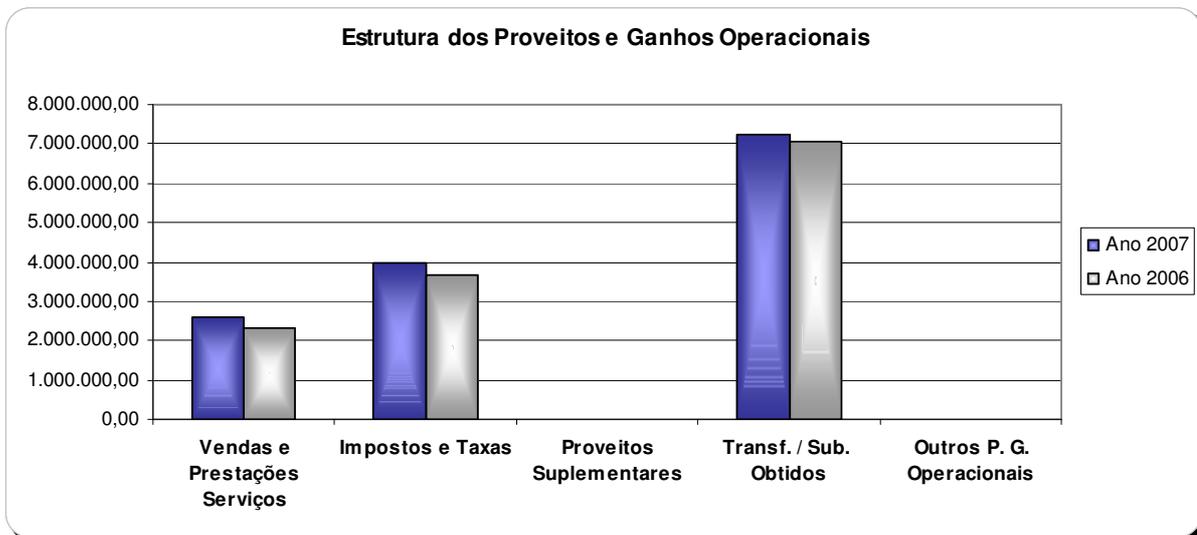
Os Proveitos e Ganhos apresentaram um crescimento de € 3.352.732,53 (24,54%) comparativamente ao exercício económico de 2006, destacando-se os Proveitos e Ganhos Operacionais com um contributo de 81,48% para a sua totalidade.

Gráfico nº 42



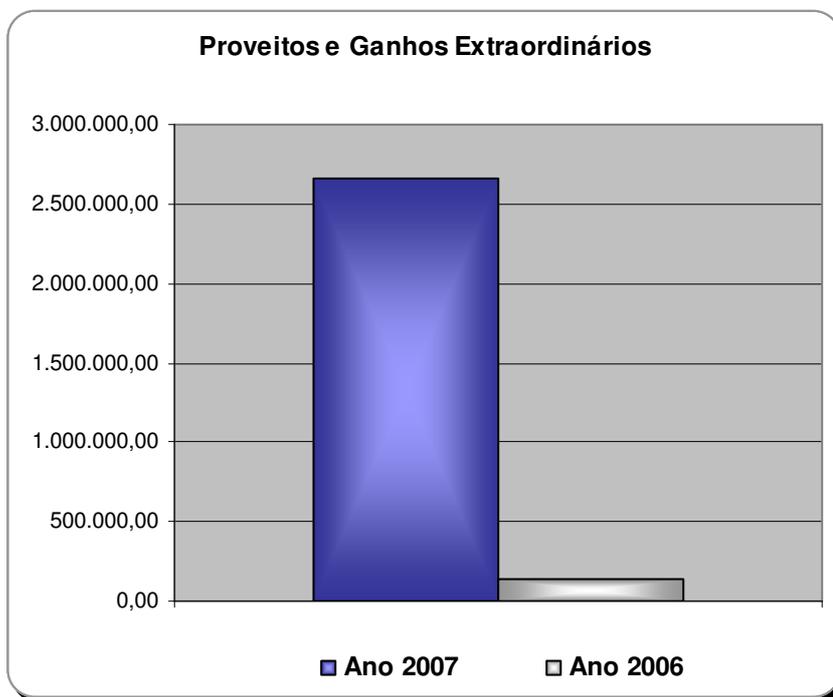
Os Proveitos e Ganhos Operacionais totalizaram € 13.861.897,96, reflexo de um crescimento de 6,30% face ao ano anterior, sendo de destacar as rubricas de Transferências/Subsídios Obtidos, Impostos e Taxas, bem como Vendas e Prestações de Serviços, que representaram 42,56%, 23,48% e 15,31%, respectivamente, do total de Proveitos e Ganhos do exercício.

Gráfico nº 43



Os Proveitos e Ganhos Extraordinários cresceram € 2.521.670,00, resultante, na quase totalidade, da alienação de imobilizado corpóreo, mormente terrenos do ECO-PARQUE Empresarial.

Gráfico nº 44



6. INDICADORES DE GESTÃO

6.1 Indicadores Orçamentais

Quadro nº 61 – Resumo dos Indicadores Orçamentais (unidade monetária : Euros)

RÁCIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA (%)								
Designação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Imp Directos / Rec Correntes	41,3%	34,8%	32,0%	22,8%	30,4%	29,1%	28,9%	28,1%
Imp. Indirectos / Rec. Correntes	2,3%	2,3%	1,3%	1,1%	3,1%	2,8%	2,6%	2,6%
Passivos Finac/Rec Correntes	28,3%	5,6%	41,8%	3,0%	23,2%	26,1%	11,0%	1,2%
Passivos Finac/Rec Capital	42,3%	7,2%	30,4%	5,2%	32,6%	36,7%	19,2%	1,9%
Passivos Finac/Rec Totais	17,0%	3,1%	17,6%	1,9%	13,5%	15,2%	7,0%	0,7%
Rec. Correntes / Rec. Totais	59,9%	56,5%	42,1%	63,5%	58,5%	58,5%	63,5%	62,6%
Rec. de Capital / Rec. Totais	40,1%	43,5%	57,9%	36,5%	41,5%	41,5%	36,5%	37,4%

RÁCIOS DE ESTRUTURA DA DESPESA (%)								
Designação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Pessoal/ Desp Correntes	51,7%	51,5%	51,8%	53,0%	49,1%	50,3%	45,8%	43,6%
Pessoal/ Desp Totais	25,0%	23,3%	18,9%	22,9%	22,4%	24,3%	26,2%	24,3%
Investimentos / Desp. Capital	83,0%	83,1%	88,9%	87,2%	85,7%	87,6%	84,6%	83,8%
Investimentos/ Desp Totais	42,8%	45,4%	56,5%	49,6%	46,6%	45,4%	36,2%	37,1%
Desp Correntes/ Desp Totais	48,4%	45,3%	36,5%	43,1%	45,7%	48,2%	57,2%	55,8%
Desp. de Capital / Desp Totais	51,6%	54,7%	63,5%	56,9%	54,3%	51,8%	42,8%	44,2%

RÁCIOS FINANCEIROS (%)								
Designação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Pessoal/ Rec Correntes	40,2%	42,7%	42,3%	33,9%	38,6%	41,4%	41,1%	38,7%
Pessoal/Fundos Municipais	67,1%	64,3%	61,2%	61,0%	60,9%	63,8%	69,1%	69,2%
Pessoal/F.E.F.+ F.S.M.+ P.F.IRS Cor	111,8%	113,5%	102,0%	101,7%	101,4%	106,3%	115,2%	104,5%
Fundos Municipais / Desp. Totais	37,3%	36,3%	30,8%	37,5%	36,9%	38,1%	38,0%	35,2%
Amort +Juros/ Rec Totais	4,9%	6,6%	4,6%	5,3%	5,6%	5,3%	6,0%	6,6%
Rec Correntes/ Desp Correntes	128,5%	120,6%	122,2%	156,2%	127,2%	121,6%	111,6%	112,8%
Rec de Capital / Desp de Capital	80,7%	77,0%	96,5%	68,2%	76,0%	80,4%	85,9%	85,1%
(Imp Directos+Fundos Municipais)/Rec Total	60,7%	57,2%	42,6%	49,8%	54,8%	55,0%	56,1%	52,5%
Passivos Financeiros/Investimentos	41,1%	6,7%	33,0%	4,1%	28,9%	33,7%	19,5%	2,0%
Recursos Próprios/Rec Total	83,0%	96,9%	82,4%	98,1%	86,5%	84,8%	93,0%	99,3%
Recursos Próprios/Desp Total	86,2%	93,7%	87,2%	104,1%	85,9%	85,0%	93,6%	99,8%

Da análise dos rácios acabados de expor pode-se tecer os seguintes comentários:

1. A evolução dos Impostos directos (RECEITAS FISCAIS) que já durante 2006 tinham conhecido um pequeno decréscimo do seu peso no global das receitas correntes, comparativamente com 2005, continuaram no exercício económico de 2007 a diminuição do seu peso em relação às receitas de natureza corrente, principalmente devido à diminuição de arrecadação de receitas do Imposto Municipal sobre Transmissões e Impostos Abolidos (Contribuição Autárquica).
2. A expressão do recurso a crédito bancário (Passivos Financeiros) nas receitas do município, têm conhecido uma evolução intercalar entre anos, ou seja, apresentando aumentos num dado ano e no seguinte registando uma diminuição de peso nas receitas municipais. No entanto no ano



económico de 2007, registou-se uma redução muito significativa de peso no conjunto das receitas arrecadadas.

3. As RECEITAS DE CAPITAL inverteram a tendência de decréscimo da sua expressão nas RECEITAS TOTAIS, com um ligeiro aumento depois de se ter verificado uma quebra no último ano.
4. As DESPESAS COM PESSOAL apesar de terem diminuído o seu peso nas Despesas Correntes, continuam a ter grande expressão neste tipo de receitas. Verifica-se, igualmente, a continuidade de expressão das despesas de pessoal no cômputo geral das despesas, tendo uma tendência semelhante ao ver diminuir o seu peso nas Despesas Totais.
5. Os INVESTIMENTOS continuam a ter uma grande expressão quer nas despesas de capital quer nas despesas totais.
6. As Despesas de Investimento, no ano de 2007, quebraram a orientação de redução do seu peso relativo a Despesas Totais, que se verificava desde 2003, mostrando-se 2002 como um ano extraordinário. Verificamos ainda que no ano económico de 2007, existiu uma redução na representatividade que as Despesas de Investimento tiveram no cômputo das Despesas de Capital.
7. De realçar, que após um decréscimo do peso das Despesas Correntes relativamente às Despesas Totais, verificado no ano 2002, verificou-se no ano de 2003 um aumento, tendo durante os três anos seguintes mantido esta tendência de acréscimo, para neste exercício económico se registar uma diminuição de 1,4%.
8. O grau de cobertura das despesas com pessoal por receitas de natureza corrente veio diminuindo até 2004, aumentando novamente em 2005, tendo-se registado neste exercício económico uma diminuição, representando os ENCARGOS COM PESSOAL 38,7% das receitas correntes arrecadadas, ou seja, 38,7% das receitas correntes obtidas são utilizadas em pagamentos de vencimentos e outros encargos com pessoal.
9. Durante o ano de 2007, os Fundos Municipais Correntes continuaram a não ser suficientes para pagar o valor de Encargos com Pessoal, situação que já se verifica desde o ano 2000. No entanto os Fundos Municipais financiaram 69,2% das despesas com pessoal.
10. Ao longo dos anos, a Autarquia tem constituído uma relevante POUPANÇA CORRENTE, ou seja, as RECEITAS CORRENTES têm financiado DESPESAS DE CAPITAL. De referir, que a cobertura de DESPESAS DE CAPITAL por RECEITAS DE CAPITAL conheceu, nos anos de 2003 e 2004, um pequeno revês. Neste ano económico, o grau de cobertura de despesas de capital por receitas de capital conheceu uma ligeira diminuição, evidenciando um aumento de Poupança corrente, situação que ocorre quando as despesas de capital são cobertas por receitas correntes.
11. As receitas oriundas de transferências de fundos do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Directa e Variável no IRS) representam, no ano 2007, 35,2% das Despesas Totais, ou seja, os Fundos Autárquicos permitem suportar cerca de 35,2% das Despesas efectuadas pelo município.
12. A cobertura de despesas de Investimento por receitas originadas por Passivos Financeiros confirmou a tendência de descida verificada em 2006, registando uma quebra acentuada, tendo o Investimento sido financiado por capital bancário (alheio) em cerca de 2,0%.
13. Decorrente do ponto anterior, relacionado com o aumento do recurso a crédito bancário (recursos alheios), o peso dos Recursos Próprios na Receita Total aumentou, passando a representar 99,3%, contra os 84,8% verificados no ano 2005 e os 93,0% do ano 2006. Consequentemente, a percentagem da Despesa financiada por Recursos Próprios aumentou de 93,6 % para 99,8%.

6.2 Indicadores de Gestão patrimonial

Quadro nº 62– Resumo dos Indicadores de Gestão Patrimonial (unidade monetária : Euros)

Rubricas	2007	2006
1. Capitais Próprios	39.216.319,20	36.704.006,08
2. Capitais Alheios de Médio e Longo Prazos	14.909.856,58	15.564.756,87
3. Capitais Alheios de Curto Prazo	6.607.533,65	8.232.344,43
4. Capitais Alheios Totais	21.517.390,23	23.797.101,30
5. Passivo Total	52.324.232,27	53.189.522,31
6. Capitais Permanentes	54.126.175,78	52.268.762,95
7. Activo Total	91.540.551,47	89.893.528,39
8. Activo Total excluindo Bens de Domínio Público	52.862.487,55	52.308.821,28
9. Imobilizado Líquido	82.382.106,43	80.839.205,88
10. Existências	262.983,87	283.889,10
11. Vendas , Prestação de Serviços e Impostos	5.956.203,79	5.956.203,79

Indicadores	2007	2006
- Estrutura de Endividamento (3/4)	30,71%	34,59%
- Endividamento (4/1)	54,87%	64,84%
- Solvabilidade (8/4)	245,67%	219,81%
- Autonomia Financeira (1/7)	42,84%	40,83%
- Grau de Cobertura do Imobilizado (6/9)	65,70%	64,66%

Em termos de endividamento do Município de Estarreja, como foi já referenciado no ponto 4 deste Relatório, aumentou significativamente, verificando-se que esta autarquia se financia em capitais alheios na ordem dos 55%(fornecedores e empréstimos).

De referir, que 30,71% dos capitais alheios , são de curto-prazo (fornecedores conta corrente e fornecedores de imobilizado de curto prazo).

O município de Estarreja apresenta um elevado grau de solvabilidade , significando que o seu activo é mais que suficiente para garantir a liquidação do seu passivo. De realçar, que para o indicador se tornar real, dever-se-á retirar do Imobilizado Líquido o valor correspondente aos Bens de Domínio Público, dado que estes bens não são alienáveis .

Outra ressalva a este indicador é o facto de o imobilizado ainda, não se encontrar totalmente avaliado e contabilizado, o que iria aumentar este rácio.

A taxa de financiamento do activo total por capitais próprios é de 42,84%, sendo o restante financiado por capitais alheios.

Novamente é de reforçar, que o valor dos fundos próprios se encontra subavaliado.

O imobilizado líquido é financiado em 65,70% por capitais permanentes (Capitais Próprios mais Capital alheio de médio e longo prazo).

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Com base no Balanço e Demonstração de Resultados, o Resultado Líquido do Exercício de 2007 é de € 2.571.341,78.

A aplicação do Resultado Líquido do Exercício é condicionado pelo definido nos pontos 2.7.3.1 a 2.7.3.5, que referem o seguinte :

2.7.3.1- A aplicação do Resultado Líquido do Exercício é **aprovada pelo órgão deliberativo, mediante proposta fundamentada do executivo.**

2.7.3.2- No início de cada exercício o Resultado Líquido do Exercício anterior, é transferido para a conta 59- "Resultados Transitados".

2.7.3.3. – Quando houver saldo positivo na conta 59- "Resultados Transitados" o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

2.7.3.4 – É obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 – "Património" corresponda a **20% do activo líquido.**

2.7.3.5 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, deve constituir-se o reforço anual da conta 571- "Reservas Legais" no **valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.**

Neste seguimento, apresenta-se de seguida a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício 2007, tendo em conta os seguintes dados:



Valor da Conta 51 – 30.816.232,30 €

Valor do Activo Líquido – 91.540.551,47 €

20% do Activo Líquido - 18.308.110,29 €

Verificando-se que o valor da conta 51 PATRIMÓNIO reflecte, em 31/12/2007, mais de 20% do valor do activo líquido, propõe-se a seguinte aplicação:

- Transferência de 5% do Resultado Líquido do Exercício para a conta 571- "Reservas Legais", ou seja, reforço de reservas legais no valor de €128.567,09, mantendo-se o remanescente do Resultado Líquido do Exercício apurado na conta 59- RESULTADOS TRANSITADOS (€2.442.774,69).